



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

RAÍSSA BARBOSA DA COSTA

AS CORES DA MATA BRANCA:

**Os Sertões das Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1793-
1815)**

CAMPINA GRANDE - PB

2013

RAÍSSA BARBOSA DA COSTA

AS CORES DA MATA BRANCA:

Os Sertões Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1794-1815)

Dissertação apresentada como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre, pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Campina Grande (PPGH/UFCG)

Orientador: Prof. Dr. José Otávio Aguiar

Co-orientadora: Prof^a. Dr^a. Juciene Ricarte Apolinário

CAMPINA GRANDE – PB

2013

UEFG - BIBLIOTECA - CAMPUS I	
0605	01.04.2015
Doação	

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCC

C837c Costa, Raíssa Barbosa da.
As cores da Mata Branca : os sertões caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1794/1815) / Raíssa Barbosa da Costa. – Campina Grande, 2013.
123 f. : il. color.

Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades, 2013.

"Orientação: Prof. Dr. José Otávio Aguiar, Prof.ª Dr.ª Juciene Ricarte Apolinário".

Referências.

1. História Ambiental. 2. Viajantes. 3. Sertão. 4. Caatinga.
I. Aguiar, José Otávio. II. Apolinário, Juciene Ricarte. III. Título.

CDU 504(091)(043)

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
LINHA: CULTURA, PODER E IDENTIDADES**

**AS CORES DA MATA BRANCA:
Os Sertões Caatingas de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster (1794-1815)**

RAÍSSA BARBOSA DA COSTA

Avaliado em ____ de _____ de 2013

Examinadores

Prof. Dr. José Otávio Aguiar (Orientador)

Prof^a. Dr^a. Juciene Ricarte Apolinário (Co-orientadora)

Prof. Dr. André Figueiredo Rodrigues (Examinador Externo)

Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo (Suplente)

*A necessidade e o acaso são as duas
principais mães ou fontes de onde
nascem as Ciências e as Artes.*

*(Manuel Arruda Câmara, Memória sobre a
Cultura do Algodoeiro, 1799).*

AGRADECIMENTO

Durante a longa viagem que foram esses dois anos de pesquisa no Mestrado em História da Universidade Federal de Campina Grande, muitos passaram pelo meu caminho, obviamente que cada um a seu modo, participando da minha vida, influenciando de alguma forma na composição da presente pesquisa.

Quero expressar aqui minha gratidão primeiramente a Deus, pela sua bênção diária e pelas muitas graças que me presenteou nesta vida. Obrigada senhor!

Aos meus pais, Lamartine e Marizélia, por mais uma vez fazerem-se tão presentes em minha vida, pela dedicação, por todo o carinho e amor sem medidas, por me ajudarem nas mais diversas formas para que eu conseguisse alcançar meus objetivos e principalmente por acreditarem em mim.

Ao meu irmão Igor, agradeço pela sua grande paciência, pelos cuidados, às boas risadas dadas e até mesmo pelas brigas bestas, inclusive por estar tão perto sempre.

Ao meu companheiro Yuri, que me acompanhou em mais essa caminhada, por todo o carinho; paciência; compreensão e pelo apoio nos momentos mais difíceis, me dando forças para continuar.

Ao meu filho Hugo, que tão pequeno me ensinou o real significado do que é amar incondicionalmente.

Aos meus familiares e amigos (em especial, as minhas estrelas: Rebeca, Pamela, Liana, Fernanda, Renata, Danyelle, Tássia e Mariana), que fazem a minha vida ser mais alegre e especial, tornando todos os meus momentos inesquecíveis.

Aos companheiros da turma 2011 do PPGH da UFCG, com quem dividi muitos momentos de alegria, descontração e agonia. Em especial, à Vanessa, Alionália, Hilmaria, Janailson, André, Gláucia e Muriel, com quem compartilhei momentos que ultrapassaram os corredores da Universidade. Aos demais amigos desta mesma instituição: Gabriela, Rozeane, Rennatta, Harriet, Rodrigo e tantos outros que me apoiaram, ajudando-me sempre que possível tanto com palavras positivas, quanto com conselhos muito significativos.

Aos meus mestres, que me guiaram nesta vida acadêmica e me inspiraram a dar o melhor de mim no trabalho, buscando sempre melhorar. À Marinalva, Cabral, Alarcon, João Marcos e Iranilson, pessoas com as quais convivi ainda mais durante

o mestrado e que sempre se dispuseram para me aconselhar de alguma forma, dedicando-me disponibilidade e atenção.

Ao professor André Figueiredo Rodrigues, que aceitando o convite para compor a banca, concedeu importantes direcionamentos para o melhoramento do trabalho.

À professora Juciene Ricarte Apolinário, que além de professora e coordenadora do mestrado, foi uma verdadeira inspiração para mim, enquanto pesquisadora e pessoa.

Agradecimentos especiais também a José Otávio Aguiar, que tem sido muito mais do que um orientador, que tem se demonstrado um amigo, por não só ter acreditado em mim desde o PIBIC, mas acima de tudo por ter me acompanhado por esses longos anos, me ajudando em cada obstáculo e sempre, sempre, sempre me encorajando a seguir em frente.

Aos companheiros do INSA, Hallyson, Rosilene e Muriel, com quem venho aprendendo muito ao longo desses meses participando do Projeto Resgate Documental, História Ambiental e Etnohistória do Semiárido Brasileiro nos Períodos Colonial e Imperial, espero poder compartilhar de muitos outros momentos com vocês!

Aos funcionários da UFCG, principalmente os do PPGH e também do INSA. A Verônica, a revisora deste trabalho, pela atenção e cuidado.

A todos aqueles que cruzaram meu caminho e iluminaram meu dia com palavras positivas, sorrisos e companheirismo, que participaram direta e indiretamente de mais esta conquista.

Obrigada!

RESUMO

O século XVIII foi marcado historicamente como o século da razão, do pensamento científico e ilustrado. O chamado “boom científico” alcançou de diferentes maneiras os países europeus e conseqüentemente suas colônias, dentre as quais encontramos o Brasil. Os homens da ciência, recém-formados em História Natural pelas diversas Universidades e Academias Reais de Ciência, que ganhavam os países europeus, viram nas terras do além-mar um vasto campo para realizar suas pesquisas. Assim, a colônia portuguesa na América passou a ser visitada pelos chamados naturalistas viajantes, que além de escrever seus diários de viagem, produziram também um vasto acervo de documentos, de minuciosos relatórios científicos com catalogação de plantas, animais e minerais nativos destas terras. A natureza brasileira finalmente passaria a ser reconhecida para além da exuberância e do exotismo, passando a ser pensada em suas singularidades e diversidade ambiental do que hoje compreendemos como os biomas brasileiros. O sertão nordestino também foi palco para alguns desses itinerantes, que observaram as Caatingas junto com suas faunas e floras em momentos de seca e de cheias, indo desta forma muito além das ideias difundidas na segunda metade do século XIX sobre os sertões, principalmente após a chamada “grande seca de 1877”, colocando-o assim quase como sendo um sinônimo de seca e miséria. Diante destas considerações, o presente trabalho busca refletir sobre as imagens produzidas acerca do sertão das caatingas nordestinas, principalmente na tentativa de mostrar que muito desses novos olhares sobre a região, que visam mostrar suas singularidades, riquezas e potencialidades, já se fizeram presentes nos relatos de naturalistas que por estas terras caminharam nas últimas décadas do século XVIII e alvorecer do século XIX, influenciados pelas novas ideias do naturalismo-utilitário, como também, pelas concepções fisiocratas ainda presentes nas políticas coloniais, principalmente na portuguesa. Dentre os numerosos itinerantes que enveredaram pelas terras brasileiras elencamos para esta pesquisa o naturalista luso-brasileiro Manuel Arruda da Câmara e seus escritos botânicos sobre as Capitânicas do Nordeste da América Portuguesa, ou melhor, os sertões de Pernambuco, Paraíba e Ceará, e o diletante Henry Koster, britânico, que sem qualquer pretensão científica cruzou os umbrais do sertão, produzindo um diário com ricos detalhes sobre a população e a cultura sertaneja. Procuraremos, contudo, reunir diferentes fragmentos de descrições das paisagens do semiárido e da caatinga, de forma a estabelecer um cenário ambiental e humano das Capitânicas do Nordeste colonial em fins dos Setecentos e na primeira década dos Oitocentos, percebendo assim, as inter-relações entre sociedade/cultura e ambiente.

Palavras-chave: História Ambiental, Viajantes, Século XIX, Sertão, Caatinga.

ABSTRACT

The eighteenth century was historically marked as the century of the reason, of scientific and illustrated thought. The so-called "scientific boom" reached in the European countries and consequently, in their colonies, among which we find Brazil, in different ways. The men of science, graduated in Natural History by the various Universities and Royal Academies of Science, saw in the land from overseas as a vast field for their research, thus the Portuguese colony in America, started to be visited by naturalist travelers who, besides writing their travel diaries, produced a large collection of documents, scientific reports with detailed cataloging of native plants, animals and minerals from these lands. The Brazilian nature would finally be recognized beyond the imagination of lush and exotic, becoming recognized for its environmental diversity and uniqueness of what we understand today as Brazilian biomes. The Northeastern semiarid also hosted some of these itinerants, who observed the Caatingas and its fauna and flora in times of drought and flood, thus going far beyond the ideas disseminated in the second half of the nineteenth century about the backlands, especially after the so-called "big drought of 1877", being considered almost as a synonym of drought and misery. Given these considerations, this paper aims to reflect on the images produced on the northeastern semi-arid, mainly in an attempt to show that many of these new insights about the area, that show their uniqueness, wealth and potential, have already been made in the reports of naturalists who walked these lands during the last decades of the seventeenth century and the dawn of the nineteenth century, influenced by new ideas of naturalism-utility, but also by the physiocrat concepts, still present in policies colonies, mainly in the Portuguese one. Among the numerous roving which have gone by the Brazilian land, for this research, we list the naturalist Luso-Brazilian Manuel Arruda da Câmara and his writings on botanical of the Northeastern Captaincies of the Portuguese America, or rather, the backlands of Pernambuco, Paraíba and Ceará, and the dilettante British, Henry Koster, without any pretense scientific interest, crossed the hinterland and produced a diary with rich details about the population and the culture of the region. We will try, however, to gather different fragments of descriptions of the semiarid landscape in order to establish a human and environmental scenario of the Northeastern colonial Capitánias in the late eighteenth century and the first decades of the nineteenth century, realizing the interrelationships between society/ culture and environment.

Key-words: History, Travelers, Nineteenth Century, Hinterland, Caatinga.

ÍNDICE DE IMAGENS

FIGURA 1 - <i>Pimelodus maculatus</i>	57
FIGURA 2 - <i>Corydora</i>	57
FIGURA 3 - Ilustração de insetos	60
FIGURA 4 - Atravessando um rio	62
FIGURA 5 - Caroá	75
FIGURA 6 - Um Sertanejo	77
FIGURA 7 - Carnaúba	80
FIGURA 8 – <i>Spondias tuberosa</i> Arr.	81
FIGURA 9 – <i>Capassous Unicinctus</i>	84
FIGURA 10 – Uburu-rei.	86
FIGURA 11 – <i>Quesada sp. Arachnida</i>	87
FIGURA 12 - Carregador de Algodão	94
FIGURA 13 - Flor de Algodão	99
FIGURA 14 – <i>Cobretum Duarteanum, Cambess.</i>	104
FIGURA 15 – Máquina de ensacar algodão.....	106
FIGURA 16 – Máquina de ensacar algodão.....	106

ÍNDICE DE MAPAS E TABELAS

MAPA 1 - <i>Ecorregiões da Caatinga</i>	12
MAPA 2 - Itinerários de Arruda da Câmara e Koster.....	14
MAPA 3 – Itinerário de Manuel Arruda da Câmara	40
MAPA 4 - Itinerário de Henry Koster	45
TABELA 1 – Mapa da exportação	96

SUMÁRIO

PRÓLOGO	10
INTRODUÇÃO.....	11
Plano da Dissertação	22
CAPÍTULO I – AS VIAGENS DE ARRUDA E KOSTER	25
O Historiador Natural: a formação e a obra de Manuel Arruda da Câmara	35
O Dileitante: a vida e a obra de Henry Koster	42
CAPÍTULO II – O SERTÃO AZUL.....	51
A mata branca em perspectiva	52
Das secas às cheias: a águas nos sertões das caatingas	54
CAPÍTULO III – O SERTÃO VERDE	70
Do branco ao verde: imagens da flora da caatinga	71
O Sertão Vermelho: a fauna da caatinga	82
CAPÍTULO IV – O SERTÃO AMARELO	90
Arruda da Câmara por Koster	91
O algodão se mistura à paisagem do sertão	92
Usos para o Algodão	97
CONCLUSÃO	108
FONTES	113
Impressas	113
Documentais.....	114
BIBLIOGRAFIA.....	115

Prólogo

Foi ainda criança que adentrei o sertão pela primeira vez e numa viagem não programada tive minha primeira grande aventura. Lembro-me que partimos de João Pessoa para passear na capital do Rio Grande do Norte, Natal, e no retorno desse curto percurso, recordo-me das palavras do meu tio que dirigindo o carro indagou: “gostariam de conhecer Fortaleza?” alegre e agitadamente gritamos “sim”. Seguimos e cruzamos os umbrais do sertão duas vezes; o retorno de Fortaleza, ainda mais longo, fizemos pelo interior do Ceará e da Paraíba, parando a cada cidade que encontrávamos, sem pressa de chegar a qualquer lugar.

Descobri aos 11 anos numerosas cidadelas, diferentes paisagens, fortes sabores, brincadeiras de rua, histórias de sertanejos. ... Guardei tudo com carinho na memória, com a certeza de que refaria o percurso algum dia, munida de equipamentos para registrar tantas das belezas que vi.

Passaram-se anos até que eu reencontrasse o sertão. Dessa vez, não sob meus olhos, mas, a partir das descrições de viajantes dos séculos XVIII e XIX, que distantes de mim em tempo, percorrem terras aos quais também percorri. Quem diria que esse sertão dos viajantes passaria a ser meu objeto de estudo algum dia.

Retornei ao sertão, dessa vez como uma expedicionária, uma viajante e pesquisadora, seguindo os rastros dos viajantes que li. Mais uma aventura, dessa vez, proporcionada pelo êxito obtido em um concurso de artigos científicos sobre o semiárido, no qual falei dos viajantes no sertão do Nordeste do século XIX, rendendo-me à premiação com uma vaga na expedição organizada pelo Museu Interativo do Semiárido, juntamente com o Instituto Nacional do Semiárido.

Cruzei o sertão das caatingas nordestinas, lembrando-me do meu olhar curioso de criança, quando realizei a primeira empreitada, agora lapidado pelos mais diversos conhecimentos da região.

Redescobri aos 24 anos numerosas cidadelas, diferentes paisagens, fortes sabores, brincadeiras de rua, histórias de sertanejos... Descobri, principalmente, as riquezas de uma beleza diferenciada pela força de uma natureza, que parece metaforicamente representar o próprio homem do sertão.

INTRODUÇÃO



A paisagem é obra da mente: Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de estratos de rocha. (Simon Schama, Paisagem e Memória, 1996).

O sertão, o semiárido, a caatinga¹, as paisagens do Brasil, os espaços do Nordeste, todos são numerosos vocábulos, significados e significações, bagagens simbólicas, que podem expressar um mesmo lugar, ou lugares distintos, que podem nos enganar com falsas homogeneidades, e podem também representar ambientes em seus mais diversos sentidos. Vocábulos por vezes utilizados como sinônimos, em outras ocasiões, afastados pelas distinções conceituais, são, em si, uma pluralidade.

O presente trabalho, não adentrando na discussão do que é “sertão” – visto que há numerosos trabalhos discutindo seu significado, sua origem etimológica e as cargas simbólicas atribuídas a esse termo² – busca, no entanto, revisar ou revisitar olhares descritivos lançados sobre a paisagem, compreendida nas palavras de Schama supracitado, do sertão das caatingas nordestinas, também conhecidos, atualmente, a partir da denominação de Aziz Ab’Sáber, em seu livro intitulado *Os domínios de Natureza no Brasil* (2003), como domínios das caatingas brasileiras ou nordeste semiárido³.

O bioma da caatinga é caracterizado por um clima semiárido (não confundir com região do Semiárido), fortemente sazonal, apresentando um mosaico de paisagens, com variados tipos de vegetação: caducifólia, xerófila e espinhosa, diferenciando-se de acordo com o solo e com a disponibilidade de água.

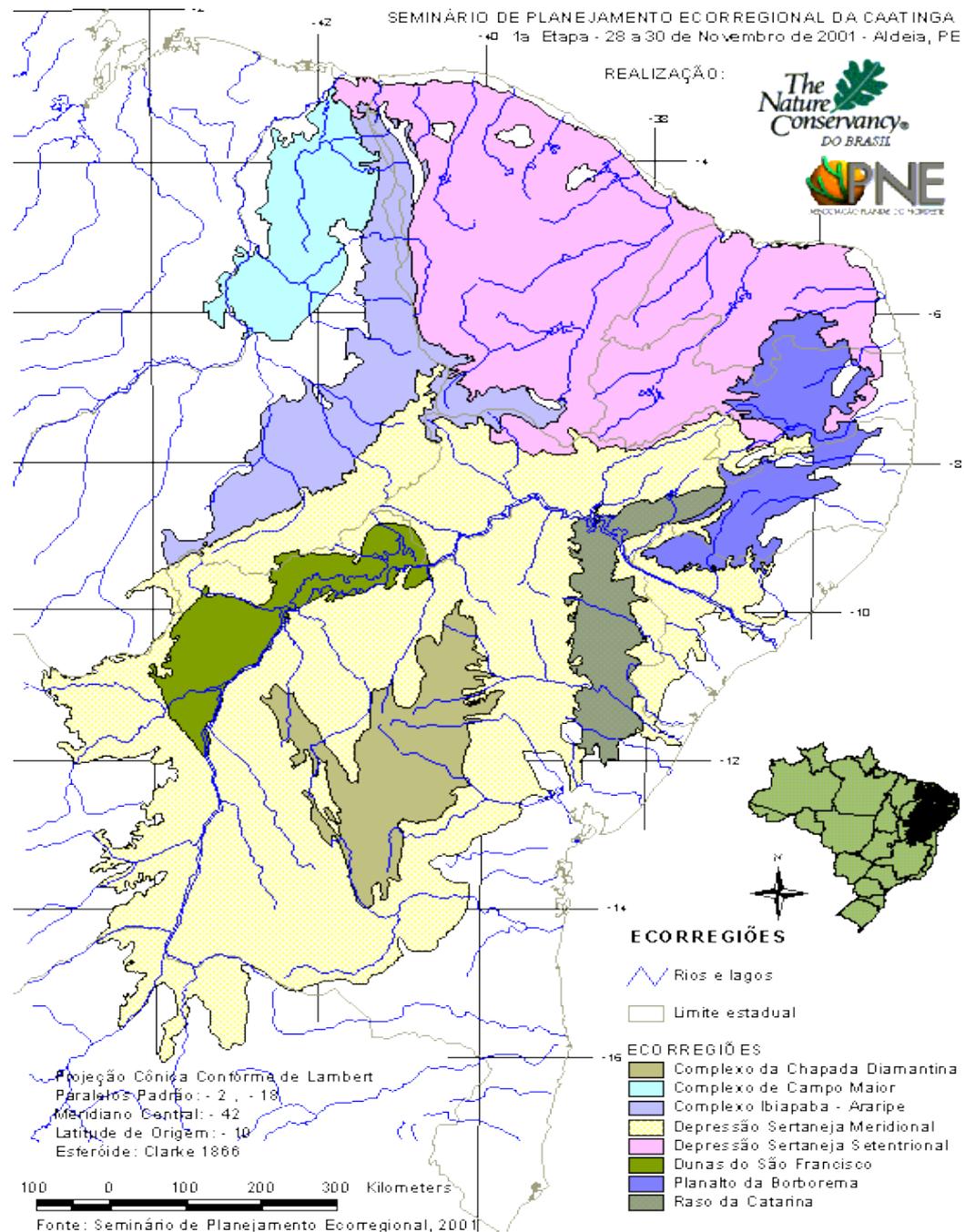
¹ Caatinga origina-se do tupi: *caa* (mata) + *tinga* (branca)

² Cf.: BARROSO, 1947; CORTESÃO, 1958; NUNES, 1784; AMADO, 1995; ÂNTONIO FILHO, 1999; MORAES, 2002; VASCONCELOS, 2002; ATLAS IBGE, 2006; NEVES et. MIGUEL, 2007; ÂNTONIO FILHO, 2011.

³ Ab’Sáber utiliza-se do termo semiárido, nesse contexto, para expressar uma das seis regiões morfoclimáticas do Brasil, ou seja, de clima semiárido com predominância da vegetação da caatinga. Contudo, atualmente o termo “semiárido” pode ainda designar a região Semiárida de delimitação política, que compreende uma área de 969.589,4 km², que abrange 1.133 municípios de oito estados do Nordeste (PI, CE, RN, PB, PE, AL, SE, BA) mais o norte de Minas Gerais, na qual vivem mais de 21 milhões de habitantes. ((Os critérios utilizados para a nova delimitação do Semiárido, instituída nesta delimitação foram os seguintes: I) precipitação pluviométrica média anual inferior a 800 milímetros; II) Índice de aridez de até 0,5 calculado pelo balanço hídrico que relaciona as precipitações e a evapotranspiração potencial, no período entre 1961 e 1990; e III) risco de seca maior que 60%, tomando-se por base o período entre 1970 e 1990. Cf. NOVA DELIMITAÇÃO... (2005).

A caatinga, que segundo Edmilson Almeida (2010) pode ser considerado o único bioma exclusivamente brasileiro, possui diferentes ecorregiões, conforme podemos observar no Mapa 1, que foi desenvolvido a partir do Seminário de Planejamento Ecorregional da Caatinga, ocorrido em 2001, apresentando oito subdivisões do bioma.

MAPA 1 - Ecorregiões da Caatinga.



Fonte: ECORREGIÕES Propostas para o Bioma da Caatinga. Ed. Agnes L. Velloso, Everardo V. S. B. Sampaio, Frans G. C. Pareyn. _____. Recife: Associação de Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, 2002, p. 9.

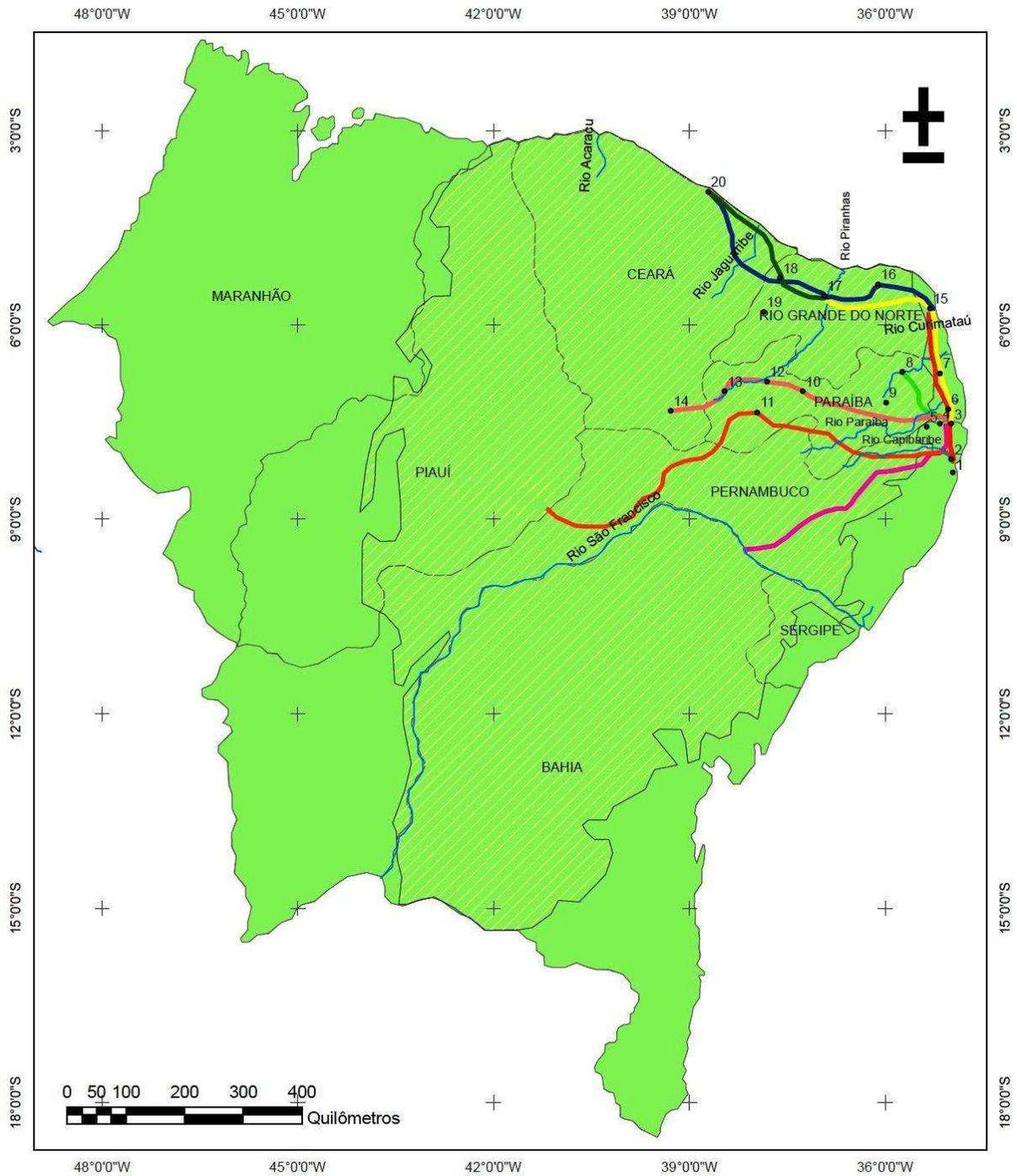
A vegetação mais típica da caatinga, se assim podemos considerar, encontra-se principalmente na região da depressão sertaneja setentrional, cujas diversidades serranas funcionam como uma barreira natural para muitas espécies, ocupando desde a fronteira norte de Pernambuco, estendendo-se pela maior parte dos Estados da Paraíba, Rio Grande do Norte e Ceará e prolongando-se até uma pequena faixa ao norte do Piauí. Dessa forma, compreendemos que a vegetação que se ergue ao longo dessas serras, possui características diferenciadas, assim, encontramos tanto a caatinga arbustiva, quanto à arbórea; tanto a mata seca quanto à mata úmida; o carrasco; as formações abertas com domínio de cactáceas e bromeliáceas, entre outros.

Revisitaremos esse mosaico de paisagens que constitui o bioma das caatingas através dos relatos e relatórios de viagens de dois intelectuais itinerantes: Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster, que estiveram na região entre os anos de 1793 e 1815, buscando reunir diferentes fragmentos de descrições da paisagem da caatinga nordestina, de maneira a estabelecer um cenário ambiental e humano das Capitanias do Nordeste colonial em fins do Setecentos e primeiras décadas do Oitocentos. Nesses termos, e conforme poderemos observar ao longo do primeiro capítulo, quando apresentaremos o itinerário dos viajantes em apreço, o chamado sertões por Arruda da Câmara e Koster, são os lugares naturais das caatingas, e de forma mais específica, das caatingas da depressão sertaneja setentrional, com poucas referências à outras ecorregiões, conforme poderemos observar no Mapa 2, elaborado exclusivamente para a presente pesquisa, apresentando os itinerários dos viajantes em apreço de forma concomitante, assim, possibilitando uma visualização comparada melhor da localidade da qual trataremos⁴.

Essa paisagem vem sendo estudada ao longo da história a partir de diferentes perspectivas. Dentro da historiografia, seja sob o olhar da história social, cultural, política ou econômica, observamos que numerosas pesquisas tenderam por dedicar-se às questões relacionadas às estiagens na região, focando especialmente na problemática dos retirantes da seca e da forte migração de nordestinos para o sudeste-sul do país.

⁴ Não pretendemos de maneira alguma levar aos séculos XVIII e XIX, compreensões conceituais como o de ecorregiões cunhados ao final do século XX, todavia, torna-se importante para o nosso trabalho esclarecer essas categorias em suas compreensões mais atuais, primeiramente, para ilustrar melhor o espaço ao qual nos propomos estudar e em segundo plano, para compreender melhor a própria paisagem do sertão dos séculos XVIII e XIX e que hoje são carregadas de diferentes compreensões e nomenclaturas.

MAPA 2- Itinerários de Manuel Arruda da Câmara e de Henry Koster



Legenda		Cidades	
	Bioma Caatinga		Março de 1794 a Setembro de 1795
	Nordeste (1752-1811)		Dezembro de 1797
Viagens de Henry Koster			Dezembro 1797 a Julho de 1999
	Novembro à Dezembro de 1810		Rios
	06 à 15 de Fevereiro 1811		Cidades
	Janeiro à Fevereiro de 1811		
	Dezembro de 1810 à Janeiro de 1811		
Viagens de Manuel Arruda da Câmara			
	Não datadas	1- Afogados	11- Piancó
		2- Recife	12- Pombal
		3- Goiana	13- Rio do Peixe
		4- Feira Velha	14- Cariris Novos
		5- Itambé	15- Natal
		6- Alhandra	16- Anjos
		7- Mamanguape	17- Assu
		8- Piruá	18- Mossoró
		9- Campina Grande	19- Apodi
		10- Cariris de Fora	20- Fortaleza



Projeção UTM - SAD 1969
Base de dados: MORAIS_RD

Realizando uma revisão bibliográfica sobre o sertão do Nordeste, lugar da caatinga, é notório como este, desde os fins do século XIX, com o cronista Irineu Jóffily em sua obra *Notas sobre a Parahyba* (1892), foi retratado em torno do fenômeno da estiagem, sendo esta apontada como fonte do prejuízo econômico da região. Essas ideias permaneceram, ou até mesmo se disseminaram ao longo do século XX, e literatos como José Américo de Almeida, em sua obra *A Paraíba e seus problemas* (1923), ou ainda, Francisco de Oliveira, em *Elegia para uma re(li)gião* (1977), difundiram a seca como fator primário para a desorganização social e econômica da região.

O que encontramos em comum não é o tratar a seca como o grande problema, mas primeiramente, como sendo o único e em seguida como sendo apenas isso que existe na região. Observamos uma negligência perante as particularidades ambientais da região, que não procurava ser compreendida, mas apenas combatida, como em uma eterna batalha entre o homem e o mundo natural.

Estudos mais recentes permanecem com tais lacunas, a exemplo do texto de Marco Antônio Villa, *Vida e morte no Sertão: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX* (2000), que procurou reunir fragmentos sobre histórias dos milhares de nordestinos retirantes que fugiram das grandes secas, situando historicamente os principais momentos da crise econômica e do caos social dos sertanejos, provocados pelas contínuas estiagens na região, mencionando a negligência política como um dos principais fatos dos males sociais.

A produção historiográfica sobre o sertão, como podemos observar, não fugiu à regra da historiografia no geral, cujos ambientes e natureza aparecem apenas como cenários das questões humanas, tornando-se parte do contexto apenas quando se apresentavam hostis. Na tentativa de afastarmo-nos de qualquer determinismo geográfico ou biológico, esquecemos que o meio influencia na vida dos homens e, portanto, na própria história.

Devemos lembrar, ainda, que os trabalhos mais recentes sobre o sertão das caatingas, não apenas na área da História (minoria neste arcabouço bibliográfico a qual me refiro) procuram elucidar outras características desse território, aspectos que questionam e problematizam as imagens já difundidas sobre a região, portanto, distanciando-se da perspectiva cinza, sem vida, a qual essa paisagem ficou conhecida por tanto tempo. A caatinga passa a ser olhada como um ambiente rico, e

assim, o branco vem tornando-se cada vez mais colorido aos olhos dos pesquisadores.

Diante dos novos olhares possíveis sobre a história do sertão das caatingas nordestinas, torna-se primordial revisitar esta espacialidade em busca de compreender como viviam as sociedades sertanejas em diferentes momentos da história dessa região. Analisando a relação entre o homem e o meio, pensando este sertão em toda a sua diversidade, entre estiagens e enchentes: ora hostil, ora generoso.

Focamos, portanto, o estudo nessa porção territorial/ambiental pouco abordada pela historiografia, falamos aqui, principalmente no âmbito da escrita de uma História Ambiental do Brasil. Tal escola de influência, surgida nos EUA na década dos anos de 1970, a *environmental history*⁵, nasceu de uma crítica à geografia tradicional, que marcou em seu sistema interpretativo uma clivagem estática entre os domínios do homem e aqueles do chamado mundo físico: o dos eventos geológicos, fitogeográficos e climáticos, como também as ideias da maioria dos pensadores dos séculos XVIII, XIX e da primeira metade do século XX, que em seus estudos adotavam a compartimentação entre os saberes que envolvem o homem: as chamadas ciências humanas, e os que concernem ao mundo biológico e geológico: as ciências naturais. Com a proposta de reinserir o homem na natureza, este âmbito da pesquisa histórica vem ganhando espaço com diversos trabalhos produzidos a partir desta nova perspectiva⁶.

O interesse despertado entre os profissionais da história pela ecologia, ou pela história ambiental, é uma evidencia a mais do que se tornou, segundo Hobsbawm, o desafio do século XXI: a questão ecológica (MARTINS, 1997, p.10).

⁵ O termo *environemant* vem do francês, em sua origem etimológica. Entretanto, os ingleses e norte-americanos, ao insistirem em sua pronúncia, acabaram por transformá-lo em *environment*. Em ambos os casos, busca-se um único sentido: designar a camada de biosfera que envolve a terra.

⁶ É válido lembrar que diversos outros estudos se dispuseram a analisar esta relação entre o homem e o meio sem se autodenominar de história ambiental como Keith Thomas, *O Homem e o mundo natural*, de 1983, Alain Corbain, *O território do vazio*, de 1989, ou ainda Raymond Williams, *O Campo e a Cidade*, de 1990. Percorrendo um caminho um pouco maior, perceberemos que este olhar sobre a história humana não é tão recente quanto à sua formação metodológica. A escola dos Annales nos apresentou com Braudel, o terreno da longa duração como possibilidade para entrever a influencia mutua entre sociedade e natureza. O livro de Braudel, *Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II*, de 1949, traz uma reflexão sobre a história e também uma reflexão sobre o meio ambiente. “O meio ambiente na perspectiva braudeliiana é ativo e dinâmico, é determinante e determinado, é espaço natural e espaço construído, move-se, embora lentamente.” (MARTINS, 1997, p. 21).

No tocante à História Ambiental do Brasil, encontramos produções acerca das florestas tropicais exuberantes, como a Mata Atlântica, que foi estudada amplamente no trabalho do brasileiro Warren Dean, *A Ferro e Fogo: a história da devastação da Mata Atlântica brasileira*, de 1996, para o qual se realizou uma vasta pesquisa sobre a história da Mata Atlântica brasileira, estendendo seu estudo desde o período da colonização, até o debate que circulava nos anos 90 do século XX.

A floresta Amazônica também ganhou espaço nos estudos dos historiadores ambientais, dentre eles podemos citar a obra *Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira*, de Leonardi (1999) que traz sob a perspectiva da história ambiental a relação entre natureza, sociedade e memória, em uma tentativa de “recolocar a sociedade – no plano teórico – na natureza, da qual ela nunca esteve separada na realidade” (LEONARDI, 1999, p.15).

Ainda discutindo a questão da Amazônia, porém a partir de diferentes olhares teóricos e metodológicos, encontramos a coletânea de artigos intitulada *Os senhores e os rios: Amazônia, margens e histórias* (2003), organizada pelos historiadores Mary Del Priori e Flávio Gomes, que buscaram a partir dessa publicação, refletir sobre diferentes momentos da territorialidade amazônica de forma descentrada, a partir das margens, elucidando assim, as transformações ocorridas nesse meio.

A partir das considerações anteriores, observamos como tanto a Mata Atlântica, quanto a floresta Amazônica muitas vezes são representadas como as principais matas do Brasil, como menciona Ribeiro (2005), partindo da região da Mata Atlântica, a paisagem do Brasil Central pareceu, aos colonizadores, mais densa que as larguezas campestres e mais abertas que as florestas. Referida como “campos fechados”, ou “campos cerrados”, passou a ser chamada, nos dias de hoje, simplesmente de Cerrado. Sua vegetação foi descrita, pelos naturalistas europeus do século XIX, como formada por árvores tortuosas, enfezadas, esparsas aqui e ali, e as chapadas cobertas por arbustos foram designadas como carrascos ou florestas anãs. Desde então o Cerrado, assim como também a Caatinga são vistos como uma espécie de “primo pobre” da ecologia brasileira, destinados a serem objetos de rápida destruição. Partindo destes debates, Ribeiro (2005) seguiu a escrever a história do Cerrado na obra *Florestas Anãs do Sertão – o Cerrado na história de Minas Gerais*.

Até o presente momento as pesquisas historiográficas pouco se debruçaram sobre a Caatinga, e quando o fizeram, o foco permaneceu no século XX, a exemplo

do trabalho de Dissertação de Catarina Oliveira Buriti, intitulado *Imaginário social, semiárido e representações da natureza na obra vidas secas: interfaces entre literatura, ambiente e história* (2010), que busca problematizar as imagens e representações instituídas pelas personagens da obra *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, em torno da Caatinga, analisando também de que forma as características naturais, sociais e históricas influenciaram as escolhas criativas do escritor.

Mais recentemente, a historiadora Lorelai Kury organizou uma coletânea sobre viajantes nas Caatingas do século XVI ao XIX. Intitulada *Sertões Adentro: viagens nas caatingas séculos XVI e XIX* (2012), a obra veio inaugurar os estudos acerca deste bioma nos períodos mais anteriores da história. Dentro da perspectiva da História das Ciências, Kury e outros pesquisadores debruçaram-se em apresentar os estudos de cronistas e naturalistas sobre a paisagem em questão, porém, apresentando-os, deixando os debates e questionamentos em aberto para possíveis estudos de aprofundando das análises sobre os mesmos. No geral, as caatingas apresentadas são aquelas das Dunas do Rio São Francisco e da Depressão Sertaneja Meridional (conferir Mapa 1).

A partir dessas considerações, direcionamos nossa pesquisa em torno de um momento histórico na qual observamos determinadas rupturas nos modos de se ver, descrever e estudar a natureza do mundo, inclusive das terras do além-mar. O momento a que me refiro inicia-se na segunda metade do século XVIII, época marcada historicamente pela razão, pelo pensamento científico e ilustrado. O chamado “boom científico” alcançou de diferentes formas os países europeus e consequentemente suas colônias, dentre as quais encontramos o Brasil.

Os homens da ciência, recém-formados em História Natural pelas diversas Universidades e Academias Reais de Ciência que ganhavam os países europeus, viram nas terras do além-mar um vasto campo para realizar suas pesquisas, assim sendo, a colônia portuguesa na América passou a ser visitada pelos chamados naturalistas viajantes, que além de escreverem seus diários de viagem, produziram um vasto acervo de documentos, de minuciosos relatórios científicos com catalogação de plantas, animais e minerais nativos destas terras. A natureza brasileira, finalmente, passaria a ser conhecida para além do imaginário de exuberante e exótica, passando a ser pensada em suas singularidades e diversidade ambiental do que hoje compreendemos como os biomas brasileiros.

Este reconhecimento veio do olhar atento de muitos homens que não diferente de seu tempo, observavam o mundo a partir de uma ciência em desenvolvimento e de uma imensurável curiosidade de saber sempre mais, uma escrita de representações do mundo não europeu.

As imagens elaboradas pelos viajantes participam da construção da identidade europeia. Apontam os modos como as culturas se olham e olham as outras, como imaginam semelhanças e diferenças, como conformam o mesmo e o outro (BELLUZZO, 1994, p. 13).

As viagens, antes realizadas pelos vassallos dos reis em busca de conquistas para estes e em troca de títulos de cavaleiros e Ordens Militares aos itinerantes, foram, aos poucos, se modificando. Os diários de viagens, indispensáveis para os registros do conhecimento dos novos lugares, passaram mediante o novo instrumento do século XVIII: a ciência, a uma profissionalização, não apenas da escrita, mas daqueles que a produziam. O próprio Estado assumiu a responsabilidade de instruir profissionais que passariam a reunir as informações que pudessem de alguma forma potencializar as atividades econômicas. A escrita tornou-se tão importante quanto a espada para os reis (RAMINELLI, 2008).

O vasto acervo produzido pelos naturalistas, artistas e itinerantes em geral, acerca dos territórios do além-mar, de suas paisagens, seu povo e seus costumes, e mais especificamente, aqueles que tratam sobre o Brasil, nos últimos decênios do século XVIII e no alvorecer do século XIX, nos fornecem diferentes olhares e versões sobre a sociedade luso-brasileira nos seus diversos aspectos, dentre eles, as interações culturais com o meio ambiente. São mais de 260 obras em várias línguas, nas quais autores, provenientes de extrações sociais variadas, descrevem os habitantes, a vida social, os usos, os costumes, a fauna, a flora e aspectos variegados das paisagens geográficas e culturais da antiga América Portuguesa.

Dentre os numerosos itinerantes que enveredaram pelas terras brasileiras elencamos dois para esta pesquisa, conforme já mencionamos: Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster. Os motivos para a referida escolha dar-se-ão: primeiro, e mais fundamentalmente, por se tratarem de homens que estiveram, de fato, no espaço físico a ser estudado (o sertão das caatingas nordestinas), segundo, por terem percorrido a região em períodos que se complementam como poderemos observar no tópico subsequente, terceiro, por representarem dois estilos diferentes de relatos de viagem, quarto e último, por fazerem parte de um “lugar” social

diferente um do outro, possibilitando a análise comparada⁷ dos escritos e das informações presentes nos mesmos.

Ambos os viajantes expuseram-se ao longo de seus itinerários às *zonas de contato*⁸, compreendidas enquanto lugar das *transculturacões*⁹, e que por vezes fazem surgir, na figura principal do *seeing man*¹⁰, estratégias de representação, cuja inocência era assegurada por eles quanto à exploração predatória do meio ambiente, na medida em que apenas estavam coletando dados e informações em prol da ciência. A estas estratégias Pratt (1999) denominou de *anticonquista*, ou seja, os discursos pelos quais o império enxerga e justifica à distância o que possui, assegurando a hegemonia europeia.

No tocante às pesquisas sobre Manuel Arruda da Câmara, um dos representantes do Reformismo Ilustrado e responsável por uma produção de conhecimento significativa entre os naturalistas luso-brasileiros de sua época, foi encontrado o trabalho do historiador José Antônio Gonçalves de Mello, que nos dias de hoje é com certeza, a maior referência em estudo sobre Manuel Arruda da Câmara, porém, a pesquisa biográfica publicada em 1982, como introdução ao compêndio de relatórios desse naturalista, possui uma série de informações que

⁷ Neste ponto torna-se necessário destacar nossa compreensão de que ao “comparar” os relatos, buscamos em um primeiro ponto romper o isolamento entre eles, abrindo um diálogo na busca do que José D’Assunção Barros (2007) chamou de “iluminação recíproca”, que se trata de uma História comparada, que “se dispõe a confrontar dois objetos ou duas realidades ainda não conhecidos de modo que os traços fundamentais de um ponham em relevo os aspectos do outro, dando a perceber as ausências de elementos num e noutro, as variações de intensidade relativas à mútua presença de algum elemento em comum” (p. 10).

⁸ Utilizamos aqui a ideia de *zona de contato* proposta por Pratt (op. cit.), para percebermos o embate cultural, intelectual, étnico, biológico, enfim, das diferenças expostas aos olhos nos momentos de encontro do “eu” com o “outro”, “representando os espaços sociais em que as culturas díspares se encontram e se chocam, se entrelaçando, muitas vezes de formas assimétricas” (p. 27), é válido lembrar que estas zonas de contato constituem-se como uma constata na literatura de viagem em geral, ou no que François Hartog (1999) chamou de “retórica da alteridade”.

⁹ *Transculturacão* é um termo/conceito cunhado em 1940, pelo antropólogo cubano Fernando Ortiz, apropriado por Pratt (op. cit.), não para representar a dominação de uma cultura sobre a outra, mas sim uma troca cultural, sendo o resultado do entrelaçamento, podendo também ser esse entrelaçamento pensado como uma forma de resistência, cujo aprendizado da cultura do outro se encontra ligada à intencionalidade de utilização da mesma a seu favor e contra a dominação. Deixamos claro que para o presente trabalho compreenderemos o termo enquanto esta miscigenação cultural resultante do encontro entre as diferentes tradições étnicas que vieram a constituir o povo brasileiro. Devemos ainda mencionar que estas distintas influências são descrições constantes na obra do viajante Henry Koster, analisadas nesta pesquisa.

¹⁰ O *seeing man*, o observador, apresenta-se aqui enquanto uma categoria a ser utilizada na perspectiva cunhada por Mary Louise Pratt, na busca de refletir sobre “aquele cujos olhos imperiais passivamente veem e possuem” (PRATT, 1999, p. 33), ou seja, os sujeitos que acreditando na neutralidade de suas ações enquanto apenas observadores, escreveram e descrevem o Brasil em suas mais distintas dimensões, mas que apesar disso, se mostraram em seus diários muito mais do que desejavam, em um movimento em que se é possível saber muito mais de quem fala sobre alguém do que saber sobre este alguém de quem se fala.

mediante pesquisas posteriores, como a realizada pela bióloga, Maria Elice Brzezinski Prestes, *A investigação da natureza no Brasil colônia* (2000), foram suplantadas, a exemplos da data e do local de nascimento do viajante. Essa última obra citada teve um capítulo inteiro dedicado ao naturalista e sua contribuição à história da biologia no Brasil¹¹. Outro estudo a fazer uma referência expressiva é o livro *Uma história brasileira da botânica* (2000), da botânica Eliana Nogueira, que em nada se compara ao que Prestes e Mello realizaram.

No campo da história, podemos citar ainda o estudo de Ana Maria de Moraes Belluzzo (1994), que reserva um tópico para o naturalista em apreço em meio a um numeroso conjunto de outros viajantes das mais variadas nacionalidades, mas que se dedicaram a falar do Brasil nos períodos colonial e imperial. Mais recentemente, a historiadora Lorelai Kury (2007) cita Arruda da Câmara ao tratar acerca dos contribuintes do Jornal *O Patriota*¹², dentre os quais o mesmo se encontra. De forma mais específica, temos o artigo publicado na Revista *Clio*, do historiador José Otávio Aguiar (2011), com os resultados de sua pesquisa de pós-doc, cujo objetivo foi o estudo de um dos relatórios do naturalista em apreço: o discurso sobre a utilidade da instituição dos jardins nas principais províncias do Brasil.

É interessante mencionar ainda, que Manuel Arruda da Câmara foi bastante mencionado pelos contemporâneos, de modo que citações à sua pesquisa podem ser encontradas no segundo volume da obra *História do Brasil* (1817), da autoria do britânico Robert Southey, no diário *Viagens ao Nordeste do Brasil* (original de 1816), do dileitante Henry Koster, que chega a realizar um longo estudo de duas memórias do naturalista, e ainda nos relatos do viajante Louis-François de Tollenere, que chegou a transcrever trechos dos relatórios de Arruda, porém, realizando isto à parte dos escritos de Koster e não da obra original (MELLO, 1842).

No que compete aos estudos sobre a obra de Henry Koster, percebemos como os mesmos foram realizados de forma pontuada, ou seja, utilizando-o como fonte, mas sem um aprofundamento específico sobre seus escritos, ou até mesmo,

¹¹ A dissertação de mestrado de Prestes chegou a ser publicada em livro no ano de 2001, entretanto, encontra-se hoje, esgotada para compra.

¹² O Patriota foi um jornal instalado no Rio de Janeiro em 1808, mas só veio a público apenas em 1813, por meio da Imprensa Régia. Teve duração de dois anos, sendo publicados ao total 18 números, 12 mensais, em 1813, e 6 semestrais, em 1814. “O Patriota foi o primeiro jornal brasileiro a publicar artigos densos e analíticos sobre ciências e artes, cultura e letras” (KURY, 2007, p. 9), tinha como editor Manuel Ferreira de Araújo Guimarães, que também era responsável pela *Gazeta do Rio de Janeiro*. O Jornal em questão foi reproduzido na íntegra em CD-ROM e anexado à coletânea de artigos “Iluminismo e império no Brasil” (2007), sob a organização da historiadora Lorelai Kury.

sobre o próprio Koster. O exemplo de Emília Viotti da Costa (1998) utilizou os escritos de Koster para um estudo do Brasil Colônia, em especial, sobre a questão escravista. Em *Da Senzala à Colônia*, Costa não deixa de referenciar os relatos do viajante britânico, assim como de outros viajantes como Tollenare, Debret e Saint-Hilaire.

Um recente trabalho de dissertação, no entanto, chegou a dedicar o capítulo inicial à Koster e seu diário, realizando um estudo generalizado da obra. Ana Paula da Silva Oliveira, em *Livros de Viagem: relatos de estrangeiros sobre as províncias do norte e a zona de contato* (2006), procurou analisar nas narrativas dos viajantes estrangeiros Henry Koster, Maria Graham e Daniel Kidder, como os viajantes construíram a si mesmos como narradores.

É interessante lembrar que o viajante curioso foi citando em estudos ainda do século XIX, como os de Richard Burton, que em seu primeiro capítulo da obra *Explorations of the Highlands of the Brazil* (1869), procurou estudar o povo brasileiro, oferecendo a Henry Koster o nome de “the accurate Koster”, o que em português poderíamos compreender como o exato Koster, ressaltando assim, algumas características dos relatos deste que são cruciais para aqueles que o pesquisam, como por exemplo, a característica de uma escrita que poderíamos categorizar como “pouco cinematográfica”, nos dias de hoje, diferente de outros viajantes.

Mesmo diante de uma vasta historiografia que se utiliza dessa literatura de viagem como fonte, há muito que ser revisitado e reexaminado, a exemplo do que objetivamos realizar neste trabalho, dialogando homem e natureza e estudando as construções das descrições das paisagens, no caso, a das caatingas dos sertões nordestinos. Segundo Belluzzo (1996) a partir das revisitações e análises desses documentos reconhecemos que esses homens e essas mulheres viajantes escreveram páginas fundamentais de uma história da qual fazemos parte enquanto brasileiros.

Plano da Dissertação

Todavia, o presente trabalho intitulado **As Cores da Mata Branca**, em que buscamos visitar a paisagem das caatingas nordestinas no final do século XVIII e primeiras décadas do século XIX, encontra-se dividido em quatro capítulos, nos quais apresentaremos na sequência.

O Capítulo I – **As Viagens de Arruda e Koster** – é dedicado às observações sobre a vida, a obra e as influências intelectuais de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster. Neste sentido, iniciamos apresentando o contexto histórico em que esses homens estavam inseridos, como uma forma de introduzir muitas das ideias e pensamentos que permeiam os escritos dos viajantes em questão. A partir desses primeiros debates, subdividimos o capítulo em dois subtópicos que visam demonstrar de forma mais individualizada o lugar de cada um. Destarte o primeiro tópico, intitulado *O Historiador Natural: a formação e a obra de Manuel Arruda da Câmara*, conforme o próprio título nos informa, dedica-se a pensar de forma mais sistemática o itinerário do naturalista luso-brasileiro e os relatórios resultantes dessas viagens, enquanto que no segundo tópico *O dileitante: a vida e obra de Henry Koster*, enveredamos pelos percursos do britânico, inter cruzando o ambiente e as paisagens sobre as quais nos propusemos a estudar com o contexto em que estavam inseridos os sujeitos que as descreveram.

O segundo capítulo – **O sertão azul** – direcionou-se a discutir algumas das características do sertão da mata branca, observadas pelos viajantes Arruda da Câmara e Koster, contudo, nos dedicamos de forma mais específica, às imagens e descrições que fazem referência à questão das águas (como as chuvas, os rios, ribeirinhos, cacimbas, lagoas, solo e em termos mais atuais, à evapotranspiração, dentre outros). Constituído de dois subtópicos, *A Caatinga em perspectiva* e *Da seca às cheias: a água nos sertões das caatingas*, elucidamos no trabalho esta primeira relação homem x natureza, e as particularidades da paisagem que é a das caatingas do nordeste, através dos diferentes olhares dos viajantes para o aspecto primário que dá vida ao ambiente, a água.

No Capítulo III – **O Sertão Verde** – buscamos discutir os aspectos da flora da caatinga, suas singularidades, seus usos e seus significados aos homens e também discutimos as mulheres do sertão, que foram mencionadas e descritas pelos viajantes. Para tanto, apresentamos uma série de descrições da natureza, associadas ao processo de catalogação da flora brasileira, por Manuel Arruda da Câmara, como também da própria curiosidade descritiva de Koster acerca da paisagem da mata branca, muitas vezes apresentada por este em comparação as florestas tropicais do Brasil. Dividido em dois tópicos, *Do branco ao verde: imagens da flora da caatinga* e *O Sertão Vermelho: a fauna da caatinga*, o mencionado capítulo, trará concomitantemente as densas descrições, iconografias realizadas por

viajantes do século XVIII e XIX (em sua maioria de autoria de Arruda da Câmara), que nos possibilitam dialogar ainda mais com a história da ciência e da botânica.

Fechamos a dissertação com o Capítulo IV – **O Sertão Amarelo** – trazendo para a discussão aspectos sobre a região e a natureza da Caatinga que demonstram potencialidades econômicas. Nesses termos, o último capítulo encontra-se dividido em subtópicos, que objetivam centralizar melhor cada tempo, assim o primeiro tópico, *Arruda da Câmara por Koster*, traz à tona as ideias e as suas interpretações que ele realiza dos relatórios científicos de Arruda da Câmara. Em seguida, *O algodão se mistura à paisagem do sertão*, adentramos a inclusão dos algodoeiros nos sertão das caatingas, sobre os quais ambos os viajantes em questão apresentam grande potencial econômico. Destarte, perseguimos as descrições sobre as riquezas dos sertões das caatingas nordestinas, pouco exploradas e conhecidas na temporalidade em questão, fechando o capítulo com os possíveis *Usos para o Algodão*.

Contudo, ao longo dos três últimos capítulos, buscamos tanger o vermelho da fauna da caatinga. Uma fauna edênica, diversa, com a qual os homens e mulheres habitantes dessas regiões também criaram relações, histórias, crenças e simbologias. Destarte, partiremos então a redescobrir estas cores, revisitando velhos discursos, velhas imagens de um mesmo lugar, confrontando nossas ideias, para trazer através de retalhos de outros escritos, olhos que viram colorido, o que a história preferiu deixar em tons de cinza.

Capítulo I

As viagens de Arruda e Koster



No decorrer do século XVII e XVIII as transformações políticas europeias associadas à chamada Revolução Científica¹³ alcançaram de forma distinta as nações europeias, assim, observamos também as modificações dos saberes, das zonas de conhecimentos, que foram se laborando com suas condições de possibilidades, cada uma a seu passo. Essas modificações revolucionárias foram assim denominadas desde o século XVII, ao tratar das mudanças ocasionadas na Matemática, Física e Astronomia, a partir dos trabalhos de homens como Galileu Galilei, René Descartes e Isaac Newton. Contudo, a História das Ciências legava certo “atraso” à Química moderna que só surgiu ao final do século XVIII, e à Biologia no princípio do século XIX (PRESTES, 2000). Bowler (1992) afirma que estas imagens derivam de interpretações mais antigas sobre a Revolução Científica, em que a busca por descrições minuciosas iniciadas na Renascença foi meramente produto de novos instrumentos como os microscópios, diferente do processo de transformação conceitual da Física, por exemplo. Desta forma, o autor acredita que mesmo o mecanicismo da biologia tendo limitado os avanços desta ciência natural, os naturalistas que passaram a descrever e classificar o mundo estavam sim engajados no que ele chama de atividade revolucionária. Nesses termos, considera-se que a investigação da natureza viva, ao início de uma nova interpretação da História Natural¹⁴, realizada ao longo dos séculos XVII e XVIII, representasse

¹³ O termo Revolução Científica é utilizado desde o século XVII. Segundo Prestes (2000) ele deve ser compreendida como um fenômeno resultante de várias e graduais modificações cujo efeito cumulativo produz, num período longo, um quadro “revolucionariamente” distinto das épocas anteriores. Cf.: DEBUS, 1991.

¹⁴ Esse é um termo genérico utilizado para o que é hoje geralmente visto como um conjunto variado de disciplinas científicas distintas. A maior parte das definições incluem o estudo das coisas vivas (ex: Biologia, incluindo Botânica e Zoologia), enquanto que outras definições estendem o conceito até incluir a Paleontologia, a Ecologia ou a Bioquímica, bem como partes da Geologia e da Física e até mesmo da Meteorologia. Nos séculos XVIII e XIX, os profissionais especializados em História Natural, os chamados naturalistas, utilizavam o termo para se referir aos estudos de natureza científica e se contrapor à história eclesiástica e apaixonada, sem fundamentação empírica, como é o caso dos estudos do cientista viajante Manuel Arruda da Câmara, cujos esforços seguem essa perspectiva empirista. Nas palavras de um historiador da natureza “Não consiste pois o estudo da História Natural, na simples nomenclatura; mas nas observações, e nas experiências para conhecer as relações, a ordem da Natureza, sua economia, sua política, a formação da Terra, e as Revoluções que sofreu. Enfim, as utilidades, que se podem tirar das produções naturais além das conhecidas.

naquele momento, a corrente transformação e reformulação do conhecimento científico.

Os recém-formados em História Natural, Física, Química, Matemática, dentre outras áreas do conhecimento, mergulharam nas expedições científicas iniciadas, desta forma, em 1735, com a inauguração da 1ª Expedição Científica Internacional da Europa, que buscava em um esforço conjunto determinar a forma exata da terra, ficando conhecida historicamente pelo nome de um de seus poucos sobreviventes, o geógrafo Charles de la Condamine¹⁵. Esta foi a primeira de numerosas que viriam em sequências, com objetivos distintos em territórios vários entre as colônias americanas e africanas dos países europeus.

Ao tratarmos especificamente do Império Português, diante das transformações científicas do século XVIII, por muito tempo se acreditou que ele permaneceu durante a primeira metade do século em questão, como mero consumidor intelectual¹⁶, mas ao decorrer das décadas houve uma busca por introduzir as ciências modernas e, por conseguinte, as investigações e expedições em todo o seu domínio, incluindo as terras do além-mar e a colônia portuguesa na América do Sul. Este processo de renovação do conhecimento cultural e científico foi em grande medida financiado pelo Estado.

A Coroa participou de forma quase que onipresente deste processo de renovação cultural e científica: por exemplo, na formação desta “elite do conhecimento”, quando impulsionou a criação do Colégio dos Nobres, da Academia Militar e a reforma da Universidade de Coimbra, ou quando requisitou em Bolonha, Gênova e Pádua os serviços de professores de física, astronomia, química, matemática, história natural para ensinarem nas instituições de ensino mencionadas (DOMINGUES, 2001, p. 824).

Envolvendo indivíduos e instituições, as ciências naturais lusitanas apesar de estarem na periferia das conquistas do Iluminismo no decorrer do século XVIII,

Sendo este estudo de grande utilidade, tão necessário, tão digno de que muitas pessoas se apliquem a ele, e consistindo numa de suas maiores dificuldades a inteligência dos termos de que os naturalistas, principalmente o Cel. Linnéu fazem uso, por isso, me determinei a traduzi-los para a nossa língua com a maior clareza possível” (VANDELLI, 1788, p.iv-v). Para maior aprofundamento da questão, vimos um interessante artigo que discute as observações e teses do naturalista no contexto das diversas doutrinas químicas e fisiológicas do final do século XVIII. O trabalho objetiva repensar especificamente o debate travado entre as diversas teorias que serviram de pano de fundo das relações entre a Química e a Fisiologia da época. Cf. ALMEIDA et. MAGALHÃES, 1997.

¹⁵ Para além do interesse científico, Pratt (1999) nos lembra de que esta expedição trazia também a rivalidade política entre França e Inglaterra, pois visando determinar de uma vez por todas o formato da terra, havia de um lado os que defendiam a ideia de que a Terra seria uma esfera (geografia cartesiana francesa), ou um asteroide achatado nos polos (teoria do inglês Newton).

¹⁶ Cf.: VILLALTA, 1999; MORSE, 1995.

conseguiram a seus passos acompanharem este com o movimento que chamamos de Reformismo Ilustrado¹⁷, que possui como um dos principais nomes o Marquês de Pombal¹⁸. Foi durante o consulado deste, que Portugal iniciou a absorção de ideias iluministas, filtradas pelo pensamento lusitano. Este homem buscou harmonizar ideias e concepções que pareciam inconciliáveis: fé e razão (MAXWELL, 1996; FALCON, 1982). Lorelai Kury (2004), no entanto, aceitando a proposta de Pedro Calafate (1994), em que a ilustração e a religião não seriam termos excludentes, mostra-nos que não só em Portugal ocorreu esta convivência entre razão e fé.

outros países europeus, como França e Inglaterra, diversos grupos de homens de letras e de ciências poderiam ser identificados como pertencentes à tendência filosófica e científica que Jacques Roger (1993) qualificou de “utilitarismo devoto” (KURY, 2004, p. 110).

O consulado pombalino, ao que nos parece, se diferenciou ao buscar o fortalecimento do poder do Estado, frente à igreja e à nobreza. Reformando a economia e a educação, o Marquês movimentou a sociedade portuguesa em diferentes níveis, tentando retirar Portugal da posição de inferioridade frente às demais potências europeias (BOTO, 1996; NOVAIS, 1979). Responsável pela indicação de Domingos Vandelli¹⁹ à Universidade de Coimbra, Pombal também foi mentor da reforma que esse realizou na mencionada instituição, que provocou um aumento considerável na procura pela formação de nível superior em todo o Império

¹⁷ O termo Reformismo Ilustrado remete à incorporação seletiva que a Coroa Portuguesa fez das ideias iluministas, expugnando aquelas que pudessem ameaçar o absolutismo, a religião e as políticas coloniais. Segundo Villalta (1999) “o Reformismo buscava conciliar a valorização da Razão e das ciências à anteposição de obstáculos, o que soava como ameaça ao absolutismo monárquico, à religião católica e à manutenção do Império Colonial, cerceando a influência das vertentes mais radicais do Iluminismo [...] Além disso, procurava romper com o panorama cultural estabelecido, atacando especificamente os milenarismos, e anti-cientificismo e as teorias de poder corporativas.” (p. 22). Joaquim Ferreira Gomes (1995) nos lembra de que houve um processo semelhante em países em que o catolicismo possuía força, como a Itália e a Espanha.

¹⁸ Sebastião José de Carvalho e Melo, mais conhecido como Marquês de Pombal, nasceu em Lisboa no ano de 1699, falecendo em 1782. Foi secretário de Estado do Reino durante o reinado de D. José I (1750-1777). Pombal fez muitas reformas e conquistou um grande número de adversários políticos entre a nobreza, o clero e os oficiais. Ele foi o principal responsável pela expulsão dos jesuítas de Portugal e das colônias. Cf.: MAXWELL, 1996.

¹⁹ Domenico (Domingos) Vandelli (1735-1816) foi um naturalista italiano, muito importante para o desenvolvimento científico em Portugal nos finais do século XVIII e princípios do século XIX. Estudou na Universidade de Pádua, onde fez o seu doutorado em Medicina com a tese intitulada *Dissertationes tres: de Aponi thermis, de nonnullis insectis terrestribus et zoophytis marinis, et de vermium terrae reproductione atque taenia canis*. Em 1764, foi inicialmente contratado para ensinar ciências químico-naturais em Lisboa, no Colégio dos Nobres, mas este ensino nunca chegou a ser implementado. Criou e dirigiu os jardins botânicos de Lisboa e Coimbra, foi lente de Filosofia Natural na Universidade de Coimbra e um dos fundadores da Academia das Ciências de Lisboa. Vandelli foi responsável ainda, por dirigir as expedições filosóficas portuguesas de finais do século XVIII, levadas a cabo por Alexandre Rodrigues Ferreira e outros naturalistas que tinham sido alunos seus na Universidade de Coimbra (SINNER, 1999; PRESTES, 2000).

Português, muitos provenientes do Brasil, que buscavam subsídios no conhecimento científico para o desenvolvimento econômico da colônia, e, por conseguinte, do próprio império (PRESTES, 2000). Assim, dos 866 brasileiros formados em Coimbra, entre os anos de 1772 e 1822, a grande maioria se formou em Direito, mais precisamente os 568. Contudo, destes, 278 se formaram simultaneamente em Matemática ou Ciências Naturais (DIAS, 1968).

Ainda no tocante à reforma da Universidade de Coimbra, é válido destacar que como a mesma estava pautada no ensino das ciências, foram criadas a partir do novo estatuto, de 1772, as faculdades de Medicina, Matemática e Filosofia, em que estavam inclusas a Física experimental, a Química e a História Natural²⁰. O objetivo do consulado pombalino era criar uma elite cultural que estivesse mais aberta ao pensamento racional e empírico, como também formar mão de obra a ser utilizada nos quadros administrativos do Império. Coube a Vandelli, contudo, a formação desta geração de naturalistas, que utilizariam da ciência para promover a sua nação: Portugal.

De todos os pontos do Império, indivíduos de várias proveniências, com diferente formação, exercendo as mais diversas funções e dotados de objetivos diferentes enviavam aos órgãos da administração central, sediada em Lisboa, informações sobre os mais variados assuntos. Contudo, esses dados deveriam contribuir para o conhecimento global do território. E há que referir que não se limitavam, apenas, a uma forma textual. Enviavam-se também cilindros de folha de flandres com cartas geográficas e topográficas; desenhos de espécies animais e vegetais, ou então, de paisagens que captavam o exotismo e a exuberância de uma natureza que não era a de Portugal reino (DOMINGUES, 1992, p. 87).

Mediante a crise que Portugal enfrentava nas três últimas décadas do século XVIII, os empreendimentos coordenados por Vandelli, estavam inseridos e focados na recuperação econômica do Reino. Ele foi, talvez, a maior “expressão de um movimento intelectual que via a necessidade de salvar o Reino” (MUNTEAL, 1993, p. 18).

Que esta viagem há de contribuir muito para o aumento da agricultura e a perfeição das artes, não se pode negar, pois, só desta sorte se pode conhecer o que o nosso país tem, e o de que é capaz. Ora, se são úteis as viagens feitas nos reinos estranhos, como todos os dias observamos, e se nós mesmos temos mandado a eles alguns filósofos nossos, quanto não será mais interessante uma viagem feita

²⁰ Segundo Villalta (1999), foram construídos ainda, a partir do estatuto de 1772, o Hospital Escolar, Dispensário Farmacêutico, Observatório Astronômico, Jardim Botânico, Gabinete de História Natural, dentre outros laboratórios, além da aquisição de um vasto acervo de materiais e instrumentos didáticos.

no nosso país, se é que queremos que se diga que nos propomos saber o que há na casa alheia, ignorando o que há na nossa” (VANDELLI, 1987, p. 35).

A partir das palavras do próprio Vandelli acima transcritas, percebemos que há nestes empreendimentos de viagens científicas, uma forte tendência à fisiocracia²¹, que são ideias que acabaram transparecendo para os próprios alunos de Coimbra, “quando convertem o estudo dos temas agrícolas e dos recursos naturais para uma finalidade eminentemente prática, a ponto de torná-los instrumentos de política econômica” (PRESTES, 2000, p. 75).

São logo a agricultura, as artes, e o comércio, os primeiros móveis da fortuna de qualquer país, os únicos mananciais de todos os bens do Estado e de todos os interesses públicos ou particulares de uma nação. Ora, como esta Real Academia se tem proposto fomentar a indústria de nossos povos, e contribuir quando esta der a sua parte para o aumento da agricultura e perfeição das artes, eu vou nesta pequena memória fazer ver quanto interessa ao mesmo progresso da agricultura e das artes o conhecimento das substâncias de que abunda o nosso reino, mostrando ao mesmo tempo, quanto se faz digno da sua providentíssima atenção o mandar fazer para o mesmo fim uma viagem filosófica, primeiramente nele, e depois nos seus domínios (VANDELLI, 1987, p.34).

Ainda sobre como deveria ser realizado o estudo dos naturalistas, Vandelli enumera:

- 1º) “análise de todas as terras e de seus principais constituintes, em que se conhece a diversa proporção que se acham combinados, donde se deduz quais são as plantas e para que são mais próprias”;
- 2º) “Como as lenhas são objetos de tanta importância, (...) maduro exame sobre o estado dos nossos bosques e matas, (...) das minas de carvão fóssil”;
- 3º) “... conhecimento dos metais (...) e dos minerais (...) que podem fornecer matéria para o estabelecimento de muitas fábricas, em que se empregam substâncias importadas de países estranhos”;
- 4º) “O conhecimento de todas as plantas (...) os diferentes usos, que podem ter já nas artes e na economia animal, ou que sejam consideradas como alimentares ou como medicinais”;
- 5º) “... análise de todas as águas medicinais do reino, visto que do seu conhecimento nasce o interessante ramo de medicina hidrológica” (VANDELLI, 1987, p. 34-5).

²¹ O termo fisiocracia surgiu na segunda metade do século XVIII, na França. Segundo Francisco Falcon (1986), é uma doutrina econômica que dá ênfase ao incremento da agricultura através de empréstimos e racionalização do sistema fiscal. Os fisiocratas, “partindo de uma filosofia utilitarista a respeito das relações sociais, produziram uma teoria política por eles mesmos denominada de *despotismo legal*. A base fundamental da ordem natural é a propriedade, de modo que a atividade governamental deve procurar ‘o maior aumento possível da produção e da população e assegurar a maior felicidade possível para o maior número de pessoas’. É dever do Estado, através do ‘déspota legal’, garantir os direitos de propriedade, segurança e livre concorrência” (FALCON, 1986, p. 18).

Seguindo estas linhas de raciocínio, numerosos luso-brasileiros, recém-formados homens da ciência, não apenas na Universidade de Coimbra, mas em diferentes instituições de ensino europeias, passam a fazer parte do grupo de naturalistas viajantes a serviço da Coroa portuguesa, que com o incentivo e o aproveitamento desses estudiosos, levaram a cabo uma política mais ativa de exploração e renovação da agricultura tradicional (DIAS, 1969).

São várias as expedições efetuadas pelos alunos de Vandelli, especialmente no ano de 1783, Joaquim José da Silva foi enviado à Angola; Manoel Galvão da Silva à Índia e à Moçambique; João da Silva Feijó, à Cabo Verde, onde ficou até 1793 como naturalista a serviço da Coroa. Mas, foi sempre o Brasil, o alvo de maior atração. No início do século XIX, Feijó realizou investigações no Ceará, tendo algumas de suas obras publicadas pela Imprensa Régia. Remessas eram enviadas por vários naturalistas que já se encontravam em várias regiões do Brasil (PRESTES, 2000, P. 78)²²

Distanciando-se das viagens e das expedições realizadas ao Novo Mundo durante os séculos XVI e XVII, os viajantes do século XIX, buscavam a produção de escritos, relatórios, com um conhecimento científico seguro, pois, “estabelece-se uma nova pressão em favor da veracidade naturalística do relato que partia do viajante” (CAMPBELL, 1988 *apud* LIMA, 2009, p. 188). Esperava-se do expedicionário muito mais do que um conjunto de impressões, porém, escritos com base em algum “método científico”, algo necessário mediante os objetivos que moviam estas viagens de prospecção.

Essas marcas discursivas eram decisivas por motivos de ordem estritamente econômica: se os sinais do factual não foram bem decifrados e seguidos, se **não indicarem o passível a ser comprovado**, os viajantes podem sair em busca do outro onde ouro não há [grifo nosso] (LIMA, 2009, p. 186).

Os desenhos cartográficos de representação do mundo surgem concomitantemente à literatura de viagem. São esses desenhos que dão o contorno das novas terras e ilustram os longos diários. Na medida em que os relatos de viagem foram se profissionalizando, o mesmo ocorreu com a cartografia; a ciência a partir do século XVIII passa a auxiliar os desenhos, pois, com os cálculos era possível uma maior exatidão das rotas em mapas. A particularidade, contudo, nos apresenta na cartografia portuguesa.

²² Poderíamos citar ainda como exemplos “Joaquim Velloso de Miranda, em Vila Rica; Francisco Vieira do Couto, em Serro do Frio, Serafim Francisco de Macedo, em Vila de S. Francisco da cidade da Baía; José da Silva Lisboa, na Baía; e Estácio Gularte, no Rio de Janeiro” (CARVALHO, 1987, p. 83).

Grandes navegadores, donos de uma visão predominantemente pragmática do mundo, deixam transparecer em seus desenhos o teor mais descritivo e a observação voltada para os fins práticos das rotas marítimas. Mestres das cartas náuticas buscam a realidade geográfica e as medidas de precisão que lhes permitam navegar, mostrando-se, menos propensos à elaboração simbólica (BELLUZZO, 1994, p.19).

Os portugueses possuíam certa superioridade nos desenhos cartográficos. Segundo Belluzzo (1994), a própria mentalidade mercantil de Portugal, focalizada na atividade econômica, somado ao desejo de estabelecer o domínio dos mares e conquistar novas terras, teria influenciado diretamente no desenvolvimento das técnicas de navegação e dos mapas, com as representações das rotas marítimas guardadas como segredo de estado.

A Coroa portuguesa se tornou o principal financiador destas pesquisas nos territórios de seu império ultramarino. Com a nomeação de D. Rodrigo de Souza Coutinho²³ a ministro de D. Maria I, em 1796, houve uma proliferação dos incentivos oficiais com bolsas de formações profissionais e patrocínio de viagens de estudo. Foi neste período que:

Portugal se abriu mais largamente aos influxos da ilustração europeia. A Academia Real das Ciências foi por excelência o centro de assimilação dessas novas correntes e de sua adequação à realidade portuguesa. Direta ou indiretamente inspirado ou estimulado pela Academia, é todo um vasto movimento intelectual que se processa; o pressuposto cientificista e pragmático percorre todo o esforço para o adiantamento da agricultura, das artes e da indústria em Portugal e suas conquistas (NOVAIS, 1979, p. 225).

O próprio Souza Coutinho:

Mandava pedir aos governadores das capitanias relatórios sobre os processos empregados no preparo e no cultivo dos gêneros exportáveis; ordenava que se procedessem a levantamentos de plantas nativas a serem remetidas para o Reino e a explorações mineralógicas; prometia prêmios aos lavradores mais industriais; tratava de promover a introdução do arado e a cultura dos novos gêneros. Ordenava medidas no sentido de aumentar o comércio interno e o de exportação (DIAS, 1968, p. 119).

²³ Rodrigo de Souza Coutinho, também conhecido como Conde de Linhares, nasceu em Portugal no ano de 1755. Desempenhou o cargo de ministro em Turim, sendo posteriormente, em 1795, nomeado secretário de Estado da Marinha. É autor da obra Memória sobre a verdadeira influência das minas de metais preciosos na indústria das nações, especialmente na portuguesa, publicado pela Real Academia de Ciências de Lisboa. Morreu em 1812, no Rio de Janeiro, tornando-se bastante conhecido por ser um dos responsáveis pela transferência da Corte portuguesa para o Brasil. Cf.: D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In **Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$d.-rodrigo-de-sousa-coutinho](http://www.infopedia.pt/$d.-rodrigo-de-sousa-coutinho)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

É a partir dessas viagens filosóficas que o Brasil seria revisitado e os “milhares de espécies da floresta [que] permaneciam sem nome até para os indígenas; milhares de espécies cujas propriedades ainda eram desconhecidas” (DEAN, 1996, p. 134) passariam a ser catalogados, principalmente, com os itinerantes: José Mariano da Conceição²⁴, Alexandre Rodrigues Ferreira²⁵ e Manuel Arruda da Câmara, deste último, trataremos com maior detalhe no tópico seguinte deste capítulo.

Contudo, como nos lembra Dias (1968), mesmo com os grandes incentivos financeiros, os vastos relatórios produzidos nas pesquisas desses naturalistas acabaram, em sua grande maioria, sem publicação; em parte por opção da própria Coroa, que pretendia que tais estudos viessem mais a “servir de instrução ao governo, dada à política de sigilo e à intenção de Portugal de manter o Brasil fechado para o mundo” (DIAS, 1968, p. 129), do que necessariamente para o

²⁴ José Mariano da Conceição Veloso, mais conhecido como Frei Veloso, foi um franciscano naturalista luso-brasileiro nascido em São José do Rio das Mortes, hoje Tiradentes, no Estado de Minas Gerais, que se dedicou à botânica. Chefiou a expedição de estudos em botânica (1783-1790) pela capitania do Rio de Janeiro, a convite do vice-rei Luís de Vasconcelos e Sousa. Morreu de hidropisia, no convento de Santo Antônio, no Rio de Janeiro. Sua biblioteca pessoal (com manuscritos e documentos) foi graciosamente cedida a Real Biblioteca do Rio de Janeiro, mais tarde rebatizada como Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro, que republicou uma amostra do total do seu trabalho com os desenhos creditados ao pintor João Francisco Muzzi, sob o título *Plantas fluminenses* (1976). Cf.: LUNA, 2009.

²⁵ Alexandre Rodrigues Ferreira nasceu na Bahia, em 27 de abril de 1756 e faleceu em Lisboa em 23 de abril de 1815. Foi indicado por Domingos Vandelli e nomeado em 1778 pela Rainha D. Maria I, para chefiar a comissão científica encarregada de empreender viagens pelas capitanias do Grão-Pará, Rio Negro, Mato Grosso e Cuiabá. A Expedição Filosófica partiu do porto de Lisboa, em 1 de setembro de 1783, levando entre outras pessoas, os riscadores José Joaquim Freire, Joaquim José Codina e o jardineiro botânico Agostinho Joaquim do Cabo. A expedição chegou a Belém em 21 de outubro de 1783 e teve duração de nove anos. A partir dela foram gerados vários trabalhos e anotações sobre a região amazônica, registrando informações sobre a fauna, a flora e seus habitantes. Após a morte de Alexandre Rodrigues Ferreira, organizou-se uma relação de seus manuscritos e papéis. Tanto esta relação quanto os manuscritos foram entregues por ordem do Visconde de Santarém a Félix de Avelar Brotero, em cinco de julho de 1815, para que ficassem sob a guarda e conservação do Real Museu d’Ajuda. A documentação permaneceu no Museu até o ano de 1838, quando foram transferidos para a Academia Real de Ciências, a fim de que Manoel José Maria da Costa e Sá, por ordem da mesma Academia desse seu parecer para a publicação das obras concernentes à viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pela América Portuguesa no final do século XVIII. A publicação não se concretizou e os documentos se dispersaram entre várias instituições e colecionadores. Em 1876, Alfredo do Vale Cabral, bibliotecário da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro realizou um trabalho de mapeamento dos registros manuscritos e iconográficos produzidos pela Expedição Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira pelo Brasil. Esse trabalho, publicado nos Anais da Biblioteca Nacional nos volumes 1, 2, e 3 serve, ainda hoje, como principal fonte de referência para aqueles que desejam conhecer melhor a produção documental realizada pelos cientistas da Real Expedição Filosófica ao Brasil. Cf.: Alexandre Rodrigues Ferreira. Disponível em <<http://bndigital.bn.br/projetos/alexandre/Index.html>> Acessado em: 15 jun. 2012.

desenvolvimento científico e disseminação do conhecimento, como haviam imaginado os mentores iluministas.

Sabemos hoje, com segurança, que em relação ao Brasil, desde os idos de 1500, o Governo português agia sempre com cautela ao pôr em prática a política do sigilo, nada informando, quase sempre camuflando e muitas vezes confundindo as suas declarações para que os olheiros das nações vizinhas nada soubessem. A viagem científica de Alexandre Ferreira, ao que nos parece, foi organizada em Portugal sob esse véu de mutismo, de modo que apenas as autoridades amazônicas estavam cientes da importância e finalidade de tal empreendimento. Essa seria também uma das razões pelas quais o naturalista luso-brasileiro encontrou toda espécie de dificuldades em Lisboa após o seu regresso a Portugal em 1793, para publicar os resultados de seus estudos na Amazônia. O certo é que não havia na época intuito algum de divulgar os resultados de estudos científicos fundamentais de um mundo desconhecido aos europeus, ávidos de informações e novidades. Com olhares cúpidos, os governos ingleses, franceses e principalmente os espanhóis tentavam enviar visitantes travestidos de cientistas a serviço do governo dessas nações [...] (CUNHA, 1991, p. 16).

Os cuidados e a constante vigilância que Portugal exercia sobre qualquer coisa relacionada ao Brasil estavam expostos não apenas nestes obstáculos, na publicação dos relatórios de viagem escritos por seus naturalistas, mas foram reproduzidas em diários pessoais de estrangeiros que aportaram da colônia e como lembra França (2007), segundo a exasperada inglesa Kindersley²⁶ “[...] a vigilância ia ao cúmulo de o oficial dormir na porta de seu quarto” (FRANÇA, 2007, p.22). Contudo, mesmo diante das dificuldades, o naturalista luso-brasileiro Manuel Arruda da Câmara, foi um dos que conseguiu, dentro de certos limites, ter alguma de suas obras impressas, inclusive em periódicos científicos, como *O Patriota*, “cumprindo, ao menos em parte, a suposta finalidade de divulgação das artes agrícolas” (PRESTES, 2000, p. 94), pois, apesar destas apresentarem-se úteis (ao contrário do que se pensava sobre obras mais filosóficas ou culturais) não eram tão lidas como se desejara.

Com a abertura dos portos brasileiros, em 1808, que simbolicamente significou a abertura do Brasil aos estrangeiros, principalmente com as missões francesas e austríacas, estudiosos estrangeiros passaram a realizar expedições pelo

²⁶ Jemima Kindersley (1741-1809) foi uma inglesa de origem humilde que alcançou a ascensão social ao casar com um tenente na Royal Artillery, Nathaniel Kindersley. Era assídua leitora dos filósofos iluministas; viajou com seu marido por longos roteiros e dessas viagens publicou, em 1777, *Letters from the island of Teneriffe, Brazil, teh Cape of Good Hope, and the East Indies*, com uma tiragem de mil a 1.500 exemplares. Sendo publicado concomitantemente em alemão. A obra é um conjunto de 68 cartas de pura narrativa de viagem.

misterioso território da colônia portuguesa na América, e esta passaria a ser um dos principais territórios de estudo durante o século XIX.

Havia um público certo para esta literatura de viagem; a sociedade europeia estava ávida por informações botânicas, zoológicas, mineralógicas e etnográficas; os relatórios tinham um destino certo. As descrições e classificações da natureza eram enriquecidas com ilustrações e desenhos das mesmas, aproximando o leitor do conhecimento, possibilitando mais do que mera imaginação através da leitura, mas, a concretização da natureza através da imagem. Contudo, mesmo tendo a história natural europeia se firmado ao longo do século XVIII em crítica ao conhecimento diletante predominante até o mencionado século (KURY, 2004), este movimento de produção em larga escala dos relatórios de viagem, crítica também às teorias de gabinete, acaba por reabrir espaço para as narrativas diletantes, de curiosidades.

Os livros de viagens foram atingidos pela profissionalização da escrita, conquistando assim seu mercado de leitores e passando a ser um negócio lucrativo. Os escritos e seus editores baseavam-se em obras já consagradas de profissionais para garantir uma obra competitiva, para tanto, eram frequentes as transformações em torno dos manuscritos aproximando-os de um romance. Um dos casos mais conhecidos ou reconhecidos pela historiografia em geral, foi a viagem diletante de Henry Koster pelo “Norte” do Brasil, entre 1809 e 1810, que gerou um diário de viagem que foi publicado a primeira vez em 1816, sobre o qual trataremos com mais detalhes no terceiro tópico do corrente capítulo.

Os viajantes daquele período pouco têm em comum com os turistas de hoje, viajar era muito mais do que deslocar-se no espaço, era conhecer terras novas, pouco conhecidas, um espírito aventureiro, em que os perigos e as dificuldades da empreitada eram ponderados para que a aventura fosse realizada com serenidade e atenção. As viagens que em tempos remotos ocorriam apenas como fuga de inimigos ou de guerras, passaram no período entre os séculos XVI e XIX, a ser o caminho mais curto entre um indivíduo e o outro, produto tanto para a produção textual como para a produção científica, e também da própria experiência de vida dos viajantes. Esses homens e mulheres viviam entre a escrita e as observações científicas; entre os relatos e os estudos; entre a pena e a lupa.

O Historiador Natural: a formação e a obra de Manuel Arruda da Câmara

Manuel Arruda da Câmara foi um dos nomes representantes da geração do reformismo ilustrado da segunda metade do século XVIII. Nascido no ano de 1766²⁷, possivelmente na região que hoje se encontra a cidade de Pombal, no interior na Paraíba (PB)²⁸, e falecido em Itamaracá, no estado de Pernambuco(PE), em 1811. Era filho do Capitão-mor de Piancó²⁹(proprietário de terra e criador de gado) Francisco de Arruda Câmara com Maria Saraiva da Silva.

Ingressou na Ordem Carmelita, no convento da vila de Goiana (PE), em 25 de novembro de 1783, passando a chamar-se Frei Manuel do Coração de Jesus (LUNA, 1976), contudo, antes mesmo de assumir o sacerdócio, viajou para Portugal e matriculou-se em Filosofia Natural na Universidade de Coimbra. Pouco se sabe da vida de Manuel Arruda da Câmara, antes deste episódio, exceto pelas informações já mencionadas. Os motivos que o levaram a entrar na Ordem religiosa permanecem desconhecidos, sendo numerosas as hipóteses levantadas por alguns de seus biógrafos, mas, não nos cabe abordá-las neste trabalho³⁰.

Melhor seria lembrar que nunca terminou o curso de Filosofia Natural e Matemática, formando-se médico pela Universidade de Montpellier, na França. Lá, matriculou-se em 15 de agosto de 1790, não mais como Frei, mas apenas como Manuel Arruda da Câmara (PEDROSA, 1959). Abandonada a vida religiosa, passou a estudar as Ciências Naturais, a Química e a Física. Os motivos de sua transferência, assim como o que aconteceu durante esses anos na França revolucionária, constituem uma incógnita para os historiadores. Não se encontra nos escritos de Arruda também algo que o aproxime, no que toca à política, das mais

²⁷ A data de nascimento de Arruda da Câmara era atribuída pelos seus biógrafos ao ano de 1752. No entanto, Prestes (2000, p. 101), ressalta um documento oficial referente à matrícula do jovem Arruda da Câmara na Universidade de Coimbra, datado de 26/10/1786, encontrada e reproduzida em livro de HERSON, 1996, p. 261 e 272. Consta que nessa época ele contava vinte anos, portanto, havia nascido em 1766.

²⁸ Antiga Capitania da Paraíba no período em questão, era dependente administrativamente da Capitania Geral de Pernambuco, portanto, em alguns documentos, como o livro de matrícula da Universidade de Coimbra, Arruda Câmara se declara Pernambucano. Cf.: MELLO, 1982.

²⁹ Segundo José Antônio Gonsalves de Melo, uma carta de Dom Rodrigo de Souza Coutinho ao Governador de Pernambuco identifica Arruda da Câmara como sendo filho de Capitão-mor, esta mesma documentação foi citada por Seixas, nos capítulos 11 e 12, porém sem transcrição da mesma. Cf.: MELLO, 1982; SEIXAS, 1975.

³⁰ “Embora conste que seu pai, Francisco de Arruda Câmara, fosse um dos mais prósperos e influentes proprietários de terras do sertão da Paraíba, é possível que tenha optado pela carreira religiosa do filho, tendo em vista, a facilidade de ter acesso aos primeiros estudos. É também bem provável, que sua família vislumbresse a possibilidade de “desoneração” da pecha de descendente de cristãos novos que socialmente a desqualificava. Isso pode inferir-se do fato dele ter logo após retornado à vida laica” (AGUIAR, 2011. p. 6).

democráticas ideias revolucionárias francesas³¹. Diferente do que se acreditou e se difundiu através de numerosos escritos não passíveis de comprovação documental (MELLO, 1982), suas ideias não parecem apontar para a participação em movimentos republicanos³². Os utilitários discursos fisiocratas, bastante presentes em seus relatórios, muitas vezes interpretados como libelos de “nativismo”, acreditamos, poderiam ser classificados, no máximo, ao diapasão das teorias historiográficas sobre os sentimentos de “pertença ou pertencimento,” como manifestações de um certo “patriotismo imperial”, de resto, bem comuns nos escritos da chamada “Geração de Coimbra”³³.

Os anos de estudo em Portugal e na França renderam à Arruda da Câmara contato com diversos intelectuais, que passaram a influenciar de forma direta sua compreensão de mundo e, por conseguinte, suas metodologias de pesquisas e a escrita dos seus relatórios de campo. O primeiro nome que podemos elencar é o do botânico português, Félix de Avelar Brotero (1744-1828)³⁴, autor de *Principios de agricultura philosophica* (1793), bastante lido e comentado em seu tempo, dentre outras obras. Avelar Brotero fora nomeado, em 1791, professor de botânica e agricultura na Universidade de Coimbra, contudo, sua formação, assim como ocorreria com Arruda da Câmara, fora lavrada no curso de medicina. Chegou a ser homenageado por Arruda da Câmara, que em nota (9) no seu relatório *Memórias sobre a cultura do algodoeiro* (1797), diz ter concedido ao velame o nome genérico “Broterea Purgans”, em referência ao seu amigo botânico, visto que tal espécie botânica ainda não havia sido descrita por Lineu.

A botânica, o reino vegetal, parece significar a real fonte da riqueza de uma nação, conforme podemos observar nos trechos seguintes:

³¹ Devemos lembrar neste ponto que Câmara estava envolto a este universo revolucionário, por mais que não estivesse participando e se influenciando de forma direta das ideias revolucionárias. Um dos grandes intelectuais a influenciarem seus trabalhos futuros, foi o químico Lavoisier, que trataremos com mais detalhes ao longo desta escrita, tendo sido decapitado ao curso deste processo de Revolução, em 1780.

³² O historiador José Antônio Gonçalves de Mello (1982) assumiu a tarefa de reunir documentações sobre o naturalista Manuel Arruda da Câmara, neste processo, em busca de realizar uma biografia do mesmo, deparou-se com numerosas “inverdades”, a exemplo da existência de uma fotografia de Câmara, que foi algo considerado impossível, visto que a mesma não havia sido inventada no ano de sua morte, 1811.

³³ O termo foi criado por François Xavier Guerra, para descrever o sentimento identitário que os colaboradores do jornal *O Patriota* (1813-1814) publicaram o texto de Manuel Arruda da Câmara sobre a Memória da Cultura do Algodão, que estava ligado ou vinculado à quebra do Pacto Colonial, prevendo muito mais a união das Províncias do Império Português, mas não a um nacionalismo brasileiro. Cf.: KURY, 2007.

³⁴ Para maiores informações sobre Félix de Avelar Brotero Cf.: CASTEL-BRACO, 2004.

O reino vegetal é sem dúvida a fonte mais fecunda, mais pronta e menos trabalhosa das riquezas de qualquer nação; e todo cuidado em promover esse manancial será pouco, à vista do imenso proveito que daí se pode tirar (CÂMARA, 1982, p. 204).

Estou entusiasmado de trabalhar periodicamente algumas dissertações, que todas juntas formem um corpo de obra interessante. A primeira dissertação é sobre as plantas que fornecem óleo; [...] A segunda é sobre os vegetais que dão linho no Brasil; [...] A terceira, sobre todos os vegetais que servem à tinturaria; [...] A quarta, sobre os vegetais que fornecem e nos podem fornecer vinho e aguardente, [...] A quinta dissertação, sobre as madeiras de marchetaria; [...] A sexta, sobre as que dão féculas e farinhas, [...] A sétima dissertação será sobre as plantas e árvores frutíferas, [...] A oitava, sobre as plantas que têm conhecida virtude medicinal, [...] (CÂMARA, 1982, p. 102-103).

Nesta última citação retirada do *Anúncio dos descobrimentos feitos em Paranambuc*, de 1795, conseguimos observar primeiramente o grau de ambição de Arruda da Câmara, contudo, percebemos claramente o quanto foi de forte influência os contatos com o botânico Avelar Botero. A botânica e a agricultura são estudos de grande relevância para o naturalista, que passa a dedicar-se quase que integralmente a elas.

Outro mestre a ser referenciado nas nomenclaturas de Arruda da Câmara foi o químico Jean Antoine Chaptal (1756-1832)³⁵. Em homenagem a ele, o piqui³⁶, também um gênero novo em suas classificações, receberia o nome de “Chaptalia Pichiy” (CÂMARA, 1982, p. 160).

A química também é bastante presente nos relatórios do naturalista, principalmente para análise de solo. Em Memórias sobre a cultura do algodoeiro (1799), Arruda da Câmara ao descrever como uma planta nasce e vigora em um determinado terreno e como enfraquece e morre em outro, diz que esse estudo aprofundado do solo só pode ser compreendido pelo químico, pois este é quem “indaga as propriedades dos corpos, por meio de análise e síntese” (CÂMARA, 1982, p. 125). Nesse sentido, os conhecimentos químicos de Arruda da Câmara o auxiliaram no aprofundamento das análises sobre agricultura e botânica, na medida

³⁵ Para maiores informações sobre o químico Jean Antoine Chaptal Cf.: FLOURENS, 1838.

³⁶ Hoje conhecido como pequi (*Caryocar brasiliense*; Caryocaraceae) é uma árvore nativa do cerrado brasileiro, cujo fruto é considerado tipicamente goiano, muito embora seja bastante utilizado na cozinha nordestina e do norte de Minas Gerais, além dos demais estados do Centro-Oeste brasileiro. Dele é extraído um azeite denominado azeite de pequi, do qual Arruda da Câmara já fazia referência em Memórias sobre a cultura do Algodoeiro (1799), como sendo algo comestível, muito saboroso e uma das delícias dos habitantes do Sertão.

em que relaciona estes aos demais fatores que estão intrinsicamente ligadas, como o solo, a água e o ar.

No entanto, a maior influência intelectual de Arruda da Câmara, para Mello (1982) foi o químico Antoine Laurent de Lavoisier (1743-1794)³⁷. Embora não haja prova de que os dois tenham se conhecido pessoalmente, pois durante os anos que Arruda permaneceu em Montpellier, Lavoisier morava em Paris, a influência do químico é algo inegável, como se percebe pelo título da própria Tese de Doutorado, “Investigações filosóficas e químicas sobre a influência do oxigênio no metabolismo animal”, defendida em 1791, um ano antes da ascensão da República Jacobina na França, assim como as dedicações futuras de Arruda da Câmara por uma agricultura científica, com propósitos pedagógicos (AGUIAR, 2011)³⁸. Contudo, não podemos esquecer que para além da formação nos ditames dos nascituros saberes da Química de Lavoisier, Arruda da Câmara também fora aluno sem se formar, dos cursos de História Natural supervisionados por Domingos Vandelli, na Universidade de Coimbra, sendo assim, “a sua obra apresenta os traços dessa dupla formação” (PRETES, 2000, p. 108).

Devemos destacar ainda as influências do Frei Veloso³⁹, a quem conheceu em 1792 e com quem supomos ter trocado muitas correspondências, visto que na única carta que chegou ao nosso conhecimento, datada de fevereiro de 1794, Arruda da Câmara declara:

Não me enfado nunca de ler e reler a sua carta, em que ajuntas a bela exposição a sábios documentos, que devem servir de guia ao Naturalista Viajante; eu nunca os perderei de vista e desejo já ter inteiro descanso para cumpri-los à risca (CÂMARA, 1982, p. 104).

³⁷ Para saber mais sobre Lavoisier Cf.: DONOVAN, 1996.

³⁸ Devemos lembrar ainda de outro francês, o filósofo Condillac, cuja presumida tradução da obra “Lógica” (1781) não lhe deve ter passado incólume.

³⁹ As pesquisas realizadas por Frei Veloso durante suas expedições botânicas (1779-1790) foram publicadas no século seguinte. O *Florae Fluminensis* (1825-1827), só tornou-se possível mediante a anexação da Oficina do Arco do Cego à Imprensa Régia, que possibilitou a preparação de mais de 500 chapas de gravuras de espécimes animais, vegetais e minerais litorâneos da capitania do Rio de Janeiro. Nesta mesma obra encontramos reunidas descrições de cerca de mil e setecentas espécies endêmicas. O reconhecimento do trabalho levou Frei Veloso para Lisboa, ainda em 1790, quando Arruda encontrava-se em Paris. Em Portugal, Veloso passou a trabalhar no Real Museu e Jardim da Ajuda e na Academia Real das Ciências, de onde conseguiu financiamento régio para publicar seus trabalhos. A biblioteca pessoal de Frei Veloso, com manuscritos e documentos foi incorporada ao acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Esta publicou, em 1976, um apanhado geral de seu trabalho, ilustrado com xilogravuras atribuídas a João Francisco Muzzi, um pintor italiano, sob o título *Plantas fluminense*. Cf.: BELLUZZO, 1994.

Não poderíamos deixar de mencionar ainda, Carl Lineu⁴⁰, que como representante fez-se fortemente presente, no tocante ao seu sistema taxonômico, na obra de Manuel Arruda da Câmara. Para nosso naturalista em apreço, no entanto, fora necessário realizar adaptações pessoais ao sistema lineano, pois acreditava que ele por si só era insuficiente por desconhecimento das características climáticas e naturais do Brasil, o que resultava em descrições inadequadas, orientadoras por sua vez, de práticas agrícolas obsoletas (AGUIAR, 2011). Assim, Arruda dava crédito à ideia de que os vegetais em sua origem eram derivados de vários continentes em simultaneidade, conforme o modelo de Buffon⁴¹.

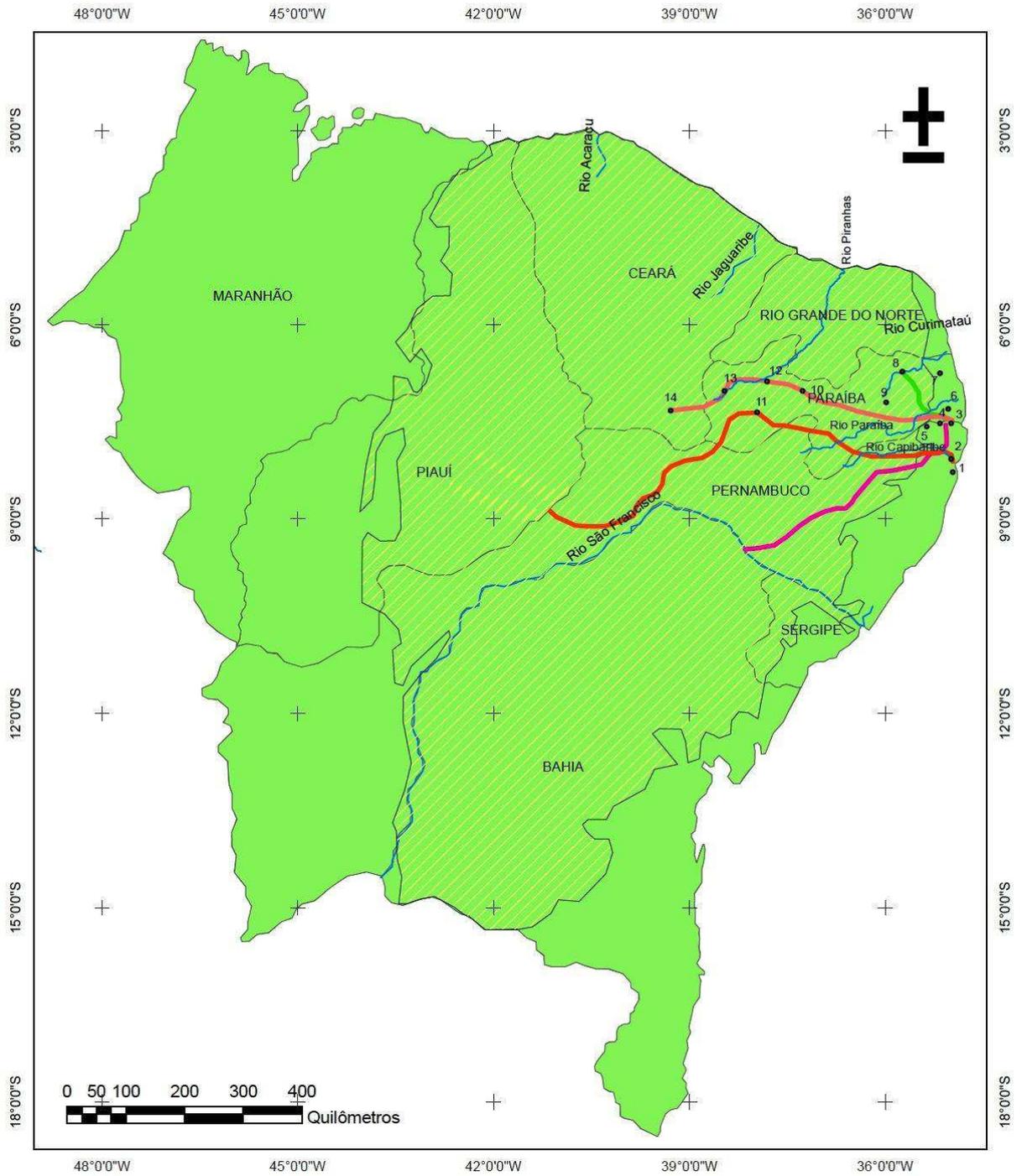
O primeiro livro publicado de Arruda da Câmara foi *Aviso aos Lavradores, sobre a inutilidade da suposta fermentação de qualquer qualidade de grão ou per vides para aumento da colheita, segundo um anúncio que se fez ao público*, logo após o término de seu Doutorado, em 1792, na cidade de Lisboa. O livro parece ter sido financiado pelo próprio autor, visando segundo Mello (1982) conseguir um título na Academia Real de Ciências de Lisboa, o que ocorreu em 15 de maio de 1793, no mesmo ano em que retorna ao Brasil, após sete anos de ausência.

Formado em medicina, Arruda da Câmara “não é lembrado como médico” (MELLO, 1982, p. 38), um ano após o seu retorno ao Brasil, à província de Pernambuco, como poderemos observar, ele passa a dedicar-se às viagens de prospecção pelo sertão do Nordeste, mais precisamente em março de 1794. A primeira delas teve como consequência anotações que levariam o título de *Viagens Mineralógicas no interior dos Sertões de Pernambuco*, mesmo não chegando a ser publicadas por opção do autor (MELLO, 1982, p. 26). Após esta primeira empreitada, Arruda da Câmara aceita o cargo de Naturalista Viajante e desta data em diante seu itinerário de viagens só aumentou, conforme podemos observar no Mapa 3.

⁴⁰ Em 1735, Carl Linneu lança uma obra que iria criar um rebuliço no campo da História Natural europeia, o *Systema Naturae* (O Sistema da Natureza), em que ele desenvolveu um sistema taxonômico, que definia cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com suas características e sua origem, reunindo aquelas que apresentassem certas semelhanças e regularidades em gêneros. A soma do nome específico ao nome genérico, ambos grafados em latim, língua que ainda era internacionalmente conhecida nos meios literários dos séculos XVIII e XIX, conferia assim a cada espécie, uma designação singular e única. Esta classificação, que continua sendo a base da nomenclatura das plantas, foi mais tarde substituída, em parte, pela de Jussieu, proposta pelo botânico francês Antoine Laurent de Jussieu, em sua obra "*Genera Plantarum, secundum ordines naturales disposita juxta methodum in Horto Regio Parisiensi exaratum, anno 1774. MS. notes*", publicada em Paris, no ano de 1789.

⁴¹ Isso transparece na sua descrição da origem do algodoeiro, que será tratada no capítulo VI. Cf. PRESTES, 2000; FERNANDES, 1987.

MAPA 3 – Itinerário de Manuel Arruda da Câmara



Legenda		Cidades	
	Bioma Caatinga	1- Afogados	11- Piancó
	Nordeste (1752-1811)	2- Recife	12- Pombal
Viagens de Manuel Arruda da Câmara			
	Não datadas	3- Goiana	13- Rio do Peixe
	Março de 1794 a Setembro de 1795	4- Feira Velha	14- Cariris Novos
	Dezembro de 1797	5- Itambé	
	Dezembro 1797 a Julho de 1999	6- Alhandra	
	Rios	7- Mamanguape	
	Cidades	8- Piruá	
		9- Campina Grande	
		10- Cariris de Fora	



Projeção UTM - SAD 1969 Base de dados: MORAIS_RD

Todavia, uma investigação realizada em sua propriedade, uma fazenda às margens do rio Paraíba, em que se plantava algodão com a utilização do trabalho escravo, alcançou considerável visibilidade em seu tempo. Foi dentro desse processo de investigação empírica que Arruda da Câmara pôde obter suas primeiras observações agrônômicas sobre a cultura do algodão, que lhe renderia nos anos finais do século XVIII a publicação da notável obra *Memórias sobre a Cultura dos Algodoeiros*, em 1797.

Arruda da Câmara ilustra bem ao menos no nível das intenções e oportunidades, o naturalista profissional almejado pela reforma iluminista da Universidade de Coimbra: por terem sido publicadas, algumas de suas memórias estiveram, ao menos teoricamente, disponíveis para a divulgação entre os agricultores (PRESTES, 2000, p. 99).

Nos termos acima, percebemos o quão Manuel Arruda da Câmara estava ligado a este grupo que se convencionou chamar de naturalistas-utilitários, cuja ciência e o homem da ciência se colocavam a serviço da Coroa, da economia e do progresso de um império ultramarino. As viagens, os objetivos e os passos de Arruda da Câmara eram acompanhados pelos seus financiadores, representados então pela figura de D. Rodrigo de Souza Coutinho, a quem endereçava cartas com relatos de viagem anunciando o que estava a fazer em suas viagens e o direcionamento de suas pesquisas (MELLO, 1982, p. 33).

Arruda da Câmara ainda escreveu diversos outros relatórios: *Memórias sobre a barrilha* (atribuída a 1792), *Anúncios dos descobrimentos* (1795), *Dissertação sobre as plantas que dão linhos* (1809), *Discurso sobre a instituição de jardins* (1809) e *A almecega e a Carnaúba* (1809). Os trabalhos mencionados serão trazidas à análise ao longo dos capítulos que seguem, na medida em que elas nos falarem sobre o sertão nordestino, sua fauna, flora, minerais, sociedade, cultura, enfim, nas mais diversas categorias possíveis⁴².

⁴² No conjunto de obras reunidas por Mello (1982) há também um acervo de manuscritos de Arruda da Câmara e/ou respeitante ao viajante, com cartas trocadas com D. Rodrigo de Souza Coutinho (escritas entre 1797 e 1799), pareceres direcionados aos Governadores de Pernambuco (1799), além de relatórios e requerimentos direcionados aos Governadores de Pernambuco sem data. Há ainda a ser mencionada aqui a lista do espólio científico e literário desaparecido de Arruda da Câmara segundo duas listas constantes no capítulo IV da Introdução às *Obras Reunidas*, de Gonsalves de Mello: De três de abril de 1811, uma ordem do governador Caetano Pinto mencionava: 1) Flora de Pernambuco, com estampas e desenhos; 2) Tratado de Agricultura; 3) tradução da obra de Lavoisier; 4) tratado sobre Lógica; 5) Insetologia ou coleção de desenhos de insetos. Em ofício, D. Rodrigo de Sousa Coutinho pede ao mesmo Governador, em cinco de junho de 1811, para que se encontrem os manuscritos do falecido Arruda da Câmara, conforme “Relação dos Manuscritos de Manuel Arruda da Câmara, Doutor em Medicina pela Universidade de Montpellier e Naturalista da Capitania de

A obra de Manuel Arruda da Câmara se estende ainda, por uma vasta produção de desenhos de plantas, insetos, dentre outros animais⁴³, possíveis a partir da colaboração de outros desenhistas, a exemplo do padre João Ribeiro Montenegro, que acompanhou Arruda em algumas de suas expedições (BELLUZZO, 1994).

Arruda faleceu solteiro e sem descendentes. O viajante Henry Koster, que trataremos no tópico seguinte, afirmou em seu relato, que tendo conhecido e se encontrado com Arruda pouco antes de sua morte, atestava que esta havia ocorrido em Goiana/PE, em 1811. O botânico, segundo Koster, fora vítima de "hidropsia do peito", que o acometera enquanto se dedicava à redação de alguns trabalhos, que permaneceram inconclusos.

O Dileitante: a vida e a obra de Henry Koster

Realizar uma biografia de Henry Koster anterior à sua vinda para o Brasil torna-se uma tarefa inviável, mas acredito que as dificuldades residentes na falta de informação disponível de sua vida antes de sua vinda ao Brasil, poderão ser suplantadas em pesquisas futuras⁴⁴. Contudo, nos resumimos aqui a expressar quem foi este homem, como ele chegou ao Brasil, suas motivações para esta viagem e por onde andou por essas terras e no que resultou esta viagem, tomando como base estudos biográficos de Luís da Câmara Cascudo (1942) e as notas

Pernambuco, apresentada ao Ilmo. e Exmo. Sr. Conde de Linhares, Ministro e Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra e Grã Cruz da Ordem da Torre e Espada, em 16 de maio de 1811", anexada ao ofício sem assinatura ou autoria conhecida. As obras inéditas de Arruda da Câmara ali constantes são: 1) "Centúrias dos novos gêneros e espécies das plantas pernambucanas" (que corresponde à Flora Pernambucana citada na primeira lista); 2) "Nova insetologia", da qual pode ter restado o "grande número de desenhos desses animais que se inclui no conjunto de desenhos que se guarda na Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro"; 3) "Tradução do compêndio de Química de Lavoisier, que teria sido feita através de consulta ao próprio autor na época em que viveu na França; 4) "Tratado sobre a Destilação"; 5) "Compêndio de Lógica", talvez tradução da *Lógica* de Condillac; 6) "Tradução das obras" de Condillac; 7) Uma tradução do poema do Padre José Rodrigues de Melo, que não teria sido realizada, mas influenciada por Arruda da Câmara, por "conter coisas úteis à agricultura"; 8) Compêndio de Agricultura Brasiliense; 9) "Cartas sobre produtos naturais e úteis manufaturas", seriam os relatórios e escritos com que atendia a pedidos de Ministros e Governadores, dando conta dos objetos de que foi encarregado, além da correspondência pessoal"; 10) "Obras poéticas" (MELLO, 1982, p. 47-55).

⁴³ O acervo dos vegetais foi estudado e organizado de acordo com a sua determinação botânica pelo prof. Dárdano de Andrade Lima, a partir dos desenhos que constavam no Museu Nacional do Rio de Janeiro, enquanto os animais, que constavam na coleção da Biblioteca Nacional, foram organizados com o apoio da professora Diva de Medeiros de Andrade e Lima.

⁴⁴ A limitação se resume a impossibilidade de ir à Europa no presente momento para uma pesquisa mais atenta.

tomadas por Alfredo de Carvalho (1930) no arquivo do consulado inglês em Pernambuco.

Filho de britânicos, Koster nasceu em Portugal, em 1793, mas sempre expressou seus sentimentos perante as duas pátrias na frase *“England is my country, but my native soil is Portugal”* (CASCUDO, 1942, p. 11), considerando-se britânico, apesar de sua naturalidade portuguesa. Com uma história familiar pouco conhecida, sabem-se apenas, a partir de pequenos trechos de seus relatos, que seus pais e parentes deveriam ser negociantes em Portugal. Sua história pessoal passa a nos ser conhecida a partir do momento que viaja no “Lucy”, de Liverpool e às terras brasileiras.

Vindo de Londres, o cronista britânico, diga-se assim, pois é desta maneira que o mesmo refere-se a si, como fora supracitado, aportou em terras brasileiras em 07 de dezembro de 1809, após trinta e cinco dias tranquilos de travessia, estando com 25 anos de idade. Buscava a cura para o mal do século, a tuberculose, graças à qual havia sido desenganado pelos médicos de sua terra natal. Amigos e parentes acreditavam na melhora com a mudança de ares, sendo a ele indicado a região de Pernambuco, já que regiões como Portugal e Espanha não poderiam ser pensadas devido à política de Napoleão. O desejo, contudo, de deixar a Inglaterra por um tempo e aventurar por terras desconhecidas, era anterior à doença, esta apenas havia apressado a já confessada vontade.

Se minha saúde não tivesse exigido uma mudança de clima, não teria talvez cedido tão depressa ao desejo, frequentemente confessado, de deixar por algum tempo a Inglaterra. Julgou-se de conveniência que partisse imediatamente, e como os portos d’Espanha e de Portugal estivessem fechados aos súditos britânicos, por efeito das circunstâncias sobrevindas na situação política desses dois países, minha escolha recaiu no Brasil e os meus amigos concordaram. Escolhi Pernambuco porque um velho amigo da família estava prestes a embarcar para essa província e várias pessoas me haviam dado as informações mais favoráveis sobre os habitantes e o clima (KOSTER *apud* CASCUDO, 1942, p. 29).

Aportando em Pernambuco pouco antes do meio dia, não deixou de observar e tomar nota das primeiras impressões sobre o Brasil, a primeira vista da vila de Santo Antônio do Recife, a colina em que se erguia a cidade de Olinda, e mais distante de seu olhar, o Cabo de Santo Agostinho. As jangadas no mar chamam bastante a atenção do recém-chegado, porém, não mais do que as próprias maneiras do povo, que já pareciam ser ainda mais estranhas do que imaginaria

encontrar, assim a sociedade pernambucana passa a ser descrita em detalhes por Koster.

O ano que segue a sua chegada foi bastante intenso (CASCUDO, 1942), com o desejo de conhecer as regiões menos povoadas, decide viajar Brasil adentro, e em outubro de 1810 viaja para Goiana, onde tem a oportunidade de conhecer o naturalista Manuel Arruda da Câmara, já muito doente segundo o viajante. Sua primeira jornada é bastante singela, até à cidade da Paraíba e de lá retornando à Goiana na Capitania de Pernambuco.

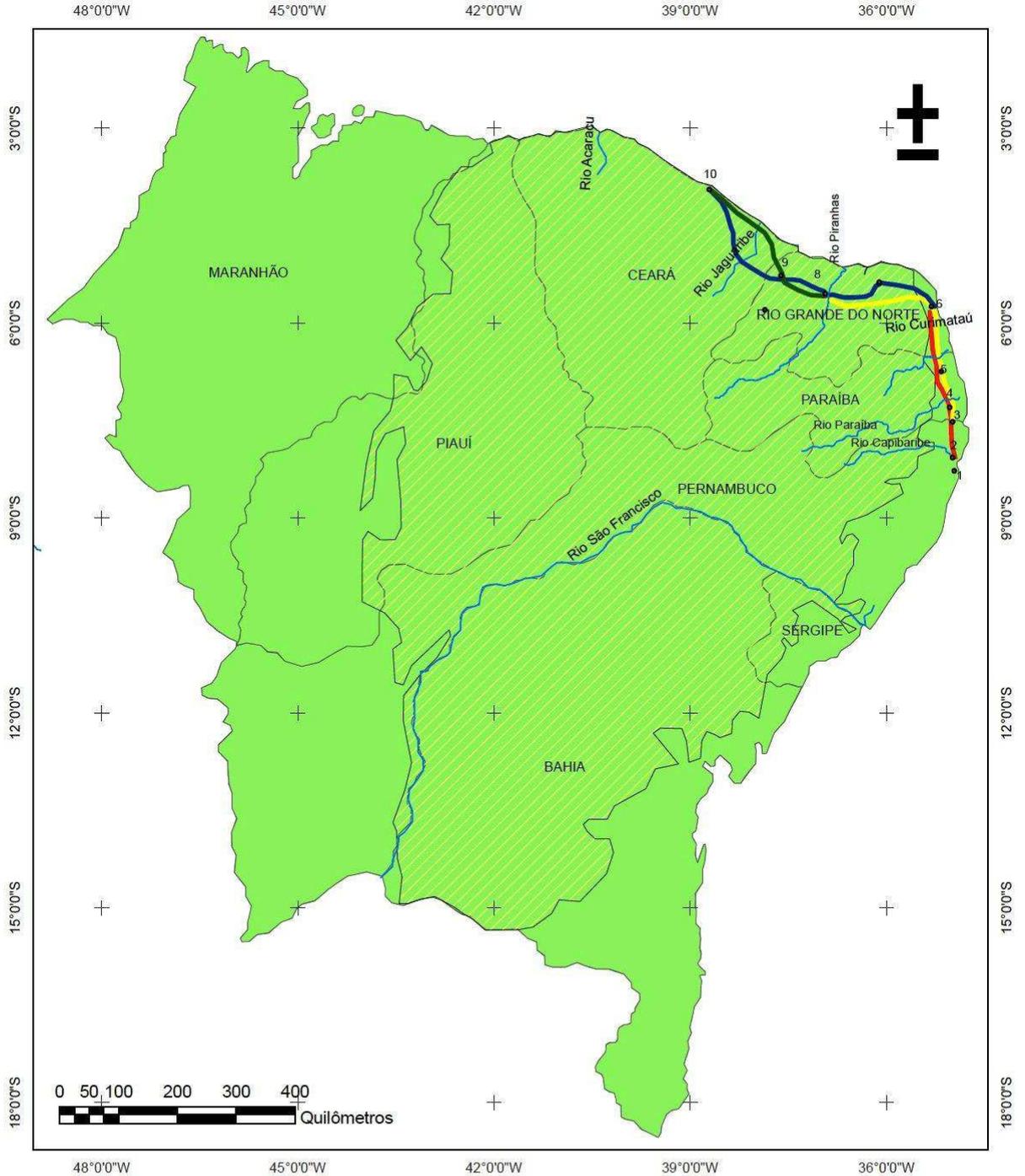
Parece-nos que a primeira e curta viagem do britânico foi bastante animadora, assim, ele resolve ampliar seu itinerário, solicitando seu passaporte ao Governador de Pernambuco, consegue sem grandes dificuldades o passe para sair visitando os mais diferentes ambientes das Capitânicas do Nordeste. Podemos observar no Mapa 4, os territórios percorridos pelo viajante, destarte destacamos que do litoral ao sertão, Koster foi o primeiro viajante estrangeiro, cronologicamente, a atravessar o sertão nordestino em tempos de seca, realizando anotações ao sabor de suas curiosidades, sem amarras.

Descrevendo a “zona da mata”, o agreste, a praia, a caatinga, o taboleiro e o sertão até Fortaleza, os relatos de Koster conseguem nos fornecer cenários naturais, urbanos e humanos, de regiões não enveredadas por olhos estrangeiros até aquele momento. Ele cruza os umbrais do sertão em direção a Fortaleza.

A primeira parte da viagem foi de Pernambuco ao Rio Grande do Norte, passando pela barra de Potengi⁴⁵. Seguindo até Fortaleza, em pleno período de seca, o viajante não desiste da empreitada, apesar do medo que seus companheiros de viagem demonstravam, tentando convencê-lo de permanecer em Natal e aguardar uma época melhor para a travessia do sertão.

⁴⁵ A Barra de Potengi é a entrada do porto de Natal. Em 1810, Koster a descreveu como muito estreita, mas com profundidade suficiente para os navios de 150 toneladas. Sua área foi aprofundada para facilitar a entrada dos navios ao porto.

MAPA 4 – Itinerário de Henry Koster



Legenda		Cidades
	Bioma Caatinga	1- Afogados
	Nordeste (1752-1811)	2- Recife
Viagens de Henry Koster		3- Goiana
	Novembro à Dezembro de 1810	4- Alhandra
	06 à 15 de Fevereiro 1811	5- Mamanguape
	Janeiro à Fevereiro de 1811	6- Natal
	Dezembro de 1810 à Janeiro de 1811	7- Angicos
	Rios	8- Assú
	Cidades	9- Mossoró
		10- Fortaleza



Projeção UTM - SAD 1969

Base de dados: MORAIS_RD

Persistente na aventura, Koster segue para Assú, onde conhece a Lagoa do Piató, perpassando ainda por Mossoró e Aracatí até chegar à Vila de Fortaleza. Os tijolos, a arquitetura das casas, tudo chama a atenção do itinerante que vai tecendo um mapa mental da pequena vila a partir da praça central. Uma longa descrição é dedicada à fortaleza que dá origem ao nome da Vila. Passam-se longos 24 dias até que Koster decide retornar à Pernambuco: 08 de Janeiro de 1811, seguindo praticamente o mesmo caminho de sua ida, o viajante não encontrara, no entanto, as mesmas paisagens, modificadas pela chegada das chuvas.

Chegando ao Recife em fevereiro de 1811, não demorou e viajou ao Maranhão por mar, e de lá retornou à Inglaterra a bordo do “Brutus” em direção à Falmouth, aportando nesta no mês de Maio daquele ano. Profundamente impressionado com as paisagens naturais e com as populações que havia visitado, o inglês se manteve em estado de ansiedade pelo retorno às terras do Nordeste do Brasil.

Viajou, então, de volta ao Brasil, expulso da Grã-Bretanha pelo rigoroso inverno, chegando a Recife em 27 de Dezembro de 1811. Neste retorno, realiza ainda alguns passeios na companhia do Capitão-Mór do Bom Jardim e se torna senhor de engenho em Itamaracá, em que arrendaria, durante anos, o engenho Amparo. Na tentativa de aclimatar-se à terra e à sua cultura, aportuguesou seu nome para Henrique da Costa, e também dedicou-se a traçar um perfil dos homens, da cultura e da natureza locais. Descreveu também o Recife, suas transformações arquitetônicas, sua natureza, sua organização político-administrativa.

Em 1815, sua presença é exigida na Inglaterra e o mesmo retorna ao seu país no qual encontrou a oportunidade de transformar suas anotações de viagem em livro, encorajado pelo poeta Robert Southey, de quem se aproximou durante o período que ficou na sua nação, tornando-se amigos pela afinidade dos assuntos conhecidos por Koster e estudados por Southey. Assim sendo, Koster deve ser percebido como portador de uma curiosidade autodidata e letrada e de um conhecimento prévio, ainda que não institucional, que autorizavam as suas incursões e o valor dos seus relatos, bem como de certo reconhecimento entre os pares.

É válido salientar aqui que as notas tomadas durante suas andanças foram ponderadas e revisadas, no gabinete de Robert Southey (biblioteca particular composta de 14.000 volumes em Londres), localizada na casa abrigadora de Greta

Hall, Keswish, no Cumberland. Certamente, consultaram-se muitos documentos raros e relatos de outros viajantes, bem como, com probabilidade, adaptaram-se aspectos considerados pouco interessantes para que se tornassem de interesse para os leitores.

Robert Southey, Poeta Laureado da Inglaterra, possuía uma rixa pessoal com o renomado poeta Lord Byron. Era conhecedor de muitas línguas, como o alemão, o português, o francês e até mesmo o latim. Havia viajado duas ou três vezes a Portugal, mas nunca havia visitado o Brasil, mesmo assim sentiu-se capaz, mediante seu enorme arcabouço intelectual, de escrever um livro sobre a história do Brasil, intitulado originalmente *History of Brazil*, publicado entre 1810 -1819⁴⁶. O autor chegou a utilizar partes das observações de Koster no terceiro volume. Escrevendo uma história europeia do Brasil (DIAS, 1974), “Southey foi um escritor envolvido com o Romantismo e com as ideias iluministas do século XVIII” (OLIVEIRA, 2005, p. 24).

O fato é que a visão implícita na *História do Brasil* de Southey não seria mais europeia ou europeizante do que a própria visão dos estadistas fundadores do Império. Elaborada na Inglaterra, por um poeta romântico marginalizado e profundamente imbuído dos valores da ideologia conservadora da contrarrevolução, sua obra faria com que a história colonial brasileira fosse pela primeira vez integrada no contexto da moderna civilização europeia, de um prisma ambíguo de crítica ao capitalismo industrial, a partir de uma perspectiva tradicionalista e agrária, e ao mesmo tempo afirmativa através de uma conceituação evolutiva e organicista da história, da superioridade das tradições e das instituições europeias a serem implantadas nos trópicos (DIAS, 1974, p. 10-11).

Southey, não diferente dos demais intelectuais de seu tempo, se utilizou dos padrões de sua sociedade, dos seus conceitos e perspectivas de mundo para escrever sobre o mundo diferente do seu e que só conhecia pelo que leu de outros homens como ele, que acreditavam ter a missão intelectual de “orientar as leituras das sociedades modernas e levar padrões elevados para as sociedades ainda não desenvolvidas” (DIAS, 1974, p. 10-11).

Com o título original *Travels in Brazil*, o livro de Henry Koster foi publicado pela primeira vez em 1816, em Londres, posteriormente nos Estados Unidos e em Weimar, em 1817, em Paris, em 1818 e em Leipzig, em 1831. Como obra autônoma somente veio a ser publicado no Brasil em 1942, embora tenha sido editado em

⁴⁶ A obra só foi traduzida para o português cerca de meio século depois. Com 3.011 páginas divididas em seis volumes, que compõe a primeira edição brasileira de 1862, pela Livraria Garnier e com tradução de Luís Joaquim de Oliveira e Castro.

fascículos, entre 1898 e 1931, pela *Revista do Instituto Arqueológico Histórico e Geográfico de Pernambuco*⁴⁷.

A primeira publicação integral da obra em território nacional situa-se no contexto histórico do Governo Vargas e do seu projeto de nação moderna e com um forte mercado interno. “As medidas governamentais, assim como a crise mundial de 1929, geraram a necessidade de publicação local de livros, tanto com fins pedagógicos quanto frutivos, o que motiva a expansão do mercado editorial” (RODRIGUES, 2009, p.1). Neste contexto se inclui entre outros projetos o da coleção Brasileira, que envolvia publicações de ensaios sobre o Brasil, procurando “apresentar o Brasil aos brasileiros”. Dentre as obras da coleção Brasileira incluíam-se traduções de literaturas estrangeiras que tratavam de assuntos brasileiros, a exemplo do livro de Henry Koster. Naqueles últimos anos da década dos anos de 1930 as discussões sobre conceitos como o de raça e nacionalidade se encontravam na ordem do dia no cenário internacional, e, também, no Brasil, como se pode detectar a partir da leitura de escritos de intelectuais e literatos engajados na discussão do tema da formação da nacionalidade e dos projetos de nação como Oliveira Lima, Gustavo Barroso e Monteiro Lobato, dentre outros.

As traduções das literaturas de viagens neste período da história do Brasil contêm particularidades interessantes a serem observadas, pelo menos quando falamos das realizadas pela coleção Brasileira, onde percebemos a figura do tradutor como de grande importância a ponto de constar em muitos volumes o nome do mesmo na capa do livro em maior destaque que a do próprio autor, observa-se também a ausência de uma concordância entre os tradutores, enquanto alguns preferem manter as grafias encontradas no texto original, outros atribuem em notas o equívoco do autor, enquanto outros corrigem as palavras colocando em nota como estaria no original. No livro de Koster, por exemplo, podemos encontrar um interessante procedimento realizado pelo seu tradutor Luís da Câmara Cascudo⁴⁸,

⁴⁷ É válido lembrarmos que posteriormente à publicação de 1942, somente no ano 2000, a Fundação Joaquim Nabuco de Pernambuco interessou-se em relançar a obra reeditando-a e publicando-a em dois volumes, ambos esgotados e sem uma segunda edição. A tradução e as notas permaneceram as mesmas realizadas por Luís da Câmara Cascudo.

⁴⁸ Luís da Câmara Cascudo nasceu em 1898, na cidade de Natal, Rio Grande do Norte, filho do coronel Francisco Justino de Oliveira Cascudo com a dona de casa Anna Maria da Câmara Cascudo. Formado Bacharel em Direito pela Faculdade de Direito do Recife, seguindo, no entanto, carreira de jornalista com a ajuda financeira de seu pai, pode instalar o jornal *A Imprensa*, onde pode exercer a escrita. Autor de obras de clássicos da cultura brasileira como o *Dicionário do Folclore, Civilização e cultura, História da alimentação no Brasil*, se tornou um importante pesquisador sobre as raízes étnico-raciais no Brasil.

ao afirmar que Henry Koster “denominou seu livro ‘Travels in Brazil’ mas a tradução fiel será ‘Viagens ao Nordeste do Brasil’ porque o Brasil de Koster é Pernambuco e as províncias setentrionais” (CASCUDO, 1942, p. 10), destarte o título da obra é modificado para melhor exemplificar o que o autor pretendia dizer, estando a modificação expressa no prefácio do tradutor. Não podemos, no entanto, considerar que o título dado pelo viajante torna sua obra infiel ao que vira e visitara no Brasil, o próprio Cascudo (1942) salienta que ele foi fiel ao apresentar “instantâneos sem retoques da época”.

O livro do viajante britânico torna-se dentre as demais literaturas daquele período, algo singular, por se tratar de um autor que não possuía vínculos com as instituições científicas europeias, comuns durante o século XVIII e XIX, que enviavam seus naturalistas às terras brasileiras em busca de conhecimento sobre os recursos naturais do local. Koster foi um curioso, que como poderemos ver no tópico seguinte ao tentarmos traçar uma breve e limitada biografia deste homem, não veio ao Brasil em busca de contribuir à Coroa Portuguesa ou qualquer outra instituição, com observações e análises pré-programadas e atreladas aos objetivos das ciências em relação à natureza da porção Norte da América Portuguesa.

Outro aspecto singular seria o vasto relato do Sertão, objeto deste trabalho, que não encontramos facilmente em outros viajantes, pois poucos curiosos se dispuseram a realizar a empreitada deste viajante britânico, que atravessou o sertão duas vezes, podendo observar dois diferentes momentos da região, a seca e as enchentes.

Luís da Câmara Cascudo encarregado por escrever o prefácio do livro de Koster, em sua primeira edição no Brasil, em 1942, realiza uma breve análise do diário, apresentando um itinerário das viagens e da vida do viajante inglês, que é pouco conhecida em detalhes. Tratando-se apenas de um prefácio, Cascudo não se estende em um estudo aprofundado das situações e imagens descritas por Koster, limitando-se apenas a apresentar o escritor e seus feitos àqueles que pretendem se aventurar nas linhas escritas por um curioso.

Em 1816, no mesmo ano da publicação, retorna à Pernambuco. Segundo Cascudo (1942), Koster chegou a presenciar a Revolução de 1817 em Recife, mas sem acesso a quaisquer anotações que o viajante tenha realizado sobre este acontecimento, exceto a referência que o tradutor realiza no prefácio do livro, esta afirmação permanece sem qualquer documento comprobatório. O que podemos

afirmar é que as preferências pessoais de Koster mostram-se muito mais em viajar e conhecer do que propriamente interesse no que venha a ter sido a Revolução. Viajou ainda pelo Rio São Francisco, mas as anotações que possam ter sido feitas pelo viajante perderam-se entre o Brasil e a Inglaterra. Na década de 1820⁴⁹, na capital da Província de Pernambuco, Koster faleceu vitimado pelos males respiratórios que haviam dado motivo à sua viagem ao Brasil.

⁴⁹ Segundo Cascudo (1942) Koster teria falecido no ano de 1820. Esta é uma dedução realizada pelo escritor, mediante a leitura do último registro conhecido realizado por James Henderson, em *History of the Brazil*, onde declara que visitou Koster em Dezembro de 1819, já muito doente, escrevendo em 1821, que o britânico não sobreviveu às enfermidades. Contudo, devemos mencionar ainda, que Carvalho (1915) declara o ano de 1827, como o ano da morte do viajante. Por falta de maiores documentos que possam elucidar sobre a questão, buscamos ainda no “Cemitério dos Ingleses”, fundado em 1814, em Santo Amaro, lugar do provável sepultamento, pelo túmulo do viajante, porém, sem sucesso.

Capítulo II O Sertão Azul



O que vem a mente quando se pensa em Nordeste, e mais especificamente em Sertão, é uma região abandonada, seca e desprovida de beleza, com baixos níveis de densidade populacional, devido ao clima semiárido e à vegetação de Caatinga. Cristaliza-se, então, uma memória social que ao longo do século XX, assume várias nuances, mas a base dedutiva causal é sempre a mesma: seca/atraso.

(Maria Lucinete Fortunato; Mariana Moreira Neto, *De como lembrar o semiárido e esquecer o sertão*, 2010).

O Sertão Azul é o sertão das águas, é o sertão das caatingas. Começamos o presente capítulo com uma afirmação que de maneira quase instantânea, leva-nos de encontro a uma série de discursos, ideias, imaginários, etc., que como afirmam Fortunato e Moreira Neto, supracitadas, têm mantido compreensões que aproximam tanto o Sertão da seca, que estes acabam sendo lidos como sinônimos. Destarte, partiremos para demonstrar que para além de ausência da água em longos períodos de estiagens, o sertão é o lugar das enchentes, das chuvas torrenciais e da vida.

Não buscaremos, todavia, maquiagem quaisquer imagens que nos apareça e que nos remetam as ausências da água, e sim, traremos numerosos relatos de uma terra quente e seca aos olhos dos viajantes Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster, que assim a reconheceram e descreveram consideráveis vezes, construindo imagens, mas, que por outro lado, também foram desconstruídas e reticadas, pelos mesmos viajantes, em muitas outras descrições cuja quentura do solo dá lugar à água aquecida pelo sol do sertão.

No corrente capítulo, buscaremos observar mais detalhadamente o ambiente do sertão das caatingas do Nordeste, apresentando uma discussão das características gerais desse espaço e como este é apresentado em plano geral pelos viajantes em apreço. Localizando as perspectivas e concepções de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster sobre essa paisagem, atentaremos, todavia, de maneira mais específica aos pontos relacionados à água, seja em sua presença ou ausência. Encontramos, assim, dois sertões.

A mata branca em perspectiva

A caatinga foi assim denominada pelo aspecto que sua flora adquire nos períodos de estiagem. Conforme já elucidamos na introdução deste trabalho, caatinga deriva do tupi e significa mata branca. Perdendo a folhagem verde, para diminuir a perda de água pelo processo de evapotranspiração⁵⁰, seus troncos e galhos entram em um processo de hibernação e sua coloração se aproxima de um cinza frio. Esses tons são os que mais caracterizam a região na maioria dos discursos a seu respeito, tomando o foco das discussões, esquece-se de que esta tonalidade é apenas um mecanismo de sobrevivência, um estágio, uma característica temporária, sobre a qual discutiremos ao longo do trabalho.

Na literatura de viagem escrita muito anteriormente ao próprio conhecimento científico das características naturais dessa mata, encontramos descrições interessantes sobre a mesma, que muitas vezes parecem anteceder os discursos “acizentados”, que a construíram como o lugar da seca, da miséria, do “sem vida”.

Essa invenção de nordeste começa a se fazer como produto de uma indústria da seca⁵¹, que podemos compreender aqui como sendo o conjunto de discursos que se utilizaram do “problema” das secas no Nordeste para a manutenção da estrutura oligárquica da região, principalmente a partir da segunda metade do século XIX, da estiagem que ficou conhecida como “a grande seca” de 1877⁵², que segundo a tese de Albuquerque Junior (1988), não teve grandes diferenças em relação a outras estiagens ocorridas na região e que já haviam sido registradas na literatura dos colonizadores, nem em termos de duração, que foi de três anos, nem em termos de intensidade, visto que “as chuvas esparsas que caíram durante os três anos evitaram a dizimação dos rebanhos” (ALBUQUERQUE JUNIOR, 1988, p. 21), destarte, o “problema” da seca de 1877 revela-se enquanto uma “estiagem de lucros”, mediante uma forte crise de mercado dos dois principais produtos de

⁵⁰ A evapotranspiração é a forma pela qual a água da superfície terrestre passa para a atmosfera no estado de vapor, tendo papel importantíssimo no Ciclo Hidrológico em termos globais. Esse processo envolve a evaporação da água de superfícies de água livre (rios, lagos, represas, oceano, etc), dos solos e da vegetação úmida (que foi interceptada durante uma chuva) e a transpiração dos vegetais.

⁵¹ A respeito da chamada “indústria da seca”, há uma vasta produção historiográfica sobre o tema, a exemplo de: MALVEIRA, 2001; OLIVEIRA, 1977; POMPEU, 1982; FERREIRA, 1993, dentre outras obras, aqui nos limitaremos apenas a apresentá-la enquanto um dos discursos sobre o ambiente trabalhado, não aprofundando a discussão.

⁵² Albuquerque Junior (1988) nos apresenta ainda uma revisão bibliográfica de obras que afirmam que a seca de 1877 foi a primeira a chamar a atenção da população, dentre os títulos ele cita POMPEU, 1982 e FERREIRA, 1993.

exportação da região: o açúcar e o algodão, atingindo mais do que a população em geral, o bolso dos latifundiários e coronéis do “Norte”.

Todavia, as imagens que discutiremos aqui partem de um período mais remoto, em que a própria concepção do que é o sertão das caatingas, apesar de aproximar-se muitas vezes, como já mencionamos, da percepção como “o lugar da seca”, apresentam categorias bem diversas, construídas na busca pelo conhecimento daquela paisagem.

A baixa pluviosidade e grande evapotranspiração das águas são fortes características da região em apreço, principalmente no território da depressão sertaneja, sobre a qual nos referimos na introdução deste trabalho. Tais considerações foram descritas por Manuel Arruda da Câmara, contudo, o que hoje chamamos de clima semiárido fora referenciado pelo naturalista como “mimoso”.

Onde não há esta multiplicidade de serras, e os campos são mais espaçosos, as chuvas não são tantas, a tempérie do ar é seca e quente, chamam de mimoso (CÂMARA, 1982, p. 128).

Apesar da descrição de Arruda da Câmara mostrar imagens de uma localidade envolta de serras, a compreensão do que seria o “mimoso” amplia-se ao observarmos a recorrência do termo para designar o próprio “sertão”. Urbino de Sousa Viana (1935), ao abordar a contribuição dos baianos no processo de ocupação do interior brasileiro a partir do vale do rio São Francisco, considerando o itinerário do jesuíta André João Antonil e de Quaresma Delgado, que na década de 1730 foram designados a investigar e mapear o norte de Minas e o sertão da Bahia, menciona como o território chamado de “mimoso” foi importante para a extensão da atividade pastoril. Compreendido nesses termos como campo propício para a pastorícia, o “mimoso”, segundo o botânico Phillip von Luetzelburg, seria um dos apelidos regionais ao campo das caatingas do Nordeste.

E além desses nomes que traduzem aspectos diferentes da mais ampla região geobotânica do Brasil, outros há que não são mais do que variantes, como sejam *mimosos*, *mondongos*, *catanduba* ou *catandiba*, *carrascos*, *carrascais*, *cerrados*, *cerradões*, *taboleiros*, *chapadas* etc., etc., que serão definidos em seus devidos lugares. (LUETZELBURG, 1923, p. 43)

Manuel Arruda da Câmara descreve o “mimoso”, mas também nos fala da Caatinga em si que para o naturalista:

Catinga, em todo o rigor do termo, entende-se por um terreno cheio ou coberto de uma espécie de cássia, não descrita ainda por Lineo, a

que eu tenho dado o nome de *moscata*; mas lato modo também se chama catinga um terreno coberto de outro qualquer arbusto baixo, como é o marmeleiro, velame, *Broterea velame*, e tem-se generalizado tanto este nome que chama hoje catinga, em algumas partes, tudo o que não é vargem, inda que seja coberto de mata virgem (CÂMARA, 1982, p. 126).

Assim, apresentamos a seguir as paisagens descritas por Korter e por vezes analisadas nos relatórios de Arruda da Câmara, adentramos os sertões das caatingas, do mimoso, da seca e das cheias.

Das secas às cheias: a águas nos sertões das caatingas

Iniciaremos então com as palavras de Koster: “Entrava eu para o Sertão e este merecia o nome” (KOSTER, 1942, 123), que dá início a sua descrição da paisagem do sertão. Para ajudar a entendermos a afirmação do Henry Koster devemos pensar o termo “sertão”, sim, porém, indo além da significação deste como um lugar inculto, distante de povoações, da costa. Temos que buscar a compreensão que o viajante dispunha, pois ao afirmar que a região merecia o nome a ela designado, é porque encontrou ali elementos distintivos sobre os quais lera/ouvira antes. Uma imagem pré-existente, que pode ser formada também por palavras, cheiros e sons. Destarte, qual geografia imaginativa informara a sua visão do sertão? Quais elementos lhe permitiam dizer que a partir de determinado momento da travessia, cruzava os umbrais do Sertão?

Koster, como britânico, embebeu-se nas representações coloniais sobre a geografia do “outro”, dos espaços considerados não civilizados, em especial, dos Trópicos e do Oriente. Afinal, o relato de Koster insere-se num contexto de emergência de um observador moderno, assim como de estabelecimento do orientalismo moderno como discurso, cuja influência da estrutura de leitura e análise projeta-se para além do oriente geográfico.

É significativo que Koster pense o sertão a princípio, como derivado de deserto, hoje compreendida como uma das vertentes explicativas da origem do termo que atribui a palavra a uma corruptela de “desertão”, vocábulo que por sua vez, derivou-se da forma latina correspondente: *desertus* (interior, coração das terras) (BARROSO, 1947) ou ainda com origens no latim *desertanum*, lugar

desconhecido para onde iria o desertor (NUNES, 1784)⁵³. Todavia, trazendo uma imagem quase inerente de mistério e imprecisão, totalmente inóspita.

Na minha viagem de Goiana ao Ceará, tinha visto Pernambuco e províncias vizinhas ao norte em situação péssima por uma estação sem chuvas, mas a extrema penúria é produzida por dois anos sucessivos de estio. Durante o segundo ano os moradores morriam ao longo das estradas. Famílias inteiras se extinguíram. Vários distritos se despovoaram (KOSTER, 1942, p. 179).

A população em tempos de estiagem prolongada se deslocava em direção ao litoral, e muitos desses retirantes Koster encontrou nas proximidades da região de Lagoa Seca, Rio Grande do Norte⁵⁴. Homens, mulheres, famílias inteiras moravam ao ar livre, pois as casas ainda estavam por serem construídas, já que residiam há pouco tempo na localidade. Estes eram retirantes das áreas que vinham sofrendo com a ausência de água, tornando a produção inviável naquele momento.

A migração presenciada e descrita pelo viajante foi compreendida pelo mesmo, momentos após sua caminhada sertão adentro, quando observou que o “curso do rio só era marcado pela depressão de seu leito e todo solo vizinho era um areal solto” (KOSTER, 1942, p. 123). As primeiras imagens do sertão das caatingas encontradas no relato de Koster são tocadas de desolamento, abandono e pouca vegetação, não muito diferente do que o próprio itinerante imaginaria encontrar, mas, que por outro lado, se distanciaria das imagens que viria a presenciar em outros momentos da sua viagem sertão adentro.

Tais descrições, no entanto, só ressaltam alguns aspectos naturais na região que, todavia, não são únicas ou exclusivas desses sertões. Os rios intermitentes ou temporários, que são característicos das regiões áridas ou semiáridas do mundo,

⁵³ O termo “Sertão” em Portugal veio sendo utilizado, segundo nos lembra Antônio Filho (2011), a partir da existência de uma vila em Portugal chamada “Sertã”, localizada na zona sudoeste da Beira Baixa⁵³, afastada do mar, neste sentido “talvez desde o século XII, com certeza desde o XIV, os portugueses empregavam a palavra, grafando-a “sertão” ou “certão”, para referir-se a arcas situadas dentro de Portugal, porém distantes de Lisboa” (CORTESÃO, 1958, p. 28), a partir do século XV o vocábulo passou a ser associado à espaços interiores, situados dentro dos territórios recém-conquistados e dos quais possuíam pouco ou nenhum conhecimento (AMADO, 1995). O termo passou a apresentar-se em diários de viagem, como o de Vasco da Gama, e nos primeiros relatos sobre o Brasil no século XVI, a exemplo da carta de Pero Vaz de Caminha, se tornando uma categoria essencial, mesmo diante de algumas resistências, para àqueles que escreveram e escrevem sobre a história do Brasil.

⁵⁴ Nas descrições de Koster, Lagoa Seca se configurava como um pequeno vilarejo onde havia um comércio de milho e farinha. Atualmente essa localidade foi inserida à capital do Rio Grande do Norte, tornou-se um bairro de Natal, com o mesmo nome do antigo vilarejo.

dentre as quais as caatingas do Nordeste estão inseridas, encontravam-se completamente secos⁵⁵ devido à estiagem.

Enquanto ecossistemas fundamentais para a sobrevivência da população local, os rios serviam não só para a providência de água, seja para consumo humano, dos animais ou irrigação de plantações, mas também como caráter de subsistência a partir da atividade pesqueira. Em anos de estiagem prolongada a maior parte dos rios seca totalmente. Neste período, a pesca é uma forma de aproveitar os peixes que poderiam morrer sem água.

Manuel Arruda da Câmara apresentou em seu caderno manuscritos que se encontram na íntegra no Arquivo da Biblioteca Nacional, além de ter boa parte de seu conteúdo publicado na obra de compilação de José Gonçalves de Mello – duas espécies de peixes comuns aos rios dos sertões nordestinos. A primeira delas, de nome científico *Pimelodus maculatus* é conhecida popularmente por bagre ou “peixe-gato”, este devido aos “bigodes” em suas mandíbulas que lembram as vibrissas dos felinos, e como tais, também tem função sensorial, como podemos conferir na Figura 1. Não é, no entanto, uma espécie exclusiva aos rios das caatingas, pois se podem encontrar exemplares por toda a América do sul.

A segunda espécie com que nos deparamos na coletânea de desenhos de Arruda da Câmara é o peixe do gênero *Corydora*⁵⁶, muito comum nos rios das Caatingas, possuindo espécies endêmicas, muitas encontradas no rio São Francisco. Sua cabeça pode ser achata ou arredondada, conforme a representação do naturalista (conferir Figura 2).

⁵⁵ Os rios do semiárido nordestino estão assentados sobre solos rasos e pouco permeáveis (litólicos) (AB'SÁBER, 1994/95), o que dificulta o armazenamento de água nesta região.

⁵⁶ O termo coridora é a designação comum aos peixes siluriformes, da família dos calictídeos, do gênero *Corydoras*, que possui cerca de 105 espécies.

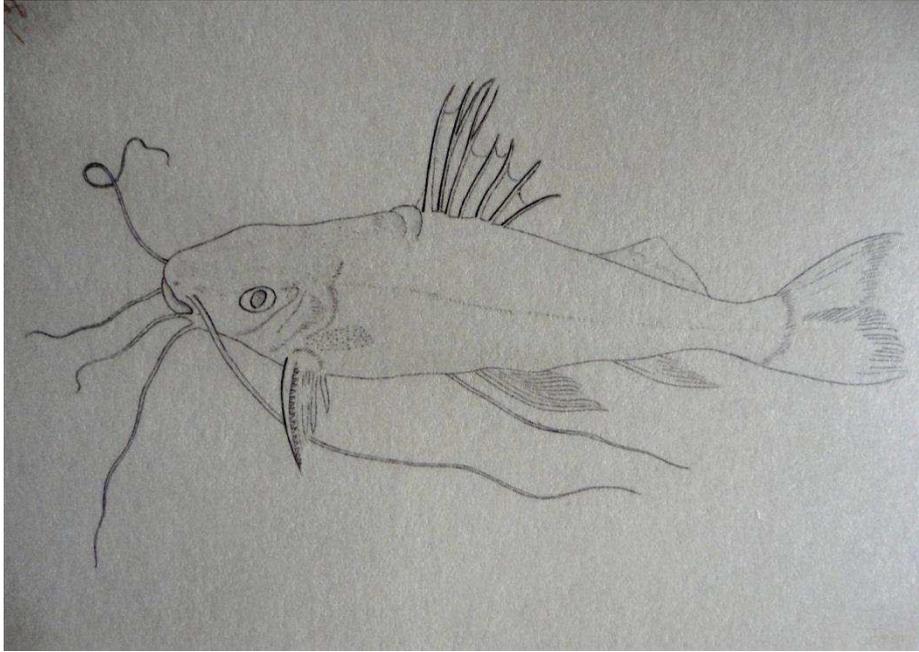


FIGURA 1 - *Pimelodus maculatus*

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811**, Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonçalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, Anexo p. 323 (Estampa 29).

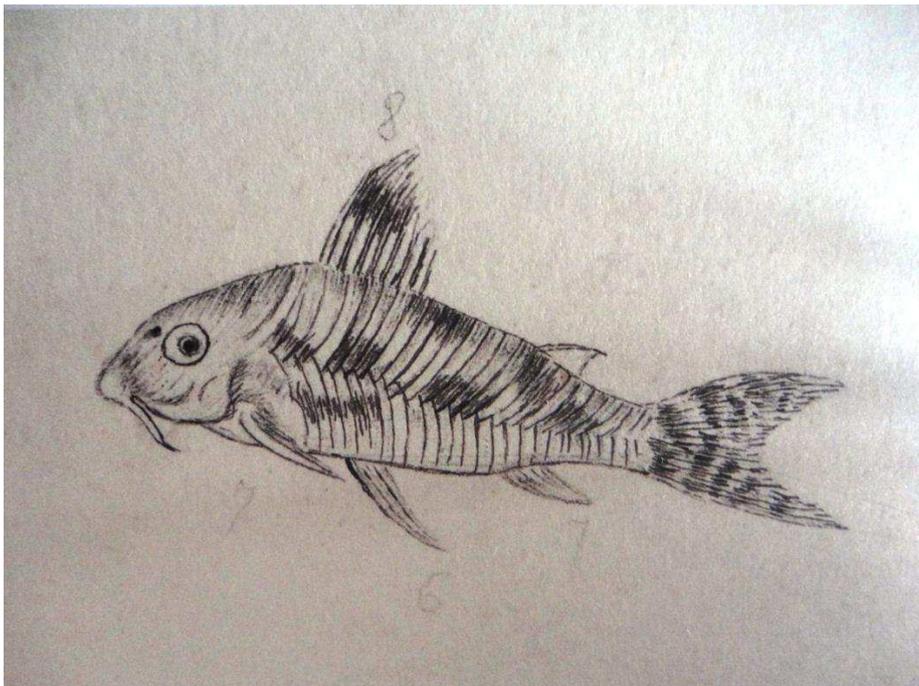


FIGURA 2 - *Corydora*

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811**. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonçalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, Anexo p. 323 (Estampa 18).

Os esboços, efetuados *in loco* por Manuel Arruda da Câmara, foram realizados com a utilização de aquarelas de nanquim, contudo, conforme já mencionamos, elas não compõem um estudo, especificamente, em sua maior parte, encontram-se no caderno de manuscritos do naturalista, enquanto que uma parcela menor ficou nos anexos dos relatórios de pesquisa, muitos deles encaminhados à D. Rodrigo de Souza Coutinho.

Os europeus conheciam desde o século XV a técnica de reprodução de imagens em livros comerciáveis. As xilogravuras, moldes em cobre e metal, eram as mais comuns na forma de reprodução das imagens em diversos exemplares literários, e vendidos, por vezes, a preços bastante elevados.

Todavia, no início do século XIX, tornou-se possível a impressão de aquarelas, litogravuras e desenhos inscritos em aço em maior escala. (RAMINELLI, 2001, p. 972). Esta inovação tecnológica possibilitou a publicação mais rápida de certas estampas em cores, produzidas pelos naturalistas europeus em visita à América, dentre as quais também encontramos exemplares de Arruda da Câmara e algumas delas traremos ao longo do presente trabalho.

Segundo Belluzzo (1996), as representações da natureza por parte dos viajantes, possuíam uma formação sustentada por no mínimo dois modelos científicos baseados em dados da observação visual, com correspondentes concepções de desenho e pintura. O primeiro modelo da representação artística seria o do conhecimento exercido a partir do olhar, da visão. “A História Natural de Lineu constitui o primeiro parâmetro e, no seu interior, o reino da botânica oferece o exemplo mais logrado desse modelo de conhecimento e ordenação do universo” (BELLUZZO, 1996, p. 18), assim, a natureza passou a ser representada em iconografias com base no desenho matemático, estabelecendo quadros, que individualizam e recortam a natureza, colocando ordem a partir das descrições taxonômicas.

No tocante à iconografia realizada no ciclo das expedições científicas que percorrem o Brasil, os preceitos de Lineu incidem sobre a mentalidade da geração de brasileiros formada em Portugal, que responde às encomendas de Portugal: desenhistas da Viagem Filosófica, nas expedições do frei Veloso e de Arruda Câmara. Imprimem-se também em desenhos realizados a partir da expedição Cook, viagem de circunavegação, patrocinada pela coroa inglesa. (BELLUZZO, 1996, p. 18).

As técnicas de representação, coleta e classificação de Manuel Arruda da Câmara calcavam-se, mais frequentemente, nos sistema setecentista de Carl Lineu, que definia cada espécie como uma unidade de classificação designada de acordo com suas características e sua origem, reunindo aquelas que apresentassem certas

semelhanças e regularidades em gêneros. A soma do nome específico ao nome genérico, ambos grafados em latim, língua que ainda era internacionalmente conhecida nos meios literários dos séculos XVII e XIX, conferiria assim, a cada espécie, uma designação singular e única.

Nos termos acima, retornamos as figuras 2 e 3, de autoria de Arruda da Câmara e observamos a presença das características mencionadas por Belluzzo, como parte desse primeiro modelo de representação da natureza, em que cada espécie/gênero é apresentado em sua individualidade e fora de qualquer contexto ambiental, do habitat natural dos seres. Buscando no traço do desenho aproximar-se ao máximo da realidade, a partir dos detalhes no traço do desenho e na escala de representação, foi, no entanto, na ilustração de insetos que Arruda da Câmara desenvolveu melhor sua técnica de desenho (conferir Figura 3) (KURY, 2012).

Dos insetos representados por Arruda da Câmara, na Figura 3, a grande parte pertence à ordem dos coleópteros ou *Coleoptera*⁵⁷, popularmente conhecidos como besouros. Dentre estes, o besouro *Psiloptera sp.* (Coleoptera, Buprestidae) pode ser conferido na imagem, como o segundo inseto da esquerda para a direita, de cima para baixo, podendo ser encontrado na caatinga, principalmente nos estados do Piauí, Ceará, Paraíba e Pernambuco. Eles são responsáveis pela morte de alguns vegetais, pois, ao roerem a casca dos ramos novos, causam, inicialmente, a secagem da planta que a leva, posteriormente, à morte.

Retornaremos a tratar dos insetos nos capítulos subsequentes, quando trataremos um maior debate sobre a flora da caatinga, e, por conseguinte, dos insetos parasitas das mesmas, discutindo um pouco mais com a entomologia.

⁵⁷ A palavra *Coleoptera* vem do grego: *koleos* (estojo) e *pteron* (asas), como uma referência a uma importante característica dos besouros: um par de asas anteriores rígidas, conhecidas como élitros, que protegem como um "estojo" as asas posteriores, que são membranosas e delicadas. Cf.: LIMA, 1952.

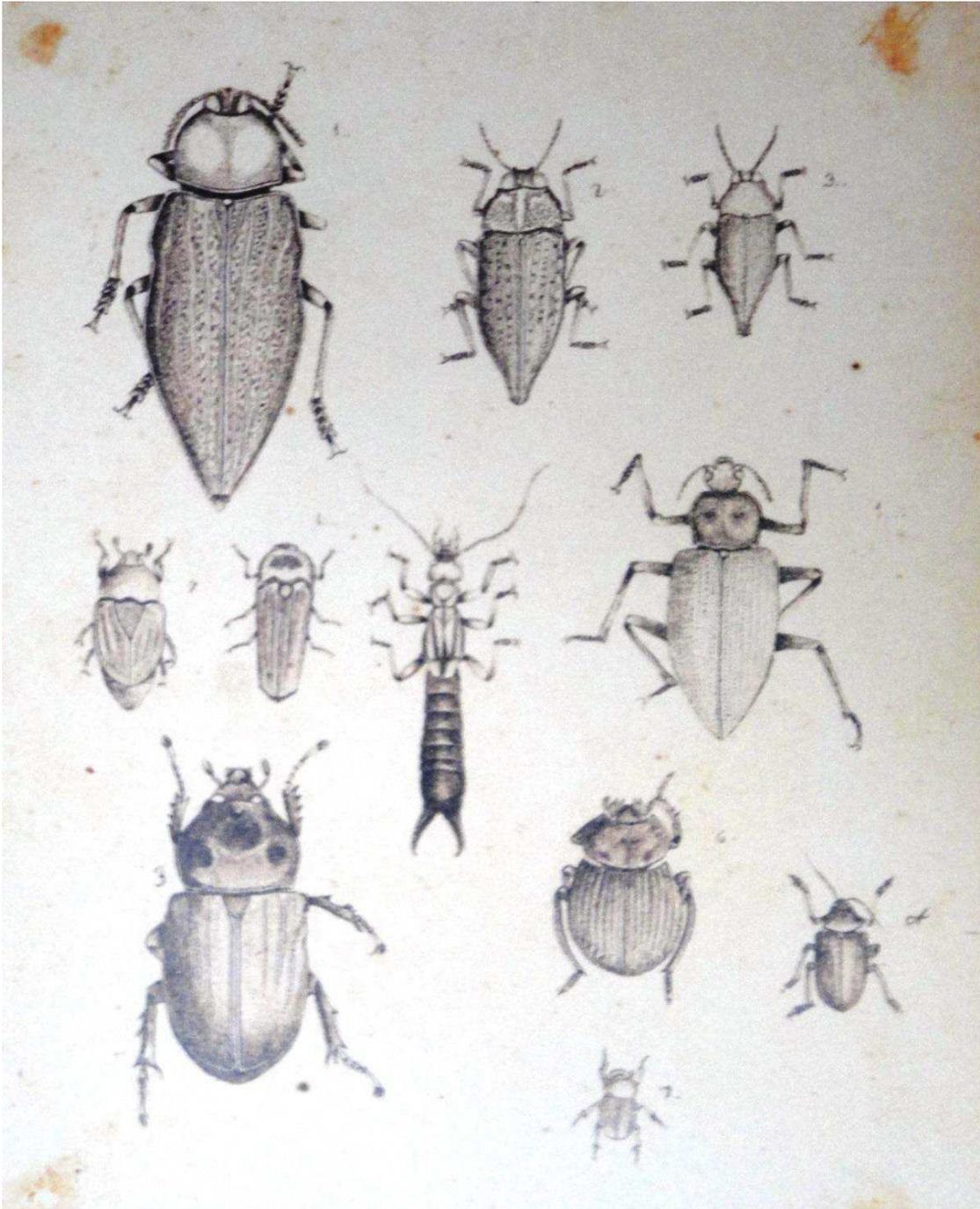


Figura 3 - Ilustração de insetos

Legenda: Da esquerda para direita, de cima para baixo, podemos identificar: **1.** *Euchroma Gigantea* (Coleoptera, Buprestidae) **2.** *Psiloptera* sp; (Coleoptera, Buprestidae) **3.** Coleoptera, Buprestidae **4.** Coleoptera, Scarabaeidae **5.** Coleoptera, Buprestidae **6.** *Pygidicrana* sp. (Dermaptera, Pigidicranidae) **7.** *Nyctobates* sp. (Coleoptera – Tenebrionidae) **8. e 9.** Coleoptera, Scarabaeidae **10.** Coleoptera

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811.** Coligadas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, Anexo p. 315 (número 54).

Neste sentido, retornamos a falar dos modelos de representação da natureza apresentados por Belluzzo (1994). O segundo modelo a ser destacado é o da “Geografia das Plantas” de Alexander von Humboldt⁵⁸, onde também através da observação visual, a natureza é representada em seu todo. Esta concepção paisagística foi amplamente utilizada pelos naturalistas da Missão Artística Austro-Alemã⁵⁹, e mais notadamente por aqueles de formação alemã e relacionados à Academia de Ciências Francesa, a exemplo de Carl Friederich Philipp von Martius⁶⁰.

Seria incoerente enquadrarmos Henry Koster em qualquer um desses modelos, todavia, o viajante em questão também procurou representar as paisagens que viu através dos desenhos, e estes por sua vez, aproximavam-se mais de uma concepção artística do que científica.

Podemos observar na Figura 4, na qual o próprio Koster foi representado, como o viajante se utiliza da imagem para ilustrar sua aventura. Especificamente nessa imagem, o itinerante encontra-se atravessando um rio entre a cidade da Paraíba e Goiana, este sendo o mais próximo que podemos chegar da localização espacial da narrativa, já que no percurso entre essas duas cidades encontramos diversos pequenos cursos de água, por ser uma região mais próxima ao litoral.

⁵⁸ Alexander von Humboldt, nasceu na Alemanha em 1769. Fez parte da geração dos itinerantes homem da ciência do século XVIII. Viajou por quase toda a Europa, México, América Central, Colômbia e Venezuela. Foi um grande contribuidor para as ciências em geral, e em particular à geografia. Sendo o inventor dos métodos de observação para alguns setores da geografia física, foi também responsável pela generalização da utilização do barômetro para determinar as altitudes dos cortes geográficos e dos cálculos de altitude média para caracterizar o relevo. Fundou a geografia botânica baseada na fisionomia das plantas e das suas relações com o solo e o clima e também formulou e aplicou os dois princípios essenciais que fizeram da geografia uma ciência original e que mais tarde Emmanuel de Martonne designou por Princípio da Causalidade (ou Interdependência) e Princípio da Geografia Geral (ou Comparada). Cf.: MINGUET, 1969; BECK, 1987; ORTIZ, 1983; PRATT, 1999.

⁵⁹ A Missão Artística Austro-Alemã ocorre por ocasião do casamento entre a arquiduquesa Carolina Josefa Leopoldina com o príncipe Dom Pedro, na época herdeiro do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves. Esta união entre Portugal e Áustria é marcada pela expedição artístico-científica em busca de reunir informações sobre o Brasil a cabo de construir um museu brasileiro em Viena. Cf.: BELLUZZO, 1994; LISBOA, 1997; KAISER, 1997; OLIVEIRA, 2012; DIENER, 1995.

⁶⁰ O naturalista bávaro Carl Friederich Philipp von Martius é reconhecido internacionalmente pela obra *Viagem ao Brasil* (1938) escrita ao lado do zoólogo Spix, o botânico Martius também é autor solo de diversos relatórios produzidos ao longo dos quarenta e oito anos de vida que lhe restaram após a morte de seu companheiro Spix, aos 46 anos, devido à enfermidades contraídas durante as expedições, a exemplo de *Nova Genera et Species Plantarum Brasiliensium*, publicada em três volumes entre 1823 e 1831, como também o ambicioso projeto da publicação da *Flora Brasiliensis*, em que colaboraram 66 botânicos de vários países, num total de quarenta volumes, com a descrição de 22.767 espécies de plantas. O último volume da *Flora* foi publicado somente em 1906. A documentação de Martius encontra-se depositada na Biblioteca Estadual de Munique. Cf.: FITTKAU, 2011.

Nas palavras do próprio Koster que realizou essa mesma travessia pelo menos duas vezes, a travessia era feita da seguinte maneira:

O transporte foi feito em jangadas. A sela e o passageiro vão na embarcação enquanto o cavalo, seguro pelas rédeas, nada perto da jangada. O jangadeiro usa o remo se há profundidade ou vara se o trecho é raso (sic.). (KOSTER, 1942, p. 89).

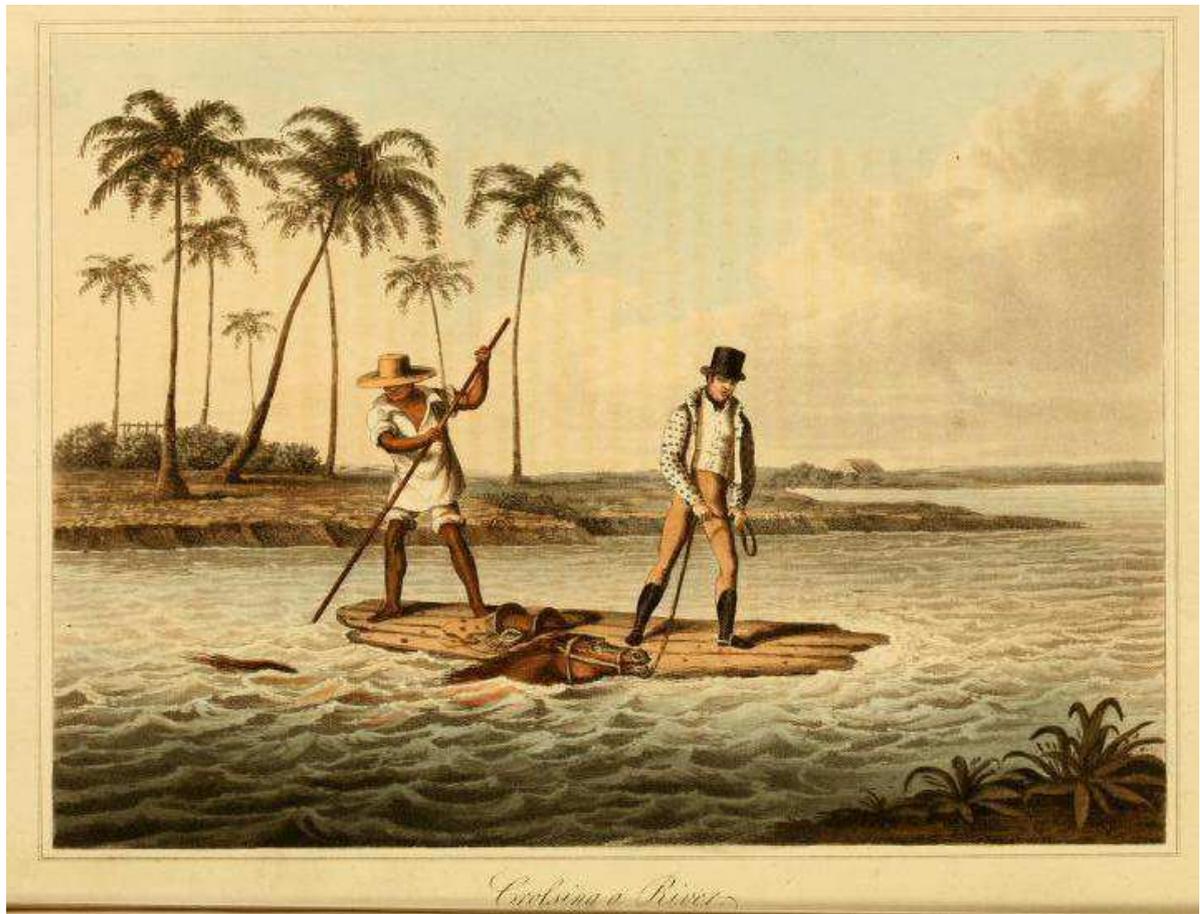


FIGURA 4 - Atravessando um rio

Fonte: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Original inglês, 1816.

A partir do momento em que o viajante britânico adentra os territórios mais interioranos, é seguindo o leito dos rios que ele segue caminho⁶¹, mesmo estando os rios secos no período da viagem de Henry Koster, devido aos mesmos serem, em sua maioria, intermitentes, conforme já elucidamos a respeito. De certo, que se houvesse de encontrar vilarejos, pessoas e água, seria nas margens de onde passa

⁶¹ Sabemos que Koster sai de Natal seguindo o leito do rio Ceará-Mirim, posteriormente cruza o rio Piranhas-Assu, seguindo em direção à Vila de Fortaleza.

os cursos de água. Esta afirmação seria colocada pelo próprio viajante ao descrever os hábitos dos brasileiros, sobre os quais trataremos mais adiante.

Encontrar habitantes ao longo das viagens configurava-se como uma questão de sobrevivência aos viajantes, algo próximo a um porto seguro. Os primeiros sinais da existência de população eram o encontro com os animais como o bode, a galinha, ou outros domesticáveis como os cachorros. Foi através desses animais que Koster e seus companheiros encontraram, habitando uma pequena choupana, isolada de qualquer região que se aproximasse a uma área urbana, com criação de galinhas e cabras, uma velha e duas filhas, o pai estava ausente, pois havia saído de casa em busca de trabalho como única forma de manter sua família que permanece no interior.

Como uma forma de mostrar-se cordial, Koster presenteia a mulher com farinha, jogando milho às galinhas e pagando pela galinha comprada, com dinheiro. Neste momento, ele ressalta que muitos viajantes assaltam essas pobres pessoas, deixando clara a inexistência de lei nesses locais mais afastados. A senhora, por sua vez, mostra-se bastante generosa, informando aos viajantes um lugar onde ainda poderiam encontrar relva e algum poço de água que os itinerantes desconhecem e que os moradores evitam apontar a existência.

São de número considerável as descrições de vilazinhas abandonadas nos relatos de Koster, essas imagens contrastam diretamente com o de pequenas vilas com número considerável de moradores, a exemplo da pequena vila de Assú⁶², com cerca de trezentos habitantes, que demonstram uma região do semiárido, em que algumas terras ainda parecem conceder a permanência daquelas pessoas, ou melhor, onde o rio Piranhas-Assu concede esta possibilidade⁶³.

⁶² Assu é um município brasileiro do estado do Rio Grande do Norte, localizado na Microrregião do Vale do Açu, que está na Mesorregião do Oeste Potiguar e no Pólo Costa Branca a 210 km da capital do estado, Natal. Tem aproximadamente 53.282 habitantes (de acordo com estimativa do IBGE para 2009). Até meados do século XVIII, a terra rica em lavoura e pecuária do vale do rio Açu era habitada pelos janduís, nome do chefe indígena que se estendeu à tribo. Nessa época, o homem branco já havia começado a explorar os potenciais da região, gerando amplo conflito de interesses com os índios. O homem branco partia para a criação bovina, enquanto os janduís consideravam legítima a caça ao gado. O município foi criado por Ordem Régia em 22 de julho de 1766. Inicialmente foi denominado de Vila Nova da Princesa, em homenagem à princesa Dona Carlota Joaquina de Bourbon, que se casou com D. João em abril de 1785. Cf.: História de Assú – Prefeitura Municipal de Assu, Disponível em <<http://www.assu.rn.gov.br/>> Acesso em: 20 out. 2010.

⁶³ O Rio Piranhas-Assu nasce da junção das águas dos rios do Peixes e Piancó na Paraíba e desemboca próximo à cidade de Macau no litoral do Rio Grande do Norte. Outros de seus afluentes são os rios Picuí e Seridó, todos sertanejos e temporários. Recebe o nome de Piranhas-Assu ao passar pelo município de Assu, onde hoje existe a Barragem Armando Ribeiro Gonçalves.

O rio Piranhas-Assu, por ser naturalmente temporário⁶⁴, estava sujeito a períodos de seca, quando o seu fluxo chegava a desaparecer. Nessas épocas as populações recorriam a cacimbas cavadas no leito seco, cuja água era retirada para o consumo doméstico. Contudo, tais períodos de seca sempre foram intercalados por anos de muitas chuvas, quando o rio transborda e leva destruição para as comunidades ribeirinhas, aspecto este que transforma por completo a paisagem e as concepções do viajante a respeito dos sertões.

Os poços de água, chamados “cacimbas”, são feitos cavando-se de 2 a 3 pés, porém, o mais interessante encontra-se no que está ao redor destes poços, podendo possuir cercas ou não, a presença dessas pode significar muito mais do que a proteção da água dos animais que a tornam suja, simboliza culturalmente o egoísmo. (KOSTER, 1942, p. 120).

As cacimbas então descritas acima, nada mais são do que poços artesanais para depositar água. Por serem mais profundos e com uma largura pequena na superfície, o contato do sol com a lâmina d'água fica limitado àquela largura, o que por sua vez, diminui a evapotranspiração da água, sendo esta uma das estratégias mais eficientes realizadas pelos homens dos sertões para armazenar água naquela época. Em nota, Cascudo revela:

As cacimbas raramente ficam cercadas e a razão não é o desamor ao asseio, virtude que Koster exalta. Trata-se de uma tradição que denuncia o uso dos pastos em comum, livres de defesa e, conseqüentemente, as utilidades adquiridas serviriam a todos. A cacimba cercada é índice de egoísmo e vendo-as agora, já sabemos que o proprietário é civilizado ou a época é de secas, justificando a proibição momentânea pela regular serventia de todo o gado em certas horas. A cacimba, cavada e deixada livre, não poderia estar cercada por se tornar inútil ou exigiria um vaqueiro para dar de beber aos animais. Um ditado sertanejo querendo expressar um avarento, diz apenas: - aquilo é homem de cacimba fechada. (CASCUDO, 1942, p.144).

Encontrar esses poços para os viajantes dos sertões eram uma questão de vida ou morte, em especial, aqueles que como Koster não conheciam ou não estavam habituados a caminhar por aquelas terras, bem diferentes de Arruda da Câmara. Encontramos referências às cacimbas dos sertões também na obra de Spix

⁶⁴ Atualmente o rio Piranhas-Assu encontra-se perenizado pelo sistema Coremas-Mãe d'Água, e foi escolhido para passar por este processo por entender-se ser este o manancial que proporcionará mais garantia ao sistema projetado. O manancial possui uma vazão média diária de 79,71 m³/s e vazão diária mais frequente em torno de 9,0 m³/s. SECRETARIA de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos do Governo Estadual do Rio Grande do Norte. Disponível em: <<http://www.semarh.rn.gov.br/contentproducao/aplicacao/semarh/principal/enviados/index.asp>>. Acesso em 11 de dez. de 2012.

e Martius (1938), que ressaltam o gosto salgado da água potável oriunda de cacimbas, gosto este que Koster experimentou após um longo período sem água: “como ordinariamente, o poço era imundo e salobro, porém não esquecerei jamais com que delícia servi os primeiros goles” (KOSTER, 1942, p. 128). Assim, as viagens seguiam pelo leito dos rios, de poço em poço.

Koster enfrentou ainda a dificuldade em encontrar as cacimbas, assim, pela primeira vez, ao longo dos extensos períodos de caminhada, o britânico resolve experimentar um dos hábitos dos homens do sertão para enganar a sede que até então ele havia resistido, e assim, coloca uma pedrinha em sua boca para estimular a salivação e aliviar um pouco a sede imediata.

Outro hábito mencionado pelo britânico que não poderíamos deixar de mencionar é o apego, nesse sentido dos brasileiros em geral, pelas regiões ribeirinhas, segundo Koster seria mais do que a necessidade de água, mas também de necessidades culturais, como podemos observar na citação a seguir.

Os brasileiros, mesmo de classes inferiores, em todas as castas, têm alguns hábitos que se ligam aos costumes da vida selvagem, são de notável asseio em suas pessoas. Um dos maiores incômodos para um brasileiro é o lugar onde residir ficar longe de um rio ou de um poço d'água onde possa se banhar. (KOSTER, 1942, p. 141)

Não podemos deixar de observar e ressaltar, a partir da citação acima, o estranhamento e preconceito imbutido nas palavras de Koster acerca de determinados hábitos dos brasileiros que para ele são de verdadeiros selvagens, no caso, o hábito de banhar-se, que culturalmente teria sido herdado dos índios, figuras que ele representa neste momento, semelhante a tantos outros cronistas, como “não civilizados”, “bárbaros” ou “selvagens”.

As referências aos indígenas pelo britânico se ampliam para além dos breves comentários nos encontros casuais no percurso de suas caminhadas. Koster foi convidado a conhecer, durante o período em que se encontra na Vila de Fortaleza, duas aldeias (Aronxas e Masangana) com cerca de trezentos habitantes. Ao realizar breves descrições sobre os costumes indígenas, o viajante faz referência ao livro de Southey, *History of Brazil*, demonstrando um pouco do conhecimento e de descrições que não limitam-se às suas observações, mas da própria leitura em gabinete.

Os nativos do Brasil representados por Koster não se fixam num lugar e raramente plantam para si, dificilmente esperam a colheita, vendem mandioca ou

milho pela metade do preço, partindo para outro distrito. De uma forma geral nos parece que eles possuem o que poderíamos chamar de uma “consciência de classe”, pois sabendo da escravidão de seus antepassados, recusam-se a chamar seu patrão temporário de senhor, o que antes lhes era obrigado por lei, na época negavam a cortesia.

A referência à preguiça indígena é a que mais nos remete a outros escritos e descrições sobre este povo. Parece-nos que em determinado momento a preguiça estaria mais presente no olhar do viajante do que no próprio índio, não faltam trechos em que o britânico revele o trabalho e a coragem do índio brasileiro.

Os mensageiros, de uma para outra província, são, em maioria, indígenas, e pelos hábitos que os fazem resistir às grandes fadigas, são capazes de andar, dia após dia, quasi um mez, com pequenos repousos (sic.) (KOSTER, 1942, p.172).

Não nos aprofundaremos mais no que se referem às questões indígenas no presente trabalho, compreendendo assim, que ultrapassariam os limites dos nossos objetivos para a presente pesquisa. Contudo, trataremos ainda de questões étnicas nesse momento, pois aproveitaremos para mencionar também a questão dos negros, observadas culturalmente por Koster e como força de trabalho para o naturalista Arruda da Câmara.

No geral, Koster revela que “os mulatos se consideram superiores aos indígenas e mesmo os negros-creôlos os olham de alto a baixo” (KOSTER, 1942, p. 171), no entanto, quando o assunto é família e mulher, representa o comportamento indígena como homens civilizados a seu modo.

As mulheres mesmo vivendo com homens semi-bárbaros, não fazem trabalhos pesados. Enquanto a mulher está em casa, ele busca ahuá no rio e lenha no mato, construindo sua cabana, ficando a esposa num refugio pelas redondezas. Viajando ela leva os filhos pequeninos, o póte, o cesto, as cabaças, enquanto o marido leca o saco de pele de cabra, sua rêde enrolada aos ombros, seu aparelho de pesca, suas armas e caminha atrás (sic.) (KOSTER, 1942, p.171).

Cascudo (1942), em nota sobre os tipos indígenas descritos por Henry Koster, questiona os cronistas que viam a mulher indígena como sacrificada, como um “burro de carga”, indicando que há muita literatura bonita e errada sobre os costumes destes nativos, fechando os olhos para aspectos primários que revelavam o que o britânico fez questão de descrever. Contudo, o estranhamento ainda demonstrado pelo viajante faz questão de redigir sua repulsão a determinadas

práticas, em sua maioria costumes que passam longe do que ele conhece e considera higiênico.

Arruda da Câmara, por sua vez, não menciona os indígenas em seus relatórios, por outro lado, em sua obra “Memórias sobre a cultura dos algodoeiros”, chega a descrever os negros, quando fala da melhor maneira de plantar os algodoeiros, e assim ao defini-la diz-nos: “pois que, além de formosear o algodoal, o feitor com pouco trabalho põe debaixo da vista os escravos que colhem e que mondam” (CÂMARA, 1982, p.130). Nesses termos, Arruda da Câmara identifica os negros como desordeiros que necessitam da supervisão do feitor de maneira afino, desta maneira, “nem se deve consentir maior número [de escravos], quem não quiser introduzir aí confusão e desordem.” (CÂMARA, 1982, p.131).

Ainda com relação às descrições dos negros, Arruda da Câmara avalia a divisão do trabalho entre eles. Eram as negras quem plantavam as sementes do algodão e os negros quem mudavam as estacas por serem mais ligeiros que aquelas.

Nos escritos de Arruda da Câmara é possível destacar o aspecto do negro tratado como mercadoria valiosíssima, quando ele se refere às precauções para não perder escravos através da picada de cascáveis, e ainda que o tratamento do feitor para com os escravos se dava na base tanto do castigo, quando esses não cumprissem as tarefas atribuídas, quanto da premiação para aqueles que conseguissem ultrapassá-las. Dito isto, podemos perceber o naturalista como parte dessa sociedade escravocrata, não diferente do que o próprio Koster, se tornaria após passar alguns anos no Brasil.

Nos termos acima, observamos que mesmo com os olhares diferentes sobre a paisagem dos sertões das caatingas quando tratamos da escravidão, não encontramos nas descrições do britânico o estranhamento que esperaríamos de um viajante britânico no século XIX. Como mencionamos no tópico sobre Koster, no primeiro capítulo, o viajante que fez a mudança do seu nome para Henrique da Costa, torna-se um senhor de escravos no Brasil.

Deixando um pouco de lado as questões étnicas, retornamos às descrições das paisagens dos sertões das caatingas que aos olhos de Koster parecem tão estranhas e tão distantes de sua realidade britânica, bem distinta distanciam-se do olhar de Manuel Arruda da Câmara, que enquanto filho do sertão, nascido nas proximidades do que hoje é a cidade de Pombal, parece conhecer bem as

particularidades da paisagem das caatingas, seus relatos, conforme mostraremos a seguir, demonstram intimidade com essa paisagem.

Na longa estiagem os sertões funcionam, muitas vezes, como semidesertos nublados. E, de repente, quando chegam as primeiras chuvas, árvores e arbustos de folhas miúdas e múltiplos espinhos protetores entremeados por cactáceas empoeiradas tudo reverdece (AB'SÁBER, 2003, p. 85).

Por tratar-se de um território que não chega à aridez total durante o período que chamamos de verão, o Nordeste sofre com as chamadas chuvas torrenciais⁶⁵, que Henry Koster relatou, mostrando a transformação gradual do ambiente a partir dos primeiros sinais dessa.

Os rios antes demarcados apenas pela depressão na terra, agora embora não estivessem completamente cheios, já apresentavam-se como um desafio aos que gostariam de atravessá-lo. Nas proximidades de um lugar chamado Sant'Ana, as águas estavam tão altas que os viajantes tiveram que permanecer na localidade durante mais tempo do que desejavam de fato.

Os sertanejos se servem para atravessar os rios, de um curioso aparelho formado de três peças de madeira, sobre o qual se colocam e remam eles mesmos até a margem oposta. Já ouvira falar, sob a dominação de *Cavalête*, mas como não vi um deles, não é possível pretender dar uma descrição exata. (KOSTER, 1942, p. 197)

Cascudo (1942), no entanto, refuta sobre o que Koster viu como meio de travessia dos sertanejos, pois ao mencionar a uma pintura de Post publicada por Barléu⁶⁶ como a representação exata deste meio de travessia, possibilitou a constatação de que na verdade não se trata de um Cavalête, devido às posições em que as pessoas se encontram na representação, de joelhos, seria impossível permanecer assim em cima de um Cavalête sertanejo.

Passado alguns dias os viajantes se deparam com as chuvas:

Tinhamos sofrido vários aguaceiros inopinados, nos dias anteriores e, mesmo não sendo fortes, a relva começava a brotar em vários lugares. A rapidez da vegetação do Brasil é assombrosa. Num bom terreno, caindo a chuva à tarde, no outro dia já existe um leve matiz de verde; continuando as chuvas, os renovos da relva medirão uma

⁶⁵ Chuvas torrenciais se caracterizam pela grande quantidade de chuva, em curto período de tempo, em uma localidade específica. Cf.: AB'SÁBER, Aziz Nacib. Domínios de Natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

⁶⁶ A pintura a qual se refere Koster foi feita por Frans Post, intitulada *O Cavafuga hostis trans fluvium sangalis*. Infelizmente, apesar da pesquisa realizada, não tive acesso à imagem para melhor exemplificar a crítica de Cascudo à citação de Henry Koster.

polegada, e, no terceiro dia, serão suficientemente longos para que o gado possa pastar. (KOSTER, 1942, p. 190)

As chuvas que Koster se refere, são na verdade bem típicas da região semiárida, assim como a facilidade em o verde reascender na Caatinga ao primeiro sinal de chuva.

Na longa estiagem os sertões funcionam, muitas vezes, como semidesertos nublados. E, de repente, quando chegam as primeiras chuvas, árvores e arbustos de folhas miúdas e múltiplos espinhos protetores entremeados por cactáceas empoeiradas tudo reverdece (AB'SÁBER, 2003, p. 85)

O viajante então passa a observar um novo Sertão e uma vegetação cada dia menos branco. Novos personagens passam a adentrar a vida de Koster e as linhas de seu diário, falamos aqui dos animais, o primeiro deles é o cão que o britânico adquire, treinado para guardar as bagagens dos viajantes. Esta preocupação surge devido à falta de comida da população sertaneja, pois “os moradores já haviam consumido a pequena colheita” (KOSTER, idem, 188), com a chegada das chuvas, vinham a esperança, mas não o alimento de consumo imediato.

A viagem prossegue e é notável que as chuvas presenciadas por Koster, foram chuvas torrenciais⁶⁷, pois em outras localidades a seca ainda é visível aos olhos dos viajantes:

Os vestígios da sêca (sic.) ainda não desapareceram nessa região, mas, as árvores começaram a cobrir-se de folhas e a relva cresce em muitas partes, suficientemente longa para garantir pasto aos nossos cavalos. A água era sempre rara e má, embora as chuvas as tornassem mais abundante e menos salobra. (KOSTER, 1942, p. 201)

Depois de longos dias de viagem Henry Koster e seus companheiros finalmente alcançam Lagoa Seca, aquele mesmo vilarejo dos princípios de sua empreitada, que antes se encontrava cheio de novos moradores, migrantes da seca, mas que agora apenas eram visíveis os habitantes prontos para abandonar seu pouso e seguir de volta ao Sertão, a esperança da chegada das chuvas nunca abandonara essas famílias sertanejas⁶⁸.

⁶⁷ Chuvas torrenciais se caracterizam pela grande quantidade de chuva, em curto período de tempo, em uma localidade específica. Cf.: AB'SÁBER, 2003.

⁶⁸ Janeiro é a estação das chuvas no Sertão nordestino, e é exatamente pelo fato de que o verão não corresponde ao período seco, que encontramos ali o semiárido e não o árido de outras regiões do

Capítulo III O Sertão Verde



Chegando o tempo do inverno, tudo é amoroso e terno, sentindo o Pai Eterno sua bondade sem fim. O nosso sertão amado, estrumicado pelado, fica logo transformado no mais bonito jardim (Patativa do Assaré - *A festa da natureza – s/d*).

As paisagens coloridas e tropicais, que compunham o litoral brasileiro, exalavam mistérios a serem desvendados. Aos olhos do Império Ultramarino Português, a exuberante natureza das terras recém-descobertas, parecia o paraíso terrestre e a mata virgem⁶⁹ aos visitantes. Estas imagens assolaram de inspiração os europeus que pisavam nos territórios da colônia portuguesa na América, que as reproduziram em diários e em uma vasta documentação epistolar, descrevendo-a com o impacto de uma natureza exótica. Aos que ficaram no Velho Mundo restavam as palavras dos cronistas, encarregados de relatar sobre as riquezas da nova terra, enriquecendo o imaginário europeu e transmitindo o conhecimento das riquezas descobertas, que neste caso, parece-nos de comum acordo, que a natureza é uma das principais riquezas desta terra⁷⁰.

Ao longo dos anos de colonização portuguesa na América, e as constantes redescobertas dessas terras, os verdes das matas tropicais brasileiras, tidos como sinônimos de vida e exuberante beleza que se estendia ao longo do litoral leste do

mundo. “As chuvas do começo do ano, são chamadas as primeiras águas, e continuam por quinze dias ou três semanas, após isso, o tempo geralmente é seguro até Maio ou Junho, depois desta época até o fim de Agosto, as chuvas são, comumente, mais ou menos constantes. De Agosto ou Setembro, até o começo do ano, as chuvas são raras.” (KOSTER, 1942, p. 202).

⁶⁹ O termo “mata virgem” associa a ideia de pureza, presente na concepção e valorização da virgindade feminina no mundo ocidental, a uma natureza que seria “intocada”, ou seja, a uma não-corrupção ou não-presença humana na paisagem. (CARVALHO, 2010; SCHAMA, 1996; DIEGUES, 2001). Contudo, sabe-se, a partir de numerosas pesquisas em diferentes meios acadêmicos que a própria presença das populações indígenas alterou profundamente a floresta durante milhares de anos (MORAN, 1994; ALTIERI, 2002). Porém, segundo Carvalho (2010), embora hajam pesquisas sistemáticas demonstrando o equívoco da imagem “mata virgem”, há persistência e o contínuo retorno desta imagem, mesmo na escrita “científica”.

⁷⁰ Houve, no entanto, uma diferença entre os escritos e a publicação dos mesmos, no tocante à “descoberta” da América e do Brasil, segundo Belluzzo (1996), “Enquanto Amerigo Vespucci conta haver atingido um mundo novo, Cristóbal Colón pensa ter chegado a um paraíso bíblico. Já a carta de Caminha, primeira resenha da Terra de Vera Cruz, não tem a chance de agir sobre a imaginação europeia do século do descobrimento. O texto do cronista que acompanha Cabral só é publicado em 1817. A visão ocultada é condizente com o sigilo português e contrasta com a visibilidade dada à América por outros conquistadores. As primeiras imagens sobre a América circulam no início do século XVI, através das gravuras que acompanham as cartas de Amerigo Vespucci, difundidas em forma de folhetim.” (p. 10).

imenso território, fizeram aumentar a contradição ao olhar dos viajantes que adentraram os sertões. Das primeiras “matas virgens” as “caatingas”, estas pareceram bem menos verdes, vigorosas e vivas.

A caatinga, vegetação típica do sertão semiárido do Nordeste, é dotada de grande biodiversidade, se destacando a vegetação xerófila, que se adapta às estiagens, pois possui folhas pequenas que reduzem o processo de transpiração e evaporação da água, ao mesmo tempo em que seus suculentos caules armazenam água e as suas raízes, espalhadas pelo solo, capturaram o máximo de água durante as chuvas.

Muito comum lembrarmos das cactáceas como exemplos da flora da região, contudo, também se destacam as espécies arbóreas, herbáceas e arbustivas, sendo algumas endêmicas, conforme já mencionamos na introdução do presente trabalho. Assim, como é muito comum lembrarmos da flora de uma mata branca, esquecendo-nos que ao caírem as primeiras chuvas, a caatinga perde seu aspecto rude e torna-se verde e florida, um jardim aos olhos dos poetas, como o Patativa do Assaré, supracitado.

É na perspectiva acima, que procuraremos ao longo deste capítulo tratar das descrições de uma flora que mais parece como metáfora dos próprios homens do sertão, fortes e resistentes, adaptáveis e flexíveis para sobreviver às mais diversas adversidades do ambiente natural das matas brancas. Dedicaremos-nos, enfim, a pensar a flora da região em suas características mais particulares, que fazem dela única no mundo, exclusiva desta região. Assim, buscaremos trazer imagens das mais variadas espécies catalogadas por Arruda da Câmara, observadas por Koster, que fazem parte do cotidiano dos sertanejos nos séculos XVIII e XIX, em seus mais variados usos, desde a sombra para o descanso no trabalho da lavoura, a fonte de alimentos, até o uso farmoterápico. Por fim, trataremos um tópico acerca da fauna da caatinga e os relatos sobre a mesma.

Do branco ao verde: imagens da flora da caatinga

Manuel Arruda da Câmara foi um dos pioneiros nos estudos da caatinga, em um processo de reintegração desse bioma na agenda científica oficial de Portugal, já

no final do século XVIII⁷¹, quando D. Rodrigo de Souza Coutinho, afilhado do Marquês de Pombal, assume o posto de ministro da Marinha e Ultramar. Esse interesse da Coroa pelas regiões mais interioranas dava-se, principalmente, por questões de ordem estratégica e mineralógicas. E foi em busca desses minérios que Arruda da Câmara foi encaminhado aos sertões.

Querendo Sua Majestade que haja nesta Corte notícias individuais e certas das minas dessa Capitania, foi a mesma Senhora servida escolher a Manoel de Arruda Câmara (sic) para visitar toda essa Capitania, com o fim de descobrir Salitre e outras quaisquer minas que, na mesma, possa haver e para depois passar à Jacobina e ao Rio São Francisco e informar de tudo o que observar, particularmente, sobre as minas de Cobre da Jacobina e Salitreiras que, em tempos anteriores, se descobriram daquele lado.

Para lhe facilitar os meios de pôr em execução esta viagem, houve S. Majestade por bem fazer mercê ao sobredito Manoel da Câmara Arruda (sic) de uma pensão de quatrocentos mil réis por ano e de duzentos mil réis de ajuda de custo. (CÂMARA, 1982, p. 267).⁷²

O salitre, ou ainda nitrato de potássio, era utilizado na produção de pólvora para as armas do exercito, das polícias, mas também para as da caça, que era um dos hobbies mais praticados na época. Assim, constituía-se um minério estratégico para Portugal. Após perder para a Inglaterra as possessões asiáticas, de onde provinha esta matéria-prima para Portugal, este passou a depender da pólvora inglesa, neste sentido, então, descobrir minas de salitre no Brasil tornou-se de extrema utilidade para a metrópole.

Arruda da Câmara iniciou as observações das minas pelo interior pernambucano, seguido por outros naturalistas pelo interior da Bahia e Ceará. Neste, o responsável foi João da Silva Feijó, que deu, literalmente, continuidade às

⁷¹ O início da exploração científica da Caatinga iniciou-se antes mesmo das expedições patrocinadas pela Secretaria da Marinha e Ultramar. Em 1784, José Tales da Silva foi nomeado governador do Maranhão, nesse período levou para a região o luso-brasileiro João Machado Gaio, ambos haviam estudado na Universidade de Coimbra e sido alunos de Vandelli. Uma das primeiras providências do governador foi enviar Gaio a uma viagem filosófica na Serra da Ibiapada.

⁷² Sobre essas minas de salitre e o processo de pesquisa e exploração das mesmas, podemos encontrar diversos documentos no Arquivo Histórico Ultramarino. Segue a relação a respeito deste tema: AHU_ACL_CU, Cx.30 D.2178; Doc.13684. AHU_ACL_CU, Cx.33 D. 2405 Doc.14043; AHU_ACL_CU, Cx.34 D.2459 Doc.13756; AHU_ACL_CU, Cx.34 D.2459. Doc.13757; AHU_ACL_CU, Cx.35 D.2509 Doc.13764; AHU_ACL_CU, Cx.35 D.2532. Doc.13950; AHU_ACL_CU, Cx.36 D. 2610 Doc.13510; AHU_ACL_CU, Cx.37 D. 2689. Doc. 13605; AHU_ACL_CU_017, Cx.13. D.727. Ver a referência completa na seção: Fontes Documentais, ao fim do trabalho.

tentativas de produção de salitre em Tajatuba, localizada na Serra dos Cocos, local onde Arruda da Câmara havia finalizado sua expedição, no ano de 1799⁷³.

Apesar de designado aos estudos de minérios, Arruda da Câmara não deixou de demonstrar sua maior proximidade com os estudos ligados à botânica e à agricultura, conforme discutimos no primeiro capítulo deste trabalho. Ligado ao grupo de naturalistas-utilitários, seus estudos da flora da caatinga perpassaram a busca por novas matérias-primas para produção de materiais essenciais para a coroa, como o linho, o algodão, dentre outros.

Em *Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da Sociedade e suprir a falta de Cânhamo* (1810), o primeiro exemplar da flora apresentado pelo historiador natural é o Caroá⁷⁴, bastante utilizada para fabricação de cordas, tecidos grosseiros e até segundo Arruda da Câmara, para tecer rede de pesca pelos ribeirinhos do Rio São Francisco⁷⁵. As fibras são retiradas das poucas, porém longas, folhas lineares da planta, conforme podemos conferir na Figura 5.

Sendo este relatório um dos compilados por Henry Koster ao final de seu livro, mencionando, contudo “apenas os trechos que possam interessar aos leitores ingleses” (KOSTER, 1942, p. 569), o viajante sente-se livre para realizar comentários sobre os estudos de Arruda da Câmara. Sobre o Caroá, Koster faz observações acerca das melhores localizações para a exploração dessa planta abundantes em “diversas partes do Curimataú e Cariri de Fóra, ambos na Capitania da Paraíba” (KOSTER, 1942, p. 572).

Nesses lugares aconselharia o estabelecimento de manufaturas, para a extração da fibra, porque não estão distanciados da costa e as estradas são boas, podendo o produto ser transportado em carroças e carros. Não obstante o caroá ser numeroso, léguas e léguas recobertas com essa planta têm sido devastadas pelo fogo desencadeado anualmente por pessoas perversas, caçadoras e proprietários, como notou Arruda. É provável que os terrenos onde vive o caroá terminem destruídos se o governo não tomar as

⁷³ As experiências de produção de salitre foram abortadas em 1801, não apenas pelos altos custos, mas também pela transferência de D. Rodrigo de Souza Coutinho para o Real Estário. Após o encerramento, Feijó ficou livre para dedicar-se à botânica, que era seu maior interesse.

⁷⁴ O caroá é uma *Bromeliacege*, nativa da caatinga com ocorrência, principalmente nas caatingas dos Estados do Piauí, Bahia, Pernambuco, Paraíba e Ceará.

⁷⁵ Essa planta também é mencionada por Arruda da Câmara em seu *Discurso sobre a Utilidade da Instituição de Jardins nas Principais Províncias do Brasil* (1810), porém não se atentando a análise botânica e utilitária da planta, apenas mencionando brevemente sua natividade e característica mais singulares.

providências para coibir a continuação de tais práticas, decretando penalidades contra os incendiários de tão preciosas plantas. (KOSTER, 1942, p. 572).

Planta bastante comum às regiões interioranas do Nordeste, sofre, contudo, com a ação das adversidades ambientais do território, apresentando-se, na época de estiagem, com o aspecto seco da maior parte da vegetação, tais características, no entanto, não são mencionadas por Arruda da Câmara, que apenas ressalva que sua abundância se encontra nos locais mais inóspitos, ou ainda, nos sertões, sendo, portanto, pouco explorada naquele período.

Ainda sobre o Caroá, o naturalista em apreço, não realiza qualquer observação acerca da relação entre a planta e o habitat da caatinga, contudo, para além de sua utilização na produção da fibra com diversas utilidades, a planta também é fonte de alimento para diversos animais da caatinga. Conhecida também popularmente por carauá, caruá, caroá-verdadeiro, coroá, corootá, crauá, croá, ou ainda gravatá, durante a seca animais silvestres como o caititu e o veado catingueiro consomem as folhas do caroá para escapar da falta de água.

O Caroá não chegou a ser representado por Arruda da Câmara em seus desenhos, mas podemos observar melhor seus atributos a partir da apresentação da mesma pelo desenhista da viagem filosófica ao Sertão do Piauí, ocorrida entre 1799-1801 (KURY, 2012), (conferir Figura 5), em que os aspectos descritos pelo naturalista luso-brasileiro, como as longas e finas folhas, as ótimas fibras para usos diversos na produção de utensílios podem ser enxergadas mais claramente.

A Figura 5 segue os mesmos padrões de representação da natureza de Lineu, seguidos por Manuel Arruda da Câmara, conforme apresentamos no capítulo anterior deste trabalho.

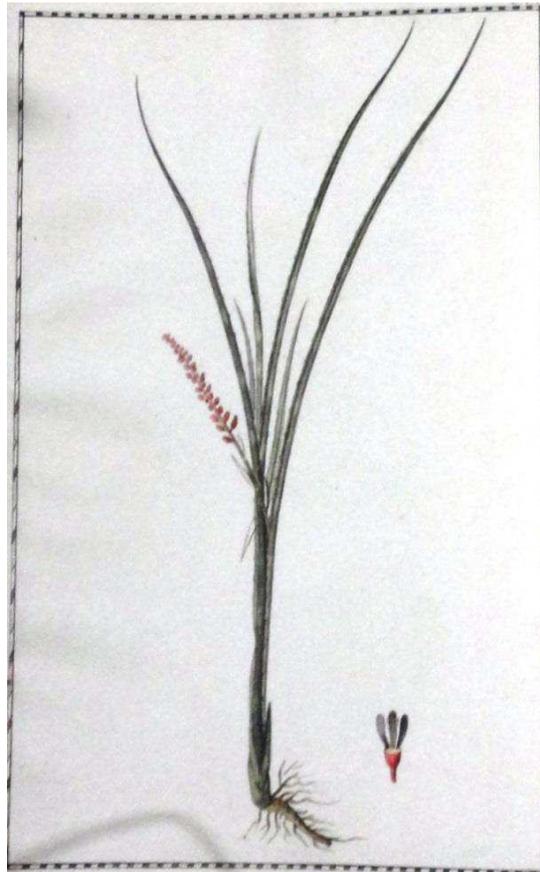


Figura 5 – Caroá

Fonte: KURY, Lorelai (Org.) **Sertões Adentro:** viagens nas caatingas séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2012.

As plantas da Caatinga, observadas e descritas tanto por Arruda da Câmara como por Koster, não se apresentavam, no entanto, muito diferentes da própria imagem de Sertão seco. Para este último viajante, a flora em especial, parecia sofrer com a falta de água, perdendo suas folhagens. Neste ponto, torna-se importante mencionar que os naturalistas Spix e Martius, que percorreram os sertões da Bahia, também descreveram o que eles chamavam de caatingas, contudo, o que para Henry Koster parecia uma flora morta, para estes naturalistas a aparência é comparada com o que ocorre com a flora europeia na época de outono, como eles mesmos descrevem:

Afastando-nos para leste, entramos em caatingas que tinham aspecto outoniço, onde as únicas plantas verdes eram hastes carnosas de cereus, algumas caparidáceas e janifos (*Cnidocolus*, Pohl), cobertos de espinhos cáusticos (SPIX *et.* MARTIUS, 1938, p. 28).

No trecho acima, Spix e Martius mencionam cactáceas como o mandacaru, que armazenam água em seu interior e que nem Arruda da Câmara e nem o Henry Koster dedicaram-se a tratar de forma específica. Todavia, em meio às numerosas representações de uma natureza que se aparentava sem vida, duas plantas chamaram a atenção de Koster: o Pereiro e o Icó, árvores das quais o viajante foi informado que floresciam mais, quanto mais rigorosas fosse a estação da estiagem. Destarte, a partir das descrições do diletante, podemos inferir o quanto a seca assolava a terra naquele período, já que as plantas pareciam “muito bonitas e o verde de suas folhas eram brilhantes e sadios” (KOSTER, 1942, p. 125). É em comparação às demais vegetações que ele diz ter “notado que as outras plantas dessa região não tem aparência de vida” (KOSTER, 1942, 125).

Todavia, como falar de toda esta natureza sem falar naqueles que dão sentido a elas. Assim, deixemos um pouco de lado as descrições que parecem demonstrar um sertão inóspito, para revelar aos olhos dos viajantes resistentes da seca, que surgiriam aos poucos no decorrer da viagem de Koster.

Para o viajante, as pessoas pareciam ter sumido daquela região, depois de dias viajando em terras que “dava a impressão de não havermos mudado do lugar, tanto era igual a fisionomia do ambiente” (KOSTER, 1942, p. 125), o único encontro fora com um major, que ele encontrara pelo caminho guiando numerosos animais, do qual teve notícias de que a vila para a qual seguia estava esgotada, os moradores haviam abandonado suas casas, ele mesmo fora ao litoral em busca de farinha para a família.

Koster o descreve como um “típico brasileiro do interior”, mas, quais eram essas características que estereotipavam o sertanejo no imaginário do britânico? O aspecto básico que caracteriza o sertanejo é sua indumentária “camisa e ceroulas, a alpargatas nos pés, espingarda ao ombro, espada ao lado suspensa por um boldrié, e uma faca de caça à cintura.” (KOSTER, 1942, p. 121).

Mais adiante, outro sertanejo cruza o caminho do viajante, esse, assim como o major, trajava-se como um “típico sertanejo”. Em viagem para Koster:

Sua roupa consistia em grandes calções ou polainas de couro taninado, mas não preparado, de côr (sic.) sujas de ferrugem, amarrados na cinta, e por baixo víamos as ceroulas de algodão onde o couro não protegia.” (KOSTER, 1942, p. 133)

A cor do sertanejo é bastante mencionada, sendo descrito como de pele morena, o próprio viajante se surpreende ao perceber que nas partes cobertas a pele é tão clara quanto a dos europeus.

O armamento também fazia parte do traje, sempre carregando uma faca e uma pistola de cano longo. As utilidades, os usos dessas peças não são descritos, todavia, a presença das mesmas compondo a indumentária é uma observação constante nas descrições de Koster.

Não satisfeito apenas com a densa descrição dos homens do interior do Nordeste, Koster ilustra seu diário com um desenho delicado e detalhista das já descritas vestes dos homens do sertão (conferir Figura 6).



Figura 6 - *Um Sertanejo*

Fonte: KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Original inglês, 1816.

Quais conhecimentos possuía Koster sobre a sociedade sertaneja para que logo que avistasse tais homens inferisse que os mesmos seriam um “típico nordestino do interior”? Devemos nesse momento lembrar de que o viajante reorganizou e redigiu suas notas de viagem para serem publicadas em forma de diário alguns anos após sua viagem. Sendo assim, muitos dos conhecimentos podem ter vindo tanto das leituras anteriores à sua ida ao Brasil, visto que como já fora relatado, a literatura de viagem estava em alta, como também um conhecimento adquirido no gabinete de Southley, enquanto escrevia seu livro, introduzindo informações que durante a viagem não eram tão claras para o britânico.

Posteriores aos escritos de Koster, as imagens dos homens do interior, próximas daquelas trazidas pelo britânico, se fizeram presentes em outras literaturas, a exemplo do diário de Maria Graham que assim os descrevem:

Os sertanejos constituem uma casta de homens rudes e ativos, na maior parte agricultores. Trazem milho e cereais, toucinho e doces, às vezes couros e sebo. [...] A família que encontramos formava um grupo muito pitoresco: os homens vestidos de couro dos pés à cabeça. A jaqueta leve e as calças são tão apertadas como as roupas dos mármores de Egina, e produzem mais ou menos o mesmo efeito; o pequeno chapéu redondo tem a forma do petaso de Mercúrio. Os sapatos e polainas da maior parte eram excelentemente adaptados para a defesa das pernas e dos pés no cavalgar por entre as asperezas. O tom geral do conjunto era um belo castanho queimado (GRAHAM, 1956, p. 115).

Percebemos, no entanto, que a preocupação em narrar ou descrever o homem sertanejo, em termos físicos, não aparecem nos relatórios científicos, como os de Arruda da Câmara, ou em qualquer outro, a exemplo de Spix e Martius. Nestes, o sertanejo é trazido como forma de expor seus hábitos em relação à própria natureza, mas não se torna foco da descrição, como observamos na literatura diletante de Koster e Graham.

Dando sequência à viagem Koster, partimos para a descrição da primeira noite, quando ele juntamente com seus companheiros conseguiram abrigo em uma choupana em que se encontravam dois pequenos garotos, cuja aparência lastimável é ressaltada pelo viajante, seus pais haviam se ausentado em busca de alimento, mas precisamente, a massa do miolo da carnaúba⁷⁶. Este alimento servia no lugar

⁷⁶ A Carnaúba (*Copernicia prunifera*) é uma árvore da família *Arecaceae* endêmica no semiárido do nordeste brasileiro, árvore símbolo do Estado do Ceará, conhecida como árvore da vida, pois oferece

da farinha de mandioca, que encontrava-se em falta nas cercanias. Nas palavras do britânico a massa “tinha côr [sic.] escura, pouco consistente, amarga e nauseante para deglutir-se.” (KOSTER, 1942, 188). Seria o único meio de alimento que a população mais pobre tinha acesso, somado à pouca carne ou peixe seco.

Ainda sobre a massa do miolo da Carnaúba, o naturalista luso-brasileiro Arruda da Câmara, ressalta em um de seus numerosos relatórios científicos intitulado *Discurso sobre a utilidade da instituição de jardins nas principais provincias do Brasil*, de 1810, que a Carnaúba ou Carnaíba (conferir Figura 7) é uma das plantas mais úteis dos Sertões e “o miôlo (sic.) do estame nas plantas novas, sendo machucado n’água, produz uma fécula nutritiva e tão branca quanto a da mandioca.” (CÂMARA, 1982, p.217). O próprio Koster ao tomar conhecimento desta análise de Câmara supôs que o miolo que ele havia experimentado naquela noite tinha sido misturado com qualquer outra substância, destarte, não nos prolongaremos mais nesta questão.

Na Figura 7, que assim como o desenho do Caroá, compõe os relatórios da viagem pelo Sertão do Piauí, ocorrida entre 1799-1801, pode ser observada uma das plantas que Arruda dedicou-se a relatar cuidadosamente, em relatório enviado em Ofício com o título *A almêcega e a carnaúba*, de 1809, no momento em que encontra-se convencido da grande utilidade desta planta à sociedade, expandindo assim, o estudo da mesma para além do seu empenho como objeto da química em escritos anteriores. Assim sendo, sobre os usos da carnaúba, ele descreve:

Serve de nutrimento aos povos do sertão em tempos famintos; o miolo das árvores novas, picado miudamente, nutre os animais cavalres tanto quanto o milho; as folhas secas que caem naturalmente, são aproveitadas pelos gados e o rime da seca; as mesmas folhas servem para teto das casas rústicas, onde residem às injúrias do tempo por espaço de 15 e 20 anos, sem necessidade de reparação; os frutos destas árvores, sendo ainda mais verdes, e não tendo ainda adquirido senão o tamanho de azeitonas, cozidos sucessivamente em três águas, ficam brandos como milho cozido, cujo gosto arremedam, servindo de nutrimento agradável e ao

uma infinidade de usos ao homem: as raízes têm uso medicinal como eficiente diurético; os frutos são um rico nutriente para a ração animal; o tronco é madeira de qualidade para construções; as palhas servem para a produção artesanal, adubação do solo e extração de cera, um insumo valioso que entra na composição de diversos produtos industriais como cosméticos, cápsulas de remédios, componentes eletrônicos, produtos alimentícios, ceras polidoras e revestimentos. Por tratar-se de uma planta adaptada ao clima semi-árido, a Carnaúba oferece possibilidades de atividades econômicas mesmo durante o período de estiagem, tratando-se portanto de importante alternativa na composição da renda familiar das comunidades rurais. Cf.: *Secretaria Estadual de Agricultura do Ceará - Carnaúba*. Disponível em: <<http://www.seagri.ce.gov.br/carnauba.htm>> Acesso em: 20 abr. 2010.

mesmo tempo sadio; os mesmos frutos depois de maduros são cobertos de uma fécula ou massa doce agradável e tão bem nutre a gente como o gado; a madeira, que é muito direita e comprida, como costumam ser os troncos das palmeiras, a cuja família pertence, serve de traves para as casas, para os currais e cercados (CÂMARA, 1982, p. 231-232).

Cada parte da planta é observada e descrita em suas utilidades pelo naturalista Arruda da Câmara. No caso da carnaúba, é interessante observarmos que não segue a classificação de Lineu, pois em momento algum do referido relatório o mesmo classifica e expõe as partes da planta em um estudo taxonômico. Assim, apresenta uma descrição muito mais utilitarista, em que para além das que já foram referidas no trecho supracitado, podemos ainda mencionar a extração da cera a partir das folhas novas da carnaúba, que serviriam na produção de velas de boa qualidade. Nestes termos, o naturalista acrescenta ainda que ele próprio vinha excitando “muitos habitantes do sertão a traficarem com este objeto e em algumas partes já se tem extraído quantidade, que vendem a 60 réis cada libra” (CÂMARA, 1982, p. 232).



Figura 7 - Carnaúba

Fonte: KURY, Lorelai (Org.) **Sertões Adentro:** viagens nas caatingas séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2012.

Outra espécie que merece ser mencionada é a chamada cientificamente de *Spondias Tuberosa*, Arr. Popularmente conhecida por umbuzeiro, foi o próprio Arruda da Câmara quem nomeou a referida árvore. Sendo a primeira no caderno de manuscritos do naturalista conservado no Museu Nacional, ela é originária dos sertões nordestinos e destaca-se tanto pela sombra e pelo refúgio que produz aconchegante para os viajantes, quanto pelo seu fruto, o umbu. Na figura 8 podemos observar o desenho produzido provavelmente pelo Padre João Ribeiro Montenegro, que acompanhou Arruda da Câmara em suas viagens, enquanto este realizava as notas.



Figura 8 - *Spondias tuberosa* Arr.

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811.** Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, Anexo p. 295 (número 1).

No detalhe da Figura 8, podemos observar o fruto, que nos tempos do Brasil Colônia era chamado de ambu, imbu, ombu, corruptelas da palavra tupi-guarani "y-mb-u", que significava "árvore-que-dá-de-beber" (embora haja a possibilidade de que seja, de fato, uma palavra de origem Kariri)⁷⁷. Dada a importância de suas raízes, foi chamada "árvore sagrada do Sertão" por Euclides da Cunha. Sua raiz conserva água e produz uma batata, que em época de grande estiagem, é utilizada como alimento. O Umbuzeiro vive mais ou menos 100 anos, e é um símbolo de resistência.

Ainda sobre o umbuzeiro ou imbuzeiro, Koster, em sua seleção dos escritos de Arruda da Câmara, traz a seguinte descrição:

É uma árvore que vive abundantemente nos sertões de Pernambuco e da Paraíba. Produz um fruto que é menor que o ovo da galinha, ovoide, com cinco pontas na parte de baixo, sendo as indicações dos cinco estigmas. Sua cor é amarelada, e sob a epiderme coriácea represa uma polpa sumarenta, de agradável doçura e sabor ácido. Com esse sumo, e leite coalhado e açúcar, fazem um prato muito estimado, chamado imbuzada. Essa árvore estira raízes longas e horizontais, pouco penetrantes, sobre as quais se vêm à pequena distância umas das outras, tubérculos redondos, de oito polegadas (um palmo) e diâmetro, cheios d'água, semelhantes às melancias. Esses tubérculos suprem as necessidades da árvore e algumas vezes refrescam o caçador que se aventurou pelas matas. A reprodução dessa árvore é muito fácil por meio de renovos (CÂMARA *apud* KOSTER, 1942, p. 586).

Mais uma vez, encontramos na composição da flora das caatingas dos sertões nordestinos, uma espécie que pode ser aproveitada pelos homens sertanejos em suas mais variadas possibilidades. Muitas dessas descrições acerca das utilidades das plantas, Câmara realizava a partir do seu conhecimento empírico enquanto homem do sertão, assim, ele amalgamava os conhecimentos científicos de classificação, adquiridos nos anos de estudo na Europa aos saberes dos homens comuns, que ele próprio também já estivera inserido.

Sertão Vermelho: a fauna da caatinga

O vermelho se faz presente no mosaico da caatinga, com sua fauna edênica⁷⁸. Neste tópico trabalharemos as descrições da cultura sertaneja e sua

⁷⁷Notas de Leitura, Biblioteca Digital Curt Nimuendajú. Disponível em <<http://biblio.etnolinguistica.org/doc:15>> Acesso em 10 jan. 2013.

⁷⁸Preá, soim, corupião, onça-parda, tamanduá-mirim e asa-branca, são alguns dos animais que vivem na Caatinga. Mas a fauna é muito mais abrangente: já foram registradas 148 espécies de

relação com a fauna do sertão, mais uma vez associando as imagens de Koster com as catalogações de Arruda da Câmara.

Mesmo tendo sido os animais, o estudo sobre o qual o naturalista em apreço tenha dedicado menos tempo, observamos no capítulo II, que o mesmo chegou a buscar representar em imagens um número considerável de bichos, desde os peixes aos insetos, que buscaremos dialogar com as descrições densas de Koster.

O primeiro animal sobre o qual nos debruçaremos a observar as descrições é o tatu, que em sua espécie *Cabassous unicinctus*, mas conhecida como tatu do rabo mole, que recebeu este nome por não possuir uma cobertura e tampouco a sua calda (conferir Figura 9), é o primeiro a constar no livro de manuscritos de Arruda da Câmara, na sessão de Aves e Outros (p. 326). Não sendo uma espécie típica da caatinga, ela pode ser encontrada no Cerrado, no Pantanal e até mesmo na Amazônia, não diferente da espécie descrita por Koster, o tatu-bola, com o qual o britânico encontrou-se de forma não intencional após um cão persegui-lo por um tempo. Sobre o tatu bola escreve: “É um animal protegido pela sua casca grossa e quando se toca, enrosca-se todo, como um ouriço” (KOSTER, 1942, p.152). Não podemos deixar de mencionar neste momento que o cão acima referido fora adquirido e treinado pelo britânico para guardar as bagagens dos viajantes, pois havia uma preocupação com o roubo já que “os moradores já haviam consumido a pequena colheita” (KOSTER, 1942, p. 188), pois, com a chegada das chuvas, vinham a esperança, mas não o alimento de consumo imediato.

O tatu bola é chamado pelos indígenas de *tatuapára*, segundo Cascudo (1942), sendo do gênero *Dasypodideos*, tem cerca de vinte e quatro espécies em todo o Brasil. Não há, no entanto, qualquer imagem do mesmo por Arruda da Câmara ou Koster.

Os animais ferozes do Sertão até então Koster só havia ouvido falar, sem ter visto ele, o naturalista, apenas inferiu que a seca havia os forçado a migrar para regiões mais favoráveis. Os pequenos, por sua vez, fizeram sua aparição recebendo

mamíferos, 510 de aves, 154 de répteis e anfíbios e 240 de peixes, que são conhecidas até hoje no bioma. Vive na Caatinga a ave com maior risco de extinção no Brasil, a ararinha-azul, *Anodorhynchus spix*. Como também, a segunda mais ameaçada do país, a arara-azul-de-lear, *Anodorhynchus leari*. Habitam os arredores de Canudos (BA) com uma população de menos de 150 exemplares, que é um décimo da população ideal no caso de aves, que demoram a se reproduzir.

a devida descrição pelo britânico curioso. O mocó⁷⁹ do sertão das caatingas fora comparado a uma pequena lebre pelo viajante, tentando passar uma ideia aproximada da aparência do animal, sem estender-se para além disso, ele apenas cita sua existência, assim como faz com o carrapato e o bicho de pé.



Figura 9 - *Cabassous Unicinctus*

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811**. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, Anexo p. 326 (desenho número 1)

Contudo, o único animal feroz que Koster presenciou foi o jaguar, que para os cronistas coloniais era o jaguetê. “Tem para si os Portugueses que jaguetê é onça, e outros dizem que é tigre; cuja grandura é como um bezerro de seis mezes; falo dos machos porque as femeas são maiores (sic.)” (SOUZA, 1938, p.286). O jaguar apareceu no acampamento noturno dos viajantes, “enquanto os indígenas

⁷⁹ É um pequeno roedor, herbívoro, típico das regiões rochosas do semiárido do Nordeste, usado para alimentação humana, especialmente durante os períodos de seca. Cf.: CAPELETTO, Armando José. Bioclimatologia animal online. Disponível: <<http://bioclima.info/moco.php>> [Acesso em 20 de Outubro de 2010]

soltavam, de vez em quando, uma espécie de berro (também usado pelos sertanejos quando conduzem grandes manadas de gado meio selvagem) com o intuito de amedrontar os jaguares” (KOSTER, 1942, p. 191).

Contudo, esses animais de maior porte não são estudados por Arruda da Câmara, que se dedica limitadamente aos insetos, peixes e aves, com raras exceções como o desenho do tatu, já apresentado, e outro desenho da anta, de nome científico *Tapirus Terrestris*⁸⁰. Assim, do vasto acervo de aves, encontramos as seguintes espécies que podem ser encontradas nas caatingas: o pica-pau-anão-da-caatinga, o gaviãozinho, o arapaçu-beija-flor e urubu-rei.

As aves representam o grupo animal com maior número de espécies registradas na caatinga. Atualmente são 510 espécies, das quais 15 são endêmicas e 20 estão ameaçadas de extinção, como o jacu verdadeiro e o urubu-rei, este, por sua vez, foi uma das espécies representadas por Câmara, todavia, não teve o desenho concluído, conforme podemos observar na Figura 10.

Arruda da Câmara confeccionou estas e outras imagens sem expor qualquer identificação ou descrição. Contudo, Koster descreve os urubus comuns e cita a espécie representada pelo naturalista.

O urubu é, aproximadamente, o duplo do corvo comum na Inglaterra. É inteiramente negro, excetuando-se a ponta do bico, que é branca, como me disseram, porque não observei diretamente. Onde quer que se encontre a carcaça de um animal, essas aves se reúnem rapidamente, depois da morte da presa, e vêm em maior ou menor número, de acordo com o volume do corpo. Os moradores contam muitas histórias sobre o rei dos urubus, que tem um tufo vermelho na cabeça, mas eu nunca ouvi notícia certa sobre esse soberano. (KOSTER, 1942, p. 383).

Torna-se interessante mencionar que o urubu-rei está presente em lendas e mitos dos povos nativos do Brasil, conforme o próprio Koster mencionou, sem contar, no entanto, qualquer uma dessas muitas histórias. Como exemplo, podemos citar a lenda da origem do mundo do povo Karajás, em que o urubu-rei é representado como aquele que trouxe as estrelas, a lua e o sol para satisfação de um corajoso índio. Iluminando toda a terra, a ave também era a detentora da sabedoria e dividiu os segredos da terra com o índio, exceto aquele da eterna juventude, trazendo a explicação para a mortalidade dos seres. Enquanto para os

⁸⁰ A anta é um animal presente em quase toda a América do Sul. Atualmente ela pode ser encontrada principalmente na região do Pantanal brasileiro, como também na floresta amazônica. É possível que tenha tido espécies da mesma na região das caatingas, das quais Arruda da Câmara pôde realizar as representações, mas, que no entanto, encontram-se extintas.

Kuíkuru, o urubu-rei era o detentor do fogo e foi aquele que cedeu a um índio corajoso o segredo para dominar o fogo, também sendo atribuída à ave, a sabedoria e o poder.



Figura 10 - Urubu-rei

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811**. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, Anexo p. 326.

Representado assim, como um ser imponente, o urubu-rei também é chamado popularmente de urubu-real, urubutinga, corvo-branco, urubu-branco, urubu-rubixá e iriburubixá (FERREIRA, 1986). As palavras em tupi-guarani significam: urubu (do tupi uru'wu do que desprende mau cheiro), urubuquara (de toca, buraco, ninho do urubu), urubutiaga (de urubu branco), enquanto que o nome científico, *Sarcoramphus papa*, acredita-se que pode ser do grego "sarkophagos", que significa comedor de carne ou carnívoro.

Para finalizar, torna-se interessante retornamos aos insetos presentes nas regiões das caatingas, a exemplo dos *Arachnidas*, ou aracnídeos, que são uma classe do filo dos artrópodes que inclui, dentre outros, aranhas, carrapatos, ácaros,

opiliões e escorpiões. Na região em questão, temos a incidência do escorpião-amarelo-da-caatinga, que acreditamos ser a espécie representada por Arruda da Câmara na Figura 11, já que o mesmo costumava desenhar bichos com os quais tinha contato frequente.

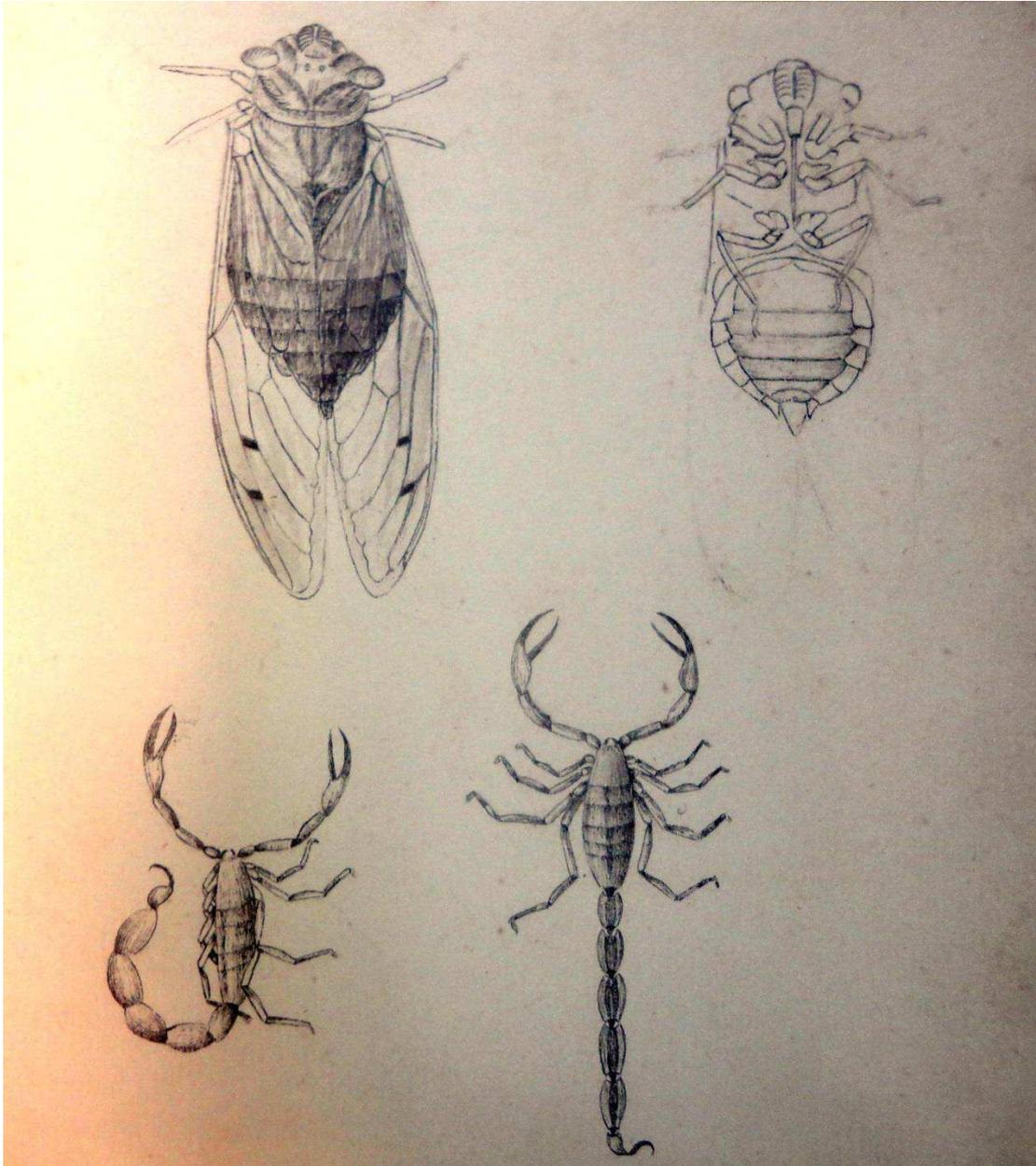


Figura 11 - Quesada sp. e Arachnida

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811.** Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

Na Figura 11, encontramos ainda, a representação da popularmente chamada cigarra. Este inseto constitui-se muitas vezes uma praga para algumas culturas, pois alimenta-se da seiva das plantas,consequentemente,enfraquecendo-a e diminuindo a qualidade do produto final. Mas não adentraremos mais em sua análise. Sobre as espécies peçonhentas, Koster escreve:

a aranha-caranguejeira (*Aranea avicularia*), a lacraia ou escorpião e o piolho de cobra (*Scolopendra morsitans*) estão em todas as casas e em todos os cantos. É preciso evitá-los cuidadosamente, porque suas picadas são cruéis e causam inflamações. A ideia instintiva de encontrar-me com um desses insetos dera-me habitualmente (como a outras pessoas também) uma espécie de defesa automática contra eles. Quando eu ia começar a ler, fechava o livro em primeiro lugar, violentamente, como se quisesse esmagar algum desses animalejos que se tivesse metido entre as folhas. Quando pegava minhas botas, chapéu ou calças, não o fazia sem as precauções devidas, sem ideia preconcebida de cuidado, exercida raciocinadamente, mas como em obediência a um ato maquinal, inconsciente. (KOSTER, 1942, p. 375).

Na citação acima, encontramos como esses animais peçonhentos constituíam uma preocupação constante para a população em geral. Koster, aprendeu a conviver com a diversidade desses seres, mesmo não sendo essa uma convivência das mais agradáveis. Dentre a variedade apresentada pelo britânico, a lacraia foi o único inseto com que o viajante teve a péssima oportunidade de experimentar involuntariamente a picada.

Fui mordido um dia por uma lacraia. Montava meu cavalo e trazia o guarda-sol na mão para resguardar-me do sol durante a jornada. Quando o abria senti subitamente uma violenta pontada na palma de uma das mãos. Olhando para baixo, vi o inseto que me mordera e voltei imediatamente para casa. Apliquei sumo de limão na mordedura e no fim de meia hora não tinha mais a desagradável sensação, voltando a montar o cavalo. O efeito único que experimentei da picada foi uma dormência na mão, que demorou o resto do dia, e em volta do lugar afetado ficou um pouco avermelhado. No outro dia, a dormência desapareceu e a vermelhidão se dissipou também. Labat faz menção a uma picada de escorpião causando inconvenientes ainda menores que os recebidos por mim. Quando narrei o fato aos vizinhos, a passageira consequência da picada, atribuíram à influência da lua. (KOSTER, 1942, p. 376).

No trecho acima, observamos primeiramente, um pouco da sabedoria popular, com a utilização do sumo de limão nas feridas, para aliviar os sintomas, e que atualmente é reconhecido como cicatrizante e antiséptico, sendo utilizado para desinfetar as feridas, favorecendo a cicatrização. Quanto à crena na influência da

lua, não encontramos maiores referências. Um segundo aspecto, é a menção da picada de escorpião que causou consequências ainda menores que a sofrida com a lacraia, essa possibilidade se faz possível, se o escorpião em questão for da espécie já mencionada, escorpião-amarelo-da-caatinga, por este possuir uma toxina considerada fraca apesar de ser o maior do Brasil.

O Sertão Amarelo



Felizmente temos chegado à época de ser emendada tão grande fala, e de adquirir o Brasil todas as vantagens de que é susceptível; pois se um país estéril floresce debaixo dos pés de um bom Rei, como não florescerá este, de sua natureza fértil! (Manuel Arruda da Câmara – Discurso sobre a Utilidade da Instituição de Jardins nas Principais Províncias do Brasil – 1810).

A natureza e a agricultura é sem dúvida, para Arruda, a fonte da riqueza de um país e de seu povo. Assim, suas primeiras páginas de *Discursos sobre a Utilidade da Instituição de Jardins nas Províncias do Brasil*, de 1810, são dedicadas a demonstrar as diferenças na natureza dos trópicos, que parecem ser as únicas destinadas para habitação dos homens, e da Europa, em que em muitos locais é negada a prosperidade das mais variadas plantas como o algodão, o café, o cacau, dentre outras.

Nos termos acima, o naturalista realiza uma forte crítica a não exploração do solo fértil dos trópicos para a transplantação das mais variadas espécies, desde os primeiros anos da colonização, que teria ocorrido por receio de se cortar a navegação e o comércio com a Índia, erro este, que ele acredita ser finalmente revertido, a partir do seu relatório, que se inicia em busca de convencer o Príncipe Regente D. João, a investir nos Hortos públicos, para que esta terra fértil floresça o que só seria possível, de qualquer forma, nas mãos de um bom governante, conforme observamos na citação que inicia este capítulo.

Imbuídos dessas ideias de riqueza, Henry Koster e Manuel Arruda da Câmara observam muitas outras cores na região da mata branca, principalmente o amarelo da prosperidade econômica. O progresso do Império Ultramarino Português era com certeza uma das preocupações dos estudos de Arruda da Câmara. Nestes termos, o capítulo em questão visa discutir e apresentar os olhares desses viajantes sobre as riquezas das caatingas dos sertões nordestinos, que como veremos, estariam ligadas às potencialidades de agricultura de algumas espécies, que por sua vez abasteceria e aumentaria o comércio na região. Dessa forma, seguiremos demonstrando as proximidades dos discursos desses homens do século XIX,

iniciando uma breve análise da leitura que Henry Koster realiza dos variados relatórios de Manuel Arruda da Câmara.

Arruda da Câmara por Koster

Conforme mencionamos no primeiro capítulo, ao final do diário de Henry Koster, ele apresenta uma compilação de alguns escritos de Arruda da Câmara, contudo, o dileitante não realiza as transcrições na íntegra, mas apenas as partes que para ele são pertinentes. A compilação da obra, além de resumi-la, é acrescida de comentários do dileitante que a introduz com as seguintes palavras “Mencionarei apenas os trechos que possam interessar aos leitores ingleses” (KOSTER, 1942, p. 569).

Quais critérios são utilizados por Koster para separar o que interessa do que não interessa para seus possíveis leitores? Como britânico, filho de comerciantes, uma das poucas informações que temos sobre sua família é que o viajante em questão pareceu priorizar aquilo que para ele poderia ter um valor econômico, que acreditando que poderia transformar a região do Brasil percorrida por ele durante alguns meses, tendo como consequência dessa expedição, a oportunidade de escrever um livro.

Nos termos acima, a primeira obra que Arruda da Câmara que Koster traz ao fim do seu livro é *Dissertação sobre as plantas do Brasil que podem dar linhos*, de 1810, que ele enunciou apenas como *Dissertação das plantas fibrosas propriamente ditas*. Assim, ele expõe as espécies que Arruda da Câmara coletou algumas delas inclusive, foram comentadas ao longo deste trabalho. Resumindo:

São essas as plantas fibrosas mais importantes do Brasil. É evidente que, entre as que mencionei, apenas quatro poderão ser empregadas vantajosamente para cordas. O CAROÁ (*Bromelia variegata*), o CRAUATÁ DE RÊDE (*Bromelia sagenaria*), o CAROATÁ-AÇU (*Agave vivipara*) e a fibra da casca do coco da praia, *Cocos nucifera*. Sua barateza, a facilidade com que podem ser preparadas tornam essas fibras de decisiva importância. A fibra da folha do tucum, que tanto se tem gabado, a da macaíba e a do dendezeiro (outra palmeira) não podem ser de serventia geral para a sociedade e é preciso muito trabalho para fazê-las próprias para o uso dos navios, não somente pela dificuldade em obtê-las, como por outras circunstâncias. (KOSTER, 1942, p. 579)

Na citação acima, podemos observar também a ousadia de Koster, presenciada já em outros momentos ao longo do trabalho, em buscar analisar

estudos científicos, sendo ele mesmo apenas um diletante, mas que no entanto, mostra-se intensamente ligado às produções de cunho científicos que vinham a cada dia sendo mais publicadas na Europa, concomitantemente a esta literatura mais livre de curiosidades, em que observamos fazer parte a obra de Koster.

O algodão se mistura à paisagem do sertão

Misturado ao branco da caatinga outra vegetação invade os territórios dos sertões do Nordeste, sem, no entanto, quebrar com a harmonia de cores, traz uma conotação diferente para a paisagem, tornando-a um lugar produtivo, vivo e de possibilidades.

O naturalista Manuel Arruda da Câmara foi responsável pela escrita da *Memória sobre a Cultura do Algodoeiro* (1799), sendo esta resultado de um longo tempo de pesquisa, observação e experiência, enquanto dono de uma fazenda nas margens do Rio Paraíba, em que realizava tais culturas, utilizando-se da mão de obra escrava.

O trabalho, datado de 1797, apenas foi publicado em 1799. Nesta versão, o texto apresenta uma longa dedicatória ao Príncipe Regente, entretanto, Mello (1982) questiona a originalidade desta dedicatória, pois não se encontra presente no manuscrito original, enviado em 10 de Dezembro de 1797, à D. Rodrigo de Souza Coutinho. É válido salientar que este, por sua vez, não acusa o recebimento da Memória em carta à Arruda, que de pronto escreve em carta datada de julho de 1799:

Eu cometi a Antonio Filipe, Corregador então desta Comarca, a remessa da Memória e da carta de V. Excia., e como corresse tempo e recebesse cartas de V. Excia., na quais em nada disto me fala, escrevi ao dito Corregador, queixando-me da sua omissão [...] (CÂMARA, 1982, p. 243)

A partir das cartas observamos que o texto só chegaria às mãos de D. Rodrigo e, por conseguinte, ao editor, em 1799, sem tempo suficiente para que fosse requerida à Câmara a reescrita da dedicatória, antes realizada para o futuro Conde de Linhares, o próprio D. Rodrigo de Souza Coutinho.

O nos leva a crer que a dedicatória ao Príncipe Regente na verdade possuía outro autor são as palavras escritas, supostamente, por Arruda:

Treparei o mais empinado das suas montanhas; descerei ao mais abatido dos seus vales; penetrarei o interior do seu térreo e o

eviscerarei, desde o musgo mais aviltado, até o mais corpulento cedros; desde o mais vil inseto até o grosso tapira [...] (CÂMARA, 1982, p. 110).

Não podemos deixar de observar a referência a um “corpulento cedro” nos sertões do Nordeste brasileiro, descrição suspeita para um botânico, ainda mais como Arruda, que já possuía um vasto conhecimento sobre a região, por ser natural destas terras. Assim, corroboramos com Mello (1982) ao dizer que tal dedicatória é de autoria desconhecida, apesar de assinada por Arruda da Câmara. O relatório em apreço chegou a ser publicado no Brasil, após a morte do naturalista, na primeira edição de *O Patriota* (1813-1814), conforme já mencionamos no primeiro capítulo.

A dedicação de Arruda da Câmara ao estudo específico do algodão denota, por parte do naturalista, uma crença na real possibilidade de crescimento econômico através dessa cultura. Tais concepções aparecem também no diário do britânico Koster, que longe de realizar qualquer descrição de cunho científico experimental como aquele, se apresenta bastante convencido desta fonte de riqueza, que de fato já era bastante familiar aos ingleses. Destarte, Koster, que em um capítulo dedica as artes da agricultura no Brasil (capítulo XVIII), inicia o mesmo com sua análise sobre o cultivo de algodão, ressaltando como naquele período a referida planta tornara-se tão valiosa quanto a própria cana-de-açúcar.

Essa valiosíssima planta não se tornou menos preciosa para Pernambuco que a cana-de-açúcar, devido aos grandes pedidos de algodão desta província para as vizinhas e para os mercados britânicos. Novas fundações para o plantio do algodão são criadas anualmente, não obstante as dificuldades que surgem para a realização desse objetivo. Os distritos escolhidos com esse propósito são geralmente no interior, como melhores indicados para o crescimento e distantes das praias do mar, áridos, e algumas vezes escassamente supridos de água fresca. Há mesmo falta absoluta d'água, em várias ocasiões, ao mesmo tempo em que regiões próximas estão perfeitamente supridas nesse particular (KOSTER, 1942, p. 451).

Em nota, o britânico ainda comenta e questiona os motivos de não plantarem no Brasil a espécie de algodão “Sea Island”. Derivada do algodão egípcio, esta espécie possui as fibras mais longas que qualquer outro tipo e para o diletante seria o melhor para a produção e comércio no Brasil. A respeito dessa consideração, Cascudo (1942) ressalta, que Koster na verdade antecipou meio século o que viria a ser feito, já que entre 1861-1865, durante a guerra da Secessão Americana, as

safras de algodão nos Estados Unidos foram prejudicadas, assim, o Brasil exportou muito algodão, e o "Sea Island" era então um dos tipos mais procurados.

Abaixo, na figura 12, Henry Koster representa um dos carregadores de algodão que o viajante encontrou em suas trilhas estreitas no meio da mata. Segundo o viajante, à frente do cavalo temos uma palmeira descrita como "tucun" e ao fundo um mamoeiro com frutos. A partir destas simples informações, sabemos que o encontro ocorre já nas proximidades da zona da mata pernambucana.

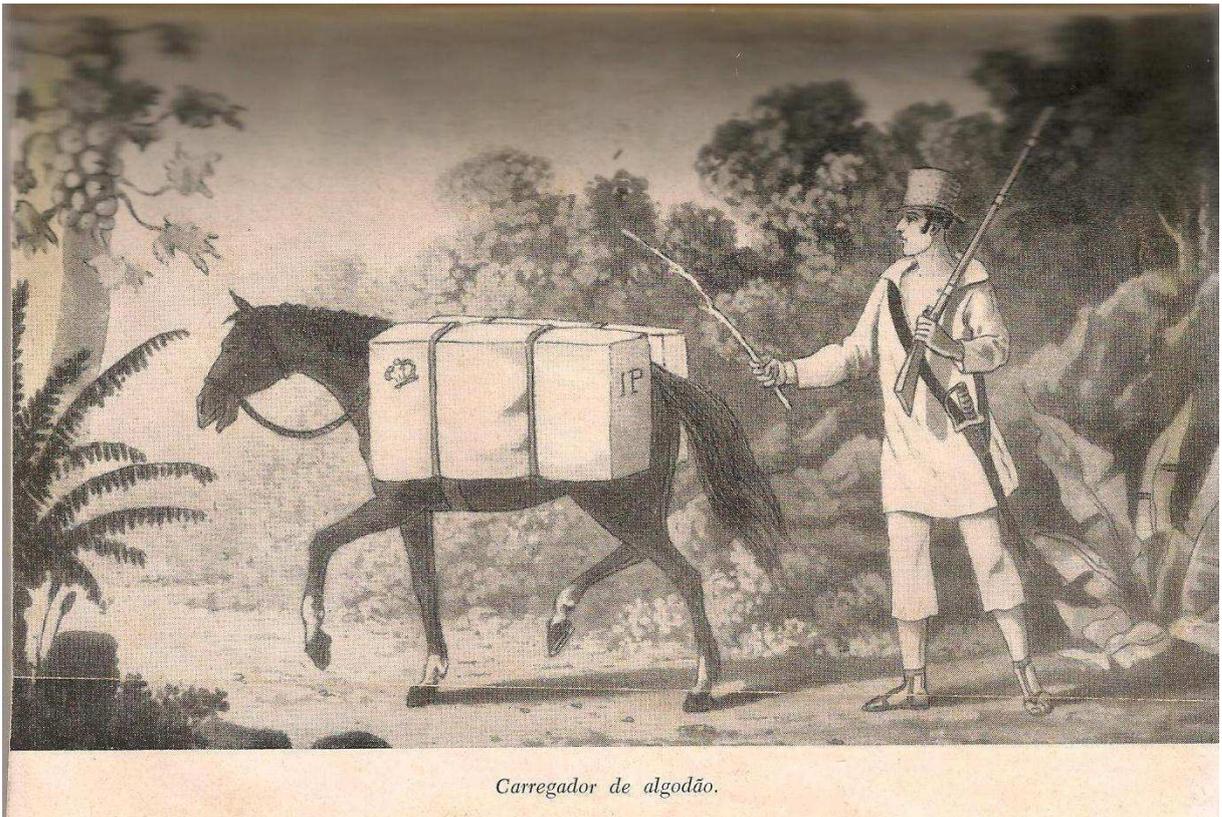


Figura 12 - Carregador de Algodão.

Fonte: KOSTER, Henry. Viagem ao Nordeste do Brasil. trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. [orig. 1816].

O algodoeiro tem espécies nativas das áreas tropicais da África, América e Ásia, nesta última, é onde encontramos o primeiro registro da utilização desta planta. Sendo o algodão, segundo Arruda da Câmara, a primeira substância do reino vegetal que o homem utilizou para fabricar seus panos, havia uma necessidade em torno do seu cultivo, que muitas sociedades da Europa já haviam atentado para tal, a exemplo da Inglaterra, que se tornou uma grande rival da Índia na arte de tecer panos de algodão. No entanto, houve também o que podemos considerar como

esforços inúteis de naturalistas em implantar em seus países essa cultura, sem levar em consideração as questões ambientais da região. Arruda da Câmara observa:

Inúteis serão sempre os projetos de alguns Europeus de naturalizarem esta planta no seu país. Rozier supõe ser possível cultivar-se vantajosamente esta planta na Provença e Lnguedoc; mas quanto se engana ele e outros da mesma opinião! Lá só vi cultivar nos jardins o algodão herbáceo, e, apenas frutificava, vinha o inverno e o destruía totalmente, e às vezes, nem chegava a sazonar o seu fruto; nem jamais ele poderá servir ali, senão para satisfazer a curiosidade Botânica (CÂMARA, 1982, p. 123).

Assim sendo, observamos em seu relatório uma primeira preocupação em contar “a história do algodão” enquanto algo necessário ao homem, e, por conseguinte, de necessário cultivo. Atentando fortemente as singularidades da natureza em cada país, Arruda da Câmara tece a defesa em torno da expansão desta cultura na região das Capitanias do Norte do Brasil.

Tonar-se interessante mencionar, que apesar de ser a espécie acima mencionada e muitas outras exportadas para o Brasil, onde se adaptaram bem ao clima e ao solo, há uma espécie, *Gossypium*, que é nativa da América do sul:

Entende-se provar que no ano de 1531, ao tempo em que o autor diz que a sua nau e gente chegaram à costa do Brasil, ao porto de Fernam Buquo, e já dantes havia mais de trinta anos estava no dito Porto edificada e feita por portugueses vassalos de el-rei nosso Senhor, uma fortaleza com casa de feitoria (...) e nela tinham muito pão do Brasil e muito algodão etc. (CASTRO, 1940, vo. 2, p. 43).

Esse algodão, que os indígenas chamavam de *maniú*, da língua tupi, era abundante nas regiões de Pernambuco e Bahia, não era específico das regiões das caatingas, mas poderia ser encontrado também nesse território.

Para o naturalista em questão, deveria ser de interesse primário, buscar outra subsistência igual a do açúcar em Pernambuco. Na Paraíba, em contrapartida, Arruda observava um princípio de cultura extensiva do algodão com objetivos de exportação para Portugal, mas por outro lado, não havendo um estímulo que desse suporte aos cultivadores “encolhidos debaixo da pobreza”.

Nos anos de 1777 até 1781 animaram-se os povos de uma nova força, então é que se viram os interiores dos Sertões mais habitados e cultivados, e tem-se de tal modo fomentado a cultura e o negócio do algodão, que admira (CÂMARA, 1982, p. 117).

A animação descrita por Arruda advém de notícias de que o grande lucro do algodão poderia dar a quem o cultivasse. Esta informação funciona como uma

“injeção de ânimo” bastante representativa na tabela de exportação na página seguinte⁸¹.

MAPA DA EXPORTAÇÃO DOS EFEITOS QUE SAIRAM PELA BARRA DA PARAIBA DESDE 1787 ATÉ 1797											
	1787	1788	1789	1790	1791	1792	1793	1794	1795	1796	Soma Total
AÇUCAR CAIXAS	667	819	305	172	470	751			203	480	3.867
FECHOS	92	171	109	27	170	127		18		52	766
ARROBAS DE BF	16.889	22.908	8.591	3.882	7.348	24.048		137	5.409	6.459	95.671
" DE RF	4.367	6.403	2.670	1.280	6.360	3.222			924	3.710	28.948
" DE BR	4.922	6.540	2.830	1.680	5.084	6.596			2.376	5.713	35.741
" DE RB	621	309			836	140			1.688	3.025	6.619
" DE BB	1.413	683	250		980	220			748	3.110	7.404
" DE MM	720	775		59	925	3.876			528	2.010	8.893
" DE MR	98				100						198
CANTAROS	30	58	22		89	20				10	229
CAIXAS DE GOMA	1	7	6	13	23	6				1	57
BARRIS DA DITA	6	20	12		18						56
" DE MEL	91	168	45		33	2			6	69	414
ANCORETAS DITA	6	36	18								60
VAQUETAS	7.632	5.111	2.625	6.061	3.876	5.631		4.700	1.578	59	37.273
S. DE ALGODAO	133	1.513	1.962	782	2.968	3.923		1.860	1.610	3.316	18.067
ARROBAS DO DITO	451	5.529	7.292	3.163	8.883	15.879		7.397	6.440	15.320	70.354
COIROS	4.023	4.391	4.336	3.554	7.171	6.507			1.104	2.525	33.741
DITOS MIUDOS			177		185			9.370	261		9.993
PIPAS DE AGUARDENTE	2							4		3	9
BARRIS DA DITA	10										10

No Arco do Cego.

Figdo. f.

Tabela 1 - Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. Memória sobre a cultura do algodoeiro. In: _____. Manuel Arruda da Câmara: obra coligada e com estudo biográfico por José Antônio Gonçalves de Mello. Recife: Fundação de Cultura Cidade de Recife, 1982.

Na tabela observamos os números de exportação de diferentes gêneros entre os anos de 1797 e 1796. Neste curto período, é notável o crescimento no comércio das sacas de algodão, que possui uma baixa apenas no ano de 1790, provavelmente pela estiagem e a perda considerável das lãs, sendo compensada no ano seguinte com a exportação mais do que dobrada de sacas. Não podemos deixar de notar a grande diferença dos números no breve intervalo de 1797 e 1798, quando o gênero passa a ser maior explorado por agricultores, período este em que o próprio Câmara dedica-se ao cultivo para melhor estudo das possibilidades econômicas dos produtos derivados do algodoeiro.

⁸¹ Observamos em outros relatos de viagem descrições de vastas fazendas com plantações de algodão no princípio do século XIX. Spix e Martius observam e mencionam a existências das plantações de algodão no sertão da Bahia, contudo, nada falam além de indicar esta “grande fazenda, que possui ricas plantações de algodão nas caatingas vizinhas” (SPIX et. MARTIUS, 1938, p. 59).

Manuel Arruda da Câmara investe em um discurso de convencimento, buscando mostrar o quão pode ser significativo o cultivo de algodão na região de Pernambuco e Paraíba. Um dos destaques deste relatório é o levantamento que Arruda realiza acerca das possibilidades de utilização do algodão, que poderiam em parte, alavancar a economia local e do Império Ultramarino Português. Nestes termos, parece claro inclusive nos discursos não científicos como o de Henry Koster, que os terrenos da região semiárida, que não possuem serventia para o cultivo da cana-de-açúcar, “são próprios para o algodão” (KOSTER, 1942, p. 175).

Koster parece acompanhar as afirmações de Arruda da Câmara, quando afirma que:

Devido aos grandes pedidos de algodão desta província [Pernambuco] para as vizinhas e para os mercados britânicos, novas fundações para o plantio do algodão são creadas anualmente, não obstante, as dificuldades que surgem para a realização desse objetivo (KOSTER, 1942, p. 451).

O algodoeiro requer que o tempo esteja seco durante uma boa parte do ano. Se as chuvas caem quando o capulho está aberto, a lã está perdida, tornada amarelada, diminuindo e ficando completamente inútil para o uso (KOSTER, 1942, p. 451).

Partindo dessas considerações, observamos primeiramente, que o olhar de Henry Koster parece-nos bastante próximo das concepções de Arruda da Câmara sobre a possibilidade de cultivo de algodão em extensão nos sertões do Nordeste. Mediante as observações do diletante, tudo nos leva a crer que o mesmo não teve acesso apenas aos textos do naturalista Câmara, os quais realizou um exceto ao fim de seu diário, mas também, obteve tempo para leitura cuidadosa *da Memória sobre a Cultura do Algodoeiro*, realizando ao longo do capítulo XVII uma vasta análise sobre o cultivo de algodão nos sertões, inter cruzando bem suas observações com um conhecimento próprio de um homem da ciência.

Usos para o algodoeiro

O algodão enquanto matéria-prima para a fabricação do tecido é conhecido há longos anos. As experiências de Arruda, no entanto, vão caminhar em torno de demonstrar os mais diversos fios, provenientes das mais variadas espécies de algodão que podem ser cultivados. Neste sentido, o naturalista perpassa por longas análises ambientais, para observar o desenvolvimento próspero desta cultura.

Nos termos acima, o historiador natural descreve quatro espécies de Algodoeiro: 1º o herbáceo, cujas folhas são de cinco lobos, o caule herbáceo; 2º o barbadense com folhas de três lobos, na parte inferior com três glândulas; 3º o arbóreo que tem folhas palmadas com os lobos lanceolados, o caule fruticoso; 4º o hirsuto de folhas agudas, caule muito ramoso. Estas são, segundo Arruda, as quatro espécies distintas e conhecidas, mas há muitas variedades que provêm do clima, da diferença do terreno e da cultura. Entretanto, Linneu contava com mais uma espécie, totalizando cinco; Lamarck, por sua vez classificava em oito as espécies. Nota-se assim que há uma variedade dentro das próprias espécies, que Arruda também chama a atenção e que acabam criando estas discordâncias entre os homens da ciência daquele tempo⁸².

Na Figura 13 podemos conferir que o desenho em nanquim faz parte do acervo do Museu Nacional do Rio de Janeiro. Atribuído ao naturalista Manuel Arruda da Câmara, pode também ter sido desenhado pelo padre João Ribeiro Montenegro, que acompanhou e colaborou na pesquisa do viajante que resultou na obra *Centúrias dos Novos Gêneros* (publicada no Rio de Janeiro em 1873). A imagem, todavia, também foi anexada ao relatório sobre a cultura do algodão de Arruda da Câmara. O botânico Frei Alemão, detentor dos desenhos do naturalista em apreço, após a morte de Câmara diz:

Infelizmente dentre todos esses desenhos só dois, dos que representam plantas, vêm acompanhados de uma abreviada descrição latina. É minha intenção publicar das obras achadas ou que se forem achando do nosso naturalista, tudo quanto ofereça algum interesse científico. Conto com o socorro de todas as pessoas que tiverem conhecimento de algumas das circunstâncias da vida do autor ou que possuam alguma de suas obras ou fragmentos delas. (ALEMÃO *apud* LEITÃO, 1936, p. 111).

Frei Alemão chegou a publicar tais imagens, porém com estampa em negro, embora alguns dos desenhos fossem coloridos, conforme podemos observar na Figura 13, na sequência, que traz a estampa da flor do algodão, em cores.

⁸² Na variedade do Algodoeiro bravo, notam-se os com folhas trilobadas; o Algodoeiro bravo com folhas de cinco lobos; o Algodoeiro macaco que os franceses chamam verdadeiro algodoeiro de Siam = **Xilon Sativum**; o Algodoeiro bravo com fruto maior e lã cor de ganga; o Algodoeiro da Índia; o Algodoeiro do Maranhão.



Figura 13 - Flor de Algodão

Fonte: KURY, Lorelai. **Sertões Adentro:** viagens nas caatingas séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2012.

Cada uma das variedades de algodão apresentadas por Arruda possuem características que possibilitam a fabricação de determinados tecidos, sendo este de origem mais nobre ou não. O valor do algodão era considerado muito em função do comprimento da fibra e do tipo comercial, sendo o primeiro determinado manualmente pelos classificadores e o segundo, visualmente, em função da limpeza, aparência, cor e aspectos de beneficiamento.

No Brasil havia uma fabricação rústica de tecidos de algodão, que segundo Koster “eram tingidos com uma cor vermelha que se obtinha da casca da árvore cuipuna” (KOSTER, 1942, p. 204), para a costura das vestimentas femininas. Essa fabricação supria também boa parte do comércio no sertão, a outra parte vinha de uma pequena quantidade de manufaturas europeias.

Fiquei muito surpreso pela forma como os pretos se vestem para ir à missa em todas as povoações. Se a família possui alguns bens, as moças vestem nesse dia roupas de algodão estampado, chapéu de palha inglesa, meias de fabricação estrangeira e garridos sapatinhos feitos pelos artistas da terra. Os rapazes comparecem de calções de nanquim, jaleco de algodão, de cor, camisas de musselina, chapéus de fábricas da Inglaterra, meias e sapatos. Nesses últimos anos, os artigos de vestuário ficaram mais baratos e se tornaram de uso mais amplo. Também surgiu a emulação e com ela os meios de mantê-la. Cada povoação manda seus elegantes para rivalizarem com os vizinhos (KOSTER, 1942, p. 347).

Nos termos acima, observamos como a variedade de tecidos de algodão, assim como as tinturas, traziam consigo significados não só para a sociedade sertaneja, mas para todos em geral. O algodão estava nos baús das mais ricas senhoras e até mesmo no corpo da negra escrava. A diferença estava na classificação do tecido, conforme Arruda nos apresentou ao princípio desse tópico.

Contudo, essa não era a única utilidade para o algodoeiro. O naturalista-utilitário, nos anos dedicados ao estudo dessa planta, produziu diferentes experiências, com as mais variadas partes do algodoeiro na tentativa de buscar outras possibilidades de exploração desse cultivo, para além da já tradicional e mencionada produção de tecido.

Nos termos acima, as sementes do algodoeiro foram experimentadas por Arruda da Câmara na fabricação de um óleo. Segundo o naturalista, sendo elas compostas de “uma fécula mucilagem e de um óleo”, este tinha uma qualidade

excelente, para ser utilizado nas luminárias, pois produziria uma luz clara e com pouca fumaça⁸³.

O trabalho de produção deste óleo, no entanto, apresentava-se ainda impraticável em larga escala para a época. Segundo Arruda, era necessário descascar o caroço, deixando apenas a amêndoa. Contudo, as cascas são descritas como “elásticas” aumentando a dificuldade em quebrá-las, na medida em que elas se amassavam com a força do pilão.

Para adquirirem a fragilidade suficiente, é necessário levarem um sol extraordinário, o que faz esta prática difícil e quase supérflua em um país como o nosso, onde temos grãos ou pevides muito mais convenientes do que este para a fabricação do azeite (CÂMARA, 1982, p. 118).

Mediante a citação acima, observamos no relatório do naturalista, a análise da possibilidade versus a aplicabilidade, constatando o esforço necessário para a produção de óleo e tendo conhecimento, por outro lado, de outras sementes de que poderiam retirar este mesmo azeite, com mais facilidade, como as de Carrapato e Mamonas, além de outros azeites como o de coco e o de gergelim⁸⁴, bastantes utilizados.

Outra utilização que encontramos para as sementes, não fora mencionada por Câmara, mas em nota pelo diletante britânico. Segundo Koster, os habitantes do sertão diziam que as sementes eram um ótimo alimento para o gado, desde que elas fossem completamente desembaraçadas. Neste ponto, corroborando com as informações de Arruda da Câmara, ele conclui enfatizando a dificuldade desta atividade de descasque.

As cascas do arbusto também foram foco de estudo, neste caso, para a produção de linho. Acerca desta possibilidade, observamos na análise de Arruda da Câmara o mesmo processo realizado acerca do óleo das sementes do algodão. Desta forma, apresentando a referida possibilidade, o naturalista demonstra-se mais uma vez como o homem empírico, que a partir de numerosas experiências, fabrica seus relatórios apresentando as possibilidades, com os prós e os contras.

⁸³ O Óleo de Algodão, extraído da semente que também é conhecida como caroço do algodão, atualmente é utilizado no setor alimentício, o que só se tornou possível depois que se conseguiu sua desodorização, pois ele contém uma mistura de ácidos graxos saturados e insaturados, sendo seu principal componente o ácido linoleico. Outras aplicações para este óleo são: Cosmético, Farmacêutico, Iluminação, Lubrificação, Margarinas, Biscoitos, Chocolates, Sabões e Graxas.

⁸⁴ Manuel Arruda da Câmara ainda deixa em nota a possibilidade de extração a partir do caju e do jucá, sem, no entanto, tratar a respeito.

A casca do arbusto que nos dá o algodão é filamentosa e contém linho, bem como todas as plantas malváceas, a cuja família natural pertence; pelo que, bem podia servir ao menos para cordas, para estopa, etc., (CÂMARA, 1982, p. 118).

No caso particular da fabricação do linho, porém, não observamos a princípio qualquer defesa por parte do historiador natural, pois ele já inicia fazendo referência à morte do arbusto após a retirada da casca, não dando lucro com a produção do produto principal deste tipo de cultivo: o próprio algodão. Desta forma, seria mais vantajoso economicamente, manter a fabricação de linho a partir de outras plantas malváceas.

A possibilidade da produção de linho, no entanto, foi um experimento que antecedeu outro estudo dedicado apenas à fabricação desse produto. Em 1810, Arruda da Câmara conclui sua Dissertação sobre as Plantas do Brasil que podem dar linhos próprios para muitos usos da sociedade e suprir a falta do Cânhamo. Neste estudo, todavia, o naturalista não incluiu suas experiências com o algodoeiro, o que vem reafirmar a não viabilidade dessa utilização para a planta em questão.

Ainda sobre o linho, algumas plantas presentes nos sertões das caatingas foram mencionadas no relatório, a exemplo do Caroá, sobre o qual já estudamos no Capítulo III no presente trabalho, mas também o crauatá de rede. Contudo, a maior parte das plantas referidas nesse relatório, encontra-se na região litorânea do Nordeste. Para finalizar, é importante mencionar ainda, que o linho do algodoeiro não se apresenta tão forte quanto das demais mencionadas.

Uma quarta utilidade é mencionada pelo naturalista, a seu uso farmacológico. Todavia, este uso é dentre os citados, aquele em que observamos a apropriação de um saber popular, para “comprovação” científica.

A necessidade tem ensinado a nossos rústicos a virtude vulnerária que possuem o cálice e as folhas desta planta: eles pisam qualquer destas partes e espremem o suco sobre as suas feridas e obtêm um pronto efeito deste medicamento (CÂMARA, 1982, p. 119).

Observando este hábito da população, Arruda faz uso da prática em diferentes ocasiões. Constatando a eficácia, ele encontrava-se naquele momento “totalmente persuadido” desta virtude medicinal do algodoeiro.

Eu atribuo esta virtude a um bálamo (sic.) que contém tanto as cápsulas como o cálice e as folhas, em pequenos folículos espalhados na superfície destas partes, o que lhe dá a vista de pequenos pontos denegridos; bem como o óleo essencial da laranja e do limão, que é igualmente contido em pequenos folículos na superfície da casca. Eu tenho obtido algumas

porções desta substância, raspando e espremendo com a lâmina de uma faca a superfície da cápsula. O cheiro e a propriedade de se dissolver no espírito de vilho me dizem que se pode arranjar no número das resinas cheirosas, ou bálsamos (CÂMARA, 1982, p. 119).

Para o naturalista, este “poder de cura” é atribuído a um bálsamo⁸⁵ presente em todas as partes da planta. Contudo, enquanto poderíamos observar este momento de seu relatório como o mais distante das premissas de um naturalista dotado da razão, exatamente por esta apropriação do saber popular, não devemos excluir a necessidade de Arruda, enquanto um naturalista-utilitário, em demonstrar, por mais inviáveis que sejam as diversas utilidades para os algodoeiros, como podemos observar nos dois tópicos anteriores.

Sobre o uso medicinal, observamos, no entanto, muito mais suposições sobre algo que ele observa em experiência, mas não consegue expor em razão científica⁸⁶.

Apesar de não ser o caráter medicinal das plantas o foco dos estudos de Arruda da Câmara, não poderíamos deixar de mencionar o Ofício dirigido ao Governador da Capitania de Pernambuco, intitulado *A almecega e a carnaúba*, em que ele faz uma ressalva aos usos medicinais da primeira.

Outra planta de uso medicinal que encontramos no caderno de estudos do naturalista foi o popularmente chamado de mofumbo, de nome científico *Cobertrum Duarteanum Cambess*, que é originária da América Latina, sendo bastante associada às regiões da caatinga, com uso na medicina popular para o tratamento de inflamações e infecções. As folhas simples são opostas e com nervação levemente saliente. Essas características, apesar de não terem sido descritas pelo naturalista, foram representadas em sua maioria, com riqueza de detalhes, conforme podemos observar na Figura 14.

⁸⁵ Substância aromática exsudada por muitas plantas, espontaneamente ou por ferimento, composta de resinas, óleos essenciais, ácido benzóico, cinâmico e seus ésteres, muito usada em perfumaria e farmácia.

⁸⁶ Este saber popular sobre o uso medicinal do algodoeiro, chegou nos dias atuais com a chamada “medicina doméstica” em que se propõe o sumo da planta para curar feridas, mas também a infusão das folhas para catarrros, disenteria, dentre outros males.

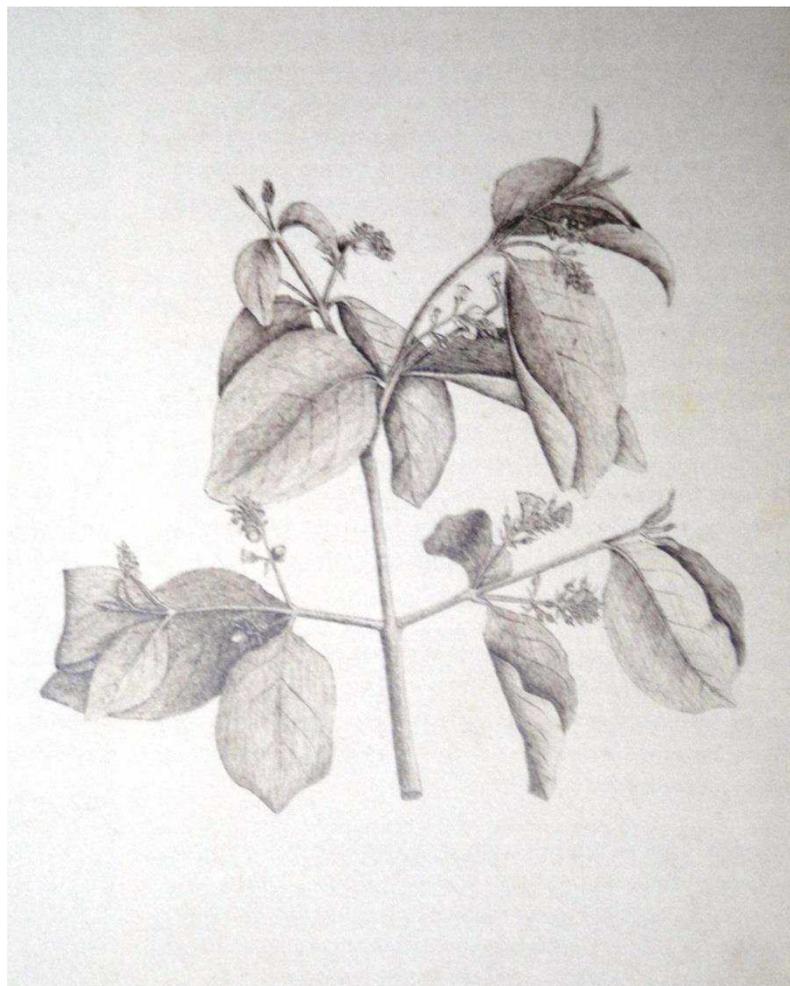


Figura 14 - *Cobretum Duarteanum*, Cambess

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811.** Coligadas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

Para finalizarmos este capítulo, não poderíamos deixar de trazer um pouco da inventividade criativa no campo dos ofícios mecânicos, que compôs parte considerável do que hoje entendemos como uma cultura científica setecentista. Parte percentual dessa inventividade destinava-se aos misteres do amanho da terra e do beneficiamento dos bens de base e matérias primas provenientes do seu cultivo, mas, não apenas.

Na Europa, o algodão despertava as atenções dos ingleses envolvidos no engendramento da cultura fabril maquinofatora. Estes, o utilizariam em larga escala não apenas para as funções de cordaria e velejo de sua enorme e temida frota, mas também, para a grande indústria de sacos, para o encilhamento e transporte de grãos, bem como para a indústria do vestuário, alimentada por furores de uma nova

cultura de moda burguesa em expansão na Europa. Portugal precisava acompanhar tais ritmos de mecanização para que não se visse em desvantagem econômica tão desastrosa como aquela que vivia nos setecentos tardios. As maiores dificuldades na cultura do algodão, observados por Arruda da Câmara, são os de descaroçamento e de ensacamento. Neste sentido, o naturalista ao observar o longo e fatigante processo para realização destas atividades, buscou primeiramente as possibilidades existentes no mercado para beneficiamento deste trabalho, assim, descreveu diferentes máquinas para o descaroço do algodão, sobre as quais, preferiu ainda realizar numerosas modificações a fim de facilitar o trabalho de seus escravos e evitar a fadiga excessiva.

É sobre o processo de ensacamento, no entanto, que Arruda da Câmara parece-nos realizar uma maior contribuição. O processo se dava desta maneira:

Toma-se um saco de pano de algodão de três varas, deita-se uma porção de algodão no fundo do saco, e se vai depois metendo a pequenas porções com uma palheta, e vão enchendo pelos interstícios e assim até o fim, ou até fechar em cima, deste modo metem em um saco quatro arrobas até quatro e $\frac{1}{2}$ mais ou menos, conforme a habilidade do ensacador, o qual comumente, não ensaca mais de uma saca por dia. (CÂMARA, 1982, P. 155).

Chama a atenção do naturalista, primeiramente, a pouca eficiência do trabalho, pois se acaba ensacando pouco algodão. Em segundo, a fadiga do trabalhador que no dia seguinte não conseguiria manter o mesmo ritmo de ensacamento. Sendo assim, o naturalista destaca a dificuldade posta pelos escravos para realizar este trabalho, necessitando o contrato de ensacadores que cobravam um preço distinto pelo trabalho.

Diante das observações Manuel Arruda da Câmara desenvolve uma máquina para auxiliar neste exercício. Seu uso, aparentemente bem simples, foi descrito em detalhe pelo naturalista, que neste momento se posta a realizar basicamente um manual para a utilização com instruções e desenhos (conforme podemos observar nas figuras 15 e 16).

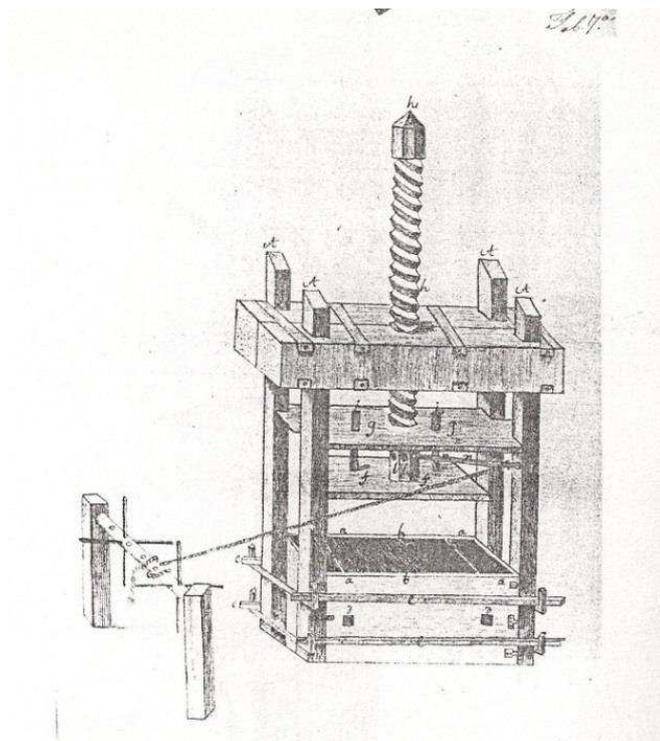


Figura 15 – Máquina de ensacar algodão.

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811**. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

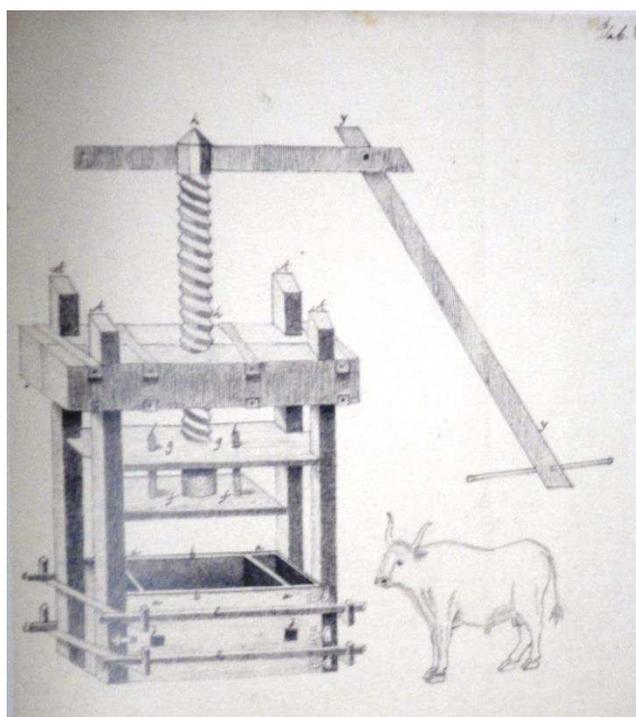


Figura 16 – Máquina de ensacar algodão

Fonte: CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811**. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982.

A máquina funcionava de forma simples como uma prensa, em que nos caixotes da parte inferior ficam alojados os sacos de pano, cujos algodões seriam depositados, sendo pressionados por esta prancha de madeira “chapão”, comprimindo e possibilitando uma maior quantidade de algodão por sacas. Das utilidades que são destacadas pelo autor, tem-se a habilidade de ensacar até 20 sacas por dia, lembrando que no trabalho manual o ensaque era de uma saca por dia e a poupança do dinheiro que antes era destinado ao trabalho dos ensacadores, desta forma, notamos como as utilidades circundavam, como havia de ser, sempre em torno do econômico.

CONCLUSÃO



Ao longo deste trabalho, percorremos os caminhos dos sertões das caatingas nordestinas. Entrecruzando histórias, chegando ao final dessa viagem retomando os questionamentos que nos moveram e que delimitamos na introdução deste trabalho, momento em que apresentamos nosso itinerário. Seguimos então os caminhos daqueles viajantes – Arruda da Câmara e Henry Koster, buscando reunir fragmentos que nos possibilitassem elaborar um cenário ambiental e humano das Capitanias do Nordeste na década final do século XVIII e princípios do século XIX.

Mediante as revisões historiográficas realizadas, tanto acerca dos sertões do Nordeste, quanto dentro dos trabalhos da história ambiental no Brasil, observamos a necessidade de repensar a espacialidade das caatingas dos sertões nordestinos, e desta forma, nos distanciar das imagens mais difundidas sobre a região, que são as que a resumem como o lugar da seca e da miséria. Para tanto, buscamos apresentar as mais variadas cores da denominada mata branca pelos tupis, que foram excluídas de sua historicidade.

Utilizamos-nos da interdisciplinaridade como principal suporte argumentativo para demonstrar as particularidades ambientais da paisagem em questão, como as possibilidades de vivência com as adversidades típicas das caatingas e as potencialidades existentes neste ambiente, aspectos estes apresentados por ambos os viajantes trabalhados, nossas fontes primais, que procuramos trazer ao máximo para nossa escrita, fossem em citações ou imagens.

Nos termos acima, apresentamos quatro capítulos em que foram discutidos os mais variados aspectos que envolvem os homens e a mulher do sertão em relação ao seu meio. Mas, como não poderíamos deixar de lado o lugar daqueles cujos fragmentos necessários tiramos para este trabalho. Dedicamos o primeiro capítulo a pensar o contexto em que cada um dos viajantes – Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster estavam inseridos, tanto em termos gerais, quanto nas questões mais particulares, trazendo assim, uma breve biografia de cada um para mostrar as motivações de suas escritas, as intencionalidades, etc.

Na sequência, procuramos apresentar o aspecto primário nas discussões sobre a caatinga e os sertões, que seja em qual período for o estudo, certamente,

são as questões relacionadas à água. Desta maneira, nos dedicamos ao desafio de olhar o sertão como o lugar da água. O Sertão Azul (título do capítulo) que procuramos demonstrar imagens vai além dos momentos de estiagem, que estigmatizaram a região; ele toca as variadas relações entre os homens e a água em suas diversas formas, seja com os rios, com as cacimbas ou com as chuvas. Neste sentido, observamos dois sertões e reunimos fragmentos que nos possibilitaram ampliar as imagens de um sertão de chuvas, cheias e vida.

Esse segundo capítulo se apresentou como o primeiro passo na apresentação de uma caatinga colorida aos olhos dos viajantes, como também aos olhos dos homens e mulheres sertanejos, que conforme pudemos observar, apresentam-se ligados afetivamente às terras interioranas e mesmo quando há uma necessidade de retirada dessas áreas, devidos aos longos períodos de estiagem, essa migração é tão temporária quanto à própria condição seca da caatinga. Sendo assim, nos atentamos a esta relação homem x ambiente perpassando de forma superficial na questão étnica, dos indígenas e dos negros, ambos retratados de alguma forma pelos itinerantes em questão cujas descrições não poderíamos deixar de mencionar.

O estudo da flora das caatingas e seus diversos usos pelos homens do sertão foram discutidos ao longo do terceiro capítulo, O Sertão Verde, em que as imagens acizentadas dessa paisagem foram diminuídas, para dar lugar ao verde nascente com as primeiras águas das chuvas. Enxergamos a partir dos olhos dos viajantes, uma mata branca/verde sinônimo de vida e beleza, na concepção mundial sobre a natureza. Dessa forma, não apenas trouxemos as várias espécies catalogadas por Arruda da Câmara e muitas obras descritas por Koster e que fazem parte da região, mas destacamos como o aspecto da mata da caatinga que deu nome a mesma, trata-se apenas de um mecanismo de defesa para que durante os longos períodos de estiagem, a que já nos referimos em outro momento e que são típicos da região, a mata consiga sobreviver. A partir desta afirmação, passamos a demonstrar espécies típicas das caatingas e suas utilidades para a sociedade.

No capítulo três também trouxemos um pouco mais do homem do sertão, que para Koster estava representado no “típico brasileiro do interior”, ao mesmo tempo em que estávamos analisando escritos de um brasileiro altamente interiorano: Arruda da Câmara, mas que não condiziam com as imagens do britânico e de muitos outros viajantes europeus.

Ainda no capítulo três, introduzimos um tópico sobre alguns animais presentes nas caatingas, nesse sentido, trouxemos uma amostra da diversidade da fauna da região. De insetos a aves, observamos imagens e descrições que nos revelaram as apropriações que os homens fazem desses animais, com destaque ao urubu-rei da caatinga. Este foi o capítulo em que mais dialogamos com a botânica, entomologia, ou seja, com a biologia em termos mais gerais. Assim, nos aproximamos da História das Ciências, mas sem nos desligarmos do nosso lugar enquanto um estudo de história ambiental, cujo foco é a natureza em relação ao homem, seja aquele que convive com ela ou aquele que a visita e observa.

Com esta proximidade da História da Ciência, partimos a observar mais a fundo o que seria o naturalismo-utilitário de Manuel Arruda da Câmara, assim como as leituras que o diletante Koster realizou dos escritos do naturalista em apreço. Neste sentido, demos continuidade ao trabalho, ao mesmo tempo em que buscamos fechar o ciclo das ideias propostas na introdução, discutindo os estudos do ambiente das caatingas em torno do lado econômico ou de potencial econômico.

Trouxemos para o quarto e último capítulo da presente pesquisa, os fragmentos de descrição da caatinga como o lugar da riqueza, assim o Sertão Amarelo, foi observado de acordo com as próprias ideias vigentes na época, em que a riqueza encontrava-se relacionada à natureza e porque não dizer de forma mais específica, a agricultura.

Contudo, pudemos observar que as recentes mudanças no olhar sobre a região, por parte de diferentes campos de pesquisa, que vem buscando mostrar as caatingas de uma maneira que a distancia do que os discursos políticos disseminaram ao longo dos séculos XIX e XX e que o senso comum insistiu em reproduzir. Diante das considerações, o presente trabalho buscou contribuir para esse outro olhar sobre a caatinga, buscando para tanto, mostrar que mesmo diante das adversidades climáticas e geográficas, a região já teve seu potencial de desenvolvimento visto e referenciado, isto tudo muito antes das atuais incursões intelectuais, assim sendo, compreendendo que muito desse “novo olhar” na verdade já se fez presente em outros momentos da história da região.

A partir dos relatos de Manuel Arruda da Câmara e Henry Koster, pudemos conhecer um pouco mais de como estes outros observaram a caatinga, surpreendidos pela diversidade de flora e pela potencialidade de uma região que para muitos, naquele mesmo período, não passava de um deserto.

Muito há ainda a ser estudado, este trabalho apresenta-se como um primeiro passo, para uma diversidade de possibilidades de pesquisa no âmbito da história ambiental, da ciência, da cultura e também social.

Os relatos de viagem, então, se apresentaram como uma riqueza para os historiadores do meio ambiente em particular. Marcos Lobato Martins (1997) conclama os historiadores ambientais que se utilizam de tais fontes a levarem em consideração que essas narrativas precisam ser lidas com cuidado, porque, em geral, carregam nas tintas as marcas de determinados preconceitos europeus, como já atentamos anteriormente.

A “literatura de viagem”, enquanto gênero literário, nos apresenta uma série de particularidades, destarte encontrando-se em algum lugar entre ficção e realidade, exigindo que o pesquisador se debruce na leitura e interpretação de forma a ir além da assimilação de conhecimentos minuciosos sobre o que está sendo relatado nos diários. “A história é direcionada tanto pela maneira como as pessoas imaginam que as coisas são, quanto pela maneira como as coisas realmente podem ser” (PRATT, 1999, p. 17).

Destarte, os numerosos relatórios escritos pelo naturalista acima referenciado apresentam-se também enquanto um importante conjunto documental para se pensar a natureza brasileira, fazendo parte de um grupo de viajantes que vieram ao Brasil, nos fins do setecentos, com encargos científicos confiados e financiados pela Coroa Portuguesa. Mesmo designado à pesquisa de minerais, pouco encontramos em seus relatórios científicos algo acerca do estudo deste. Os textos mais conhecidos de Arruda da Câmara nos revelam um amante da botânica. Fazendo parte da geração ilustrada, preocupou-se em catalogar as plantas brasileiras, fazendo uso para tanto do sistema taxonômico de Linneu, mas com as fortes características do sub-grupo dos naturalistas-utilitários, no qual se identificava. Visava além da classificação, experimentar cientificamente os recursos naturais da Colônia, com o intuito de beneficiar a Coroa portuguesa e retirá-la da crise. Isso significa afirmar que a preservação do ambiente natural dos trópicos não era pensada como necessária para manter a natureza viva, mas seria necessário impedir que os bens naturais fossem destruídos e desperdiçados, porque somente ao Mundo de Queluz caberia a sua exploração, para que o Estado voltasse a ter progresso econômico e reconhecimento político.

Diferente de Arruda, Koster não tinha um compromisso de descrição científica resultado de observações criteriosas. Sua experimentação se fazia no âmbito da cultura e da curiosidade quase diletante. Seu caminho, embora se prefigurasse nas concepções que alimentara nas leituras de seus interlocutores europeizados, se fazia ao caminhar, ao absorver sem grandes pretensões de objetividade ou um fulcro preciso de investigação, acolhendo o que de inesperado a viagem oferecesse. De imediato, era necessário enquadrar o novo no espectro de possibilidades já aventadas e sacar da manga uma interpretação plausível, que, nesse próprio processo, já nascia híbrida do que se prefigurara e do que se encontrara.

FONTES

Impressas

CÂMARA, Manuel Arruda da. **Obras reunidas c. 1752-1811**. Coligidas e com estudo biográfico por José Antonio Gonsalves de Mello. Recife, Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982. (Coleção Recife, XXIII)

BURTON, Richard Francis. **Exploracion of The Highlands of the Brazil**.

KOSTER, Henry. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. Trad. e notas L. C. Cascudo. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. Original inglês, 1816.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem pelo Amazonas 1735-1745**. (Col. Nova História) São Paulo, Nova Fronteira/Edusp, 1992.

LUNA, Padre Lino do Monte Carmello. **Memória histórica e biográfica do clero pernambucano**. 2ª ed. Recife: Governo do Estado de Pernambuco/ Secretaria de Educação e Cultura, 1976. Original 1857.

SOUTHEY, Robert. **History of Brazil**. London : Longman, Hurst, Rees And Orme, Paternoster-row, 1810-1819. Disponível em < <http://www2.senado.gov.br/bdsf/item/id/182933>> Acesso em 21 mar. 2012.

SPIX e VON MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Edusp, 3 vols., 1981.

VANDELLI, Domingos. **Diccionario dos Termos Technicos de Historia Natural extrahidos das Obras de Linnéo, com a sua explicação, e estampas abertas em cobre, para facilitar a intelligencia dos mesmos E A Memoria sobre a Utilidade dos Jardins Botanicos** que offerece a Raynha D.MARIA I. NOSSA SENHORA, encadernado junto à Flora Lusitanicae et Brasiliensis Specimen. Plantae exoticae B. Brasilienses et Epistolae ab eruditis viris Carolo A Linné et Antonio de Haen ad Dominicum Vandelli scriptae Coimbra: Na Real Officina da Univerfidade. M.DCC.LXXXVIII. [1788]

[VANDELLI, Domingos] Anónimo. Memória sobre a necessidade de uma viagem filosófica feita no reino, e depois nos seus domínios. s.d. (1796), MS 17/41, série azul. In: **Memórias Económicas inéditas**; (1780-1808), Lisboa, Acad. das Ciências, 1987.

Documentais

COSTA, Francisco Augusto Pereira da. **Anais pernambucanos** – Vol. V (1701-1739) – CD-rom Arquivo Público Estadual, Recife, Pernambuco.

DOCUMENTOS DO ARQUIVO HISTÓRICO ULTRAMARINO PROJETO RESGATE BARÃO DO RIO BRANCO

OFÍCIO (1ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o encarregado para descobrir minas de salitre, Manoel de Arruda Câmara, já ter se encaminhado (...). Recife, 1798, janeiro, 10. **AHU_ACL_CU, Cx. 30 D. 2178. Doc. 13684.**

OFÍCIO (1ª via) da Junta Governativa da capitania de Pernambuco ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o cumprimento da ordem para auxiliar em tudo o que for preciso a Manoel de Arruda Câmara. Anexo: 1 doc.. Recife, 1799, fevereiro, 9. **AHU_ACL_CU, Cx. 33 D. 2405 Doc. 14043.**

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre o cumprimento para espalhar entre os lavradores os escritos referentes ao modo de se fazer salitre. Recife, 1798, abril, 17. **AHU_ACL_CU, Cx. 34 D. 2459. Doc. 13756.**

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, informando que faltaram dois dos escritos na relação enviada, a memória sobre o salitre e a descrição da (...). Recife, 1798, abril, 17. **AHU_ACL_CU, Cx. 34 D. 2459. Doc. 13757.**

OFÍCIO do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as medidas tomadas para se fazer averiguação da suposta mina de salitre a doze léguas da vila de Ar(...). Recife, 1798, abril, 17. **AHU_ACL_CU, Cx. 35 D. 2509 . Doc. 13764.**

OFÍCIO de Manoel Arruda da Câmara ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre as descobertas de minas de salitre na capitania de Pernambuco, a colheita feita de amostras minerais e vegetais e o envio destas para o Rei. Pombal, 1798, outubro, 9. **AHU_ACL_CU, Cx. 35 D. 2532. Doc. 13950.**

OFÍCIO (3ª via) do [governador da capitania de Pernambuco], D. Tomás José de Melo, ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre a ordem dada a Manoel de Arruda da Câmara para examinar as nitreiras naturais e a possibilidade (...). Recife, 1797, março, 29. **AHU_ACL_CU, Cx. 36 D. 2610 Doc. 13510.**

OFÍCIO de Manoel Arruda da Câmara ao [secretário de estado da Marinha e Ultramar], Rodrigo de Sousa Coutinho, sobre os motivos que impediram a rápida

avaliação dos solos e lugares adequados para as minas de salitre na capitania de Pernambuco. Anexo: 1 doc. Recife, 1797, agosto, 28. **AHU_ACL_CU, Cx. 37 D. 2689. Doc. 13605.**

LIVRO DE REGISTRO da Ouvidoria Geral da Capitania do Ceará. Fls 9v e 10v (publicado em Silva Nobre, 1978, pp. 177-178). Projeto Resgate. Documentos avulsos da Capitania do Ceará. DECRETO do príncipe D. João a nomear João da Silva Feijó para sargento-mor de Milícias do Ceará. Queluz. 1799, fevereiro, 1. **AHU_ACL_CU_017, Cx. 13. D. 727.**

BIBLIOGRAFIA

AB'SÁBER, A. N. "Os Sertões – A originalidade da terra". In. **Ciência Hoje**, 3(18), 1985, p. 43-52.

_____. **Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas.** Cotia: Ateliê Editorial, 2003.

AGUIAR, José Otávio. Botânica como Missão Pedagógica: Manuel Arruda da Câmara e a Peculiaridade de suas Interpretações sobre as Espécies Brasileiras (1752-1811). In: **Revista Clio** N. 29.1, 2011.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. **Falas de Astúcia e de Angústia: a seca no imaginário nordestino - de problema à solução (1877-1922).** 1988. (Dissertação de Mestrado).

ALMEIDA, Edmilson. O tombamento da Caatinga como ato humanitário-protetivo à cultura nordestina. Disponível em: <<http://www.cesrei.com.br/ojs/index.php/orbis/article/viewFile/9/5>>. Acesso em: 30 ago. 2010.

ALMEIDA, José Américo de. **A Paraíba e seus problemas.** 3. ed. João Pessoa, PB: Estado da Paraíba/ Secretaria de Educação e Cultura, 1980. Original, 1923.

ALMEIDA, Argus Vasconcelos de; MAGALHÃES, Francisco de Oliveira. As "disquisitiones" do naturalista arruda da câmara (1752-1811) e as relações entre a química e a fisiologia no final do século das luzes. In: **Revista Química Nova.** 20 (4), 1997. p. 445-451.

ALTIERI, M. **Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável.** Tradução Eli Lino de Jesus, Patrícia Vaz. Guaíba: Agropecuária, 2002.

AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Revista Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. vol. 8, nº 5, 1995. p.145-151.

ANDRADE LIMA, Dárdano de. **Um pouco de ecologia para o Nordeste.** 2. ed. Recife: Universidade Federal de Pernambuco, Editora Universitária, 1975.

ANTONIO FILHO, F. D. A Propósito da Palavra 'Sertão'. In: **I Encontro Nacional de História do Pensamento Geográfico**. Rio Claro: IGCE/UNESP/RC, 1999, p. 15-17.

_____. Sobre a palavra "sertão": origens, significados e usos no Brasil (do ponto de vista da ciência geográfica). In: **Ciência Geográfica** - Bauru - XV - Vol. XV - (1): Janeiro/Dezembro – 2011. p. 84-87.

ATLAS DAS REPRESENTAÇÕES LITERÁRIAS DE REGIÕES BRASILEIRAS – Vol. 2 – **Sertões Brasileiros I** / IBGE, Coordenação de Geografia. - Rio de Janeiro : IBGE, 2006.

BARREIRO, José Carlos. **Imaginário e viajantes no Brasil do século XIX**: cultura e cotidiano, tradição e resistência. São Paulo: Editora UNESO, 2002.

BARROS, José D'Assunção. História Comparada: da contribuição de Marc Bloch à constituição de um moderno campo historiográfico. In: **História Social**, nº 13, Campinas-SP, 2007. p. 07-21.

BARROSO, G. **A origem da palavra 'Sertão'**. In: Boletim Geográfico. Rio de Janeiro: IBGE, V(52), jun., 1947. p. 401-403.

BECK, Hanno. The Geography of Alexander von Humboldt. In: HEIN, Wolfgang-Hagen. **Alexander von Humboldt: life and work**. Tradução do alemão por John Cumming. Ingelheim and Rhein, C. H.: Boehringer Sohn, 1987.

BELLUZZO, Ana Maria de M. **O Brasil dos Viajantes**. São Paulo, Edição Metalivros/Fundação Odebrecht, 1994. (3 volumes)

_____. A propósito do Brasil dos viajantes. In. **Revista USP**. São Paulo: Junho/Agosto, 1996.

BLOCH, Marc. **A terra e seus homens**: Agricultura e vida rural nos séculos XVII e XVIII. Trad. Ikla. Stern Cohen. Bauru (SP): EDUSC, 2001.

BLUTEAU, Raphael. **Vocabulário português & latino**: aulico, anatomico, architectonico ... Coimbra: Collegio das Artes da Companhia de Jesu, 1712 - 1728. 8 v.

BOTO, Carlota. Iluminismo e educação em Pombal: o legado do século XVIII. In. **Revista da Faculdade de Educação /Universidade de São Paulo**. São Paulo 1, 1: jan/jun 1996.

BOWLER, Peter J. **The environmental sciences** (Fontana History of Sciences, ed. por Roy Porter). London: Fontana Press, 1992.

BRAUDEL, Fernand. **Mediterrâneo e o mundo mediterrânico na época de Felipe II**, São Paulo: Martins Fontes, 1983. Original, 1949.

BURITI, Catarina de Oliveira. **Imaginário social, semiárido e representações da natureza na obra vidas secas**: interfaces entre literatura, ambiente e história. Campina Grande, 2010. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal de Campina Grande.

CALAFATE, Pedro. **A idéia de natureza no século XVIII em Portugal (1740-1800)**. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1994.

CARVALHO, Rómulo de. **A história natural em Portugal no século XVIII**. Biblioteca Breve/Volume 112. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, 1987.

CASCUDO, Luis da Câmara. Prefácio do tradutor. In: Koster, H. **Viagens ao Nordeste do Brasil**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1942. p. 09-28. 1942.

CASTEL-BRACO, Cristina. **Félix de Avelar Brotero: botaniste portugais (1744-1828)**. Paris/Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2004.

CASTRO, Eugênio de (Cmte.). **Diário da Navegação de Pero Lopes de Sousa (1530-1532): estudo crítico (2 vol., 2ª. ed.)**. Rio de Janeiro: Comissão Brasileira dos Centenários Portugueses, 1940.

CORBAIN, Alain. **O território do vazio, a praia e o imaginário ocidental**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

CORTEZÃO, Armando. **Cartografias e Cartógrafos Portugueses dos séculos XV e XVI**. Lisboa: Serra Nova, 1935.

CORTESÃO, Jaime. **Os descobrimentos portugueses**. Lisboa: Arcádia. v. 1. 1958.

CORTESÃO, Jaime (Adap.). **A carta de Pero Vaz de Caminha – Primeiro relato oficial sobre a existência do Brasil**. [s.l.]: Empresa Folha da Manhã, 1999.

COSTA, Emília Viotti da. **Da Senzala à Colônia**. 4ª ed. São Paulo: Fundação Editora da UNESP, 1998.

COSTA, Raíssa Barbosa da. "HENRY KOSTER, UM ANGLICANO NO SERTÃO DO NORTE OITOCENTISTA". In. *Revista Mnemosine*. Vol. 2. Número 2. Jun/Dez 2011. Disponível em: < <http://www.ufcg.edu.br/~historia/mnemosinerevista/>>. Acesso em 10 dez. 2012.

CUNHA, A. G. (org.). **Vocabulário da Carta de Pero Vaz de Caminha**. Rio de Janeiro: INL/MEC, 1964 (Dicionário da Língua Portuguesa – Textos e Vocabulários, 3)

CUNHA, Euclides da. **Os Sertões – Campanha de Canudos**. São Paulo: Círculo do Livro, 1988.

CUNHA, Osvaldo Rodrigues da. **O naturalista Alexandre Rodrigues Ferreira**. Uma análise comparativa de sua "Viagem Filosófica" (1783-1793) pela Amazônia e Mato Grosso com a de outros naturalistas posteriores. Belém: Museu Goeldi, 1991.

DEAN, Warren. **A ferro e fogo: a história e a devastação da Mata Atlântica brasileira**. Tradução Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

DEBUS, Allen G. A Longa Revolução Química. In: **Revista Ciência Hoje** vol.13(77), 1991, p. 35-43.

DIAS, Maria Odila da Silva. Aspectos da Ilustração no Brasil. In. Separata da **Rev. Inst. Hist. Geog. Bras.** 278: 105-70. Rio de Janeiro, 1969.

_____. **O Fardo do Homem Branco**: Roberto Southey, Historiador do Brasil. São Paulo: Nacional, 1974.

DOMINGUES, Ângela. **Um novo conceito de ciência ao serviço da razão de Estado**: a viagem de Alexandre Rodrigues Ferreira ao Norte brasileiro. Em Viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. Lisboa, Academia de Marinha. 1992.

_____. Para um melhor conhecimento dos domínios coloniais: a constituição de redes de informação no Império português em finais do Setecentos. In. **Revista História, Ciências, Saúde**. vol.8. Rio de Janeiro, 2001.

DONOVAN, Arthur. **Antoine Lavoisier**: Science, Administration and Revoution. Cambridge: Cambridge University Press, 1996.

D. Rodrigo de Sousa Coutinho. In **Infopédia**. Porto: Porto Editora, 2003-2012. Disponível em <[http://www.infopedia.pt/\\$d.-rodrigo-de-sousa-coutinho](http://www.infopedia.pt/$d.-rodrigo-de-sousa-coutinho)>. Acesso em: 15 jun. 2012.

DRUMMOND, José Augusto. **A história ambiental**: temas, fontes e linhas de pesquisa. Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 4, nº 8. 1991, p. 171-197.

DUARTE, Regina Horta. Olhares Estrangeiros. Viajantes no Vale do Rio Mucuri. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, nº44, 2002.

ECORREGIÕES Propostas para o Bioma da Caatinga. Ed. Agnes L. Velloso, Everardo V. S. B. Sampaio, Frans G. C. Pareyn. _____. Recife: Associação de Plantas do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, 2002.

FALCON, Francisco José Calanzas. **A época pombalina** (política econômica e monarquia ilustrada). São Paulo: Ática, 1982.

FERNANDES, A. "História da botânica em Portugal até fins do século XIX." In: **História e Desenvolvimento da Ciência em Portugal**. Lisboa, academia de Ciências de Lisboa, 1987. v.2.

FERREIRA, Lúcia de Fátima Guerra. **Raízes da indústria das secas**: o caso da Paraíba. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 1993.

FERRONE, Vincenzo. O Homem de Ciência. In: VOVELLE, Mihel. **O Homem do Iluminismo**. Lisboa: Editorial Presença, 1997.

FITTKAU, Ernst Josef. "Johann Baptist Ritter von Spix: primeiro zoólogo de Munique e pesquisador no Brasil". In. **Hist. cienc. saúde** vol.8 suppl.0 Rio de Janeiro 2001.

FLOURENS, Pierre. *Mémoires de l'Académie des sciences: Éloge historique de Jean-Antoine Chaptal*, t. XV, 1838.

FRANÇA, Jean Marcel Carvalho. **Mulheres Viajantes no Brasil (1764-1820)**. Rio de Janeiro: Ed. José Olympio, 2007.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste**. 6 ed. Rio de Janeiro: Record, 1989.

GOMES, Joaquim Ferreira. **Para a história da educação em Portugal**. Porto: Porto Editora, 1995.

GUILLEN, Isabel C. M. **Errantes da Selva**. Histórias da Migração Nordestina para a Amazônia. Recife: Editora da UFPE, 2006.

HARTOG, François. **O Espelho de Heródoto**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1999.

JOFFILY, Irenêo. **Notas sobre a Parahyba**. 2. ed. Brasília, DF: Thesaurus Editora, 1977. Original, 1892.

KAIZER, Glória. **Dona Leopoldina, Uma Habsburgno trono brasileiro**. Editora Nova Fronteira, 1997.

KURY, Lorelai. "Homens de ciência no Brasil: impérios coloniais e circulação de informações (1780-1810)". In. *Revista História, Ciência, Saúde*. vol. 11 (suplemento 1:109-29, 2004).

_____. **Iluminismo e império no Brasil: O Patriota (1813-1814)**. Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2007.

_____. **Comissão Científica do Império 1859-1861**. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2009.

_____. **Sertões Adentro**: viagens nas caatingas séculos XVI a XIX. Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson Estúdio Editorial Ltda, 2012.

LEONARDI, Victor. **Os historiadores e os rios: natureza e ruína na Amazônia brasileira**. Brasília: Paralelo 15 Editora. Universidade de Brasília, 1999.

LIMA, A. da C. [Insetos do Brasil - 7º Tomo](http://www.acervodigital.ufrj.br/insetos/insetos_do_brasil/conteudo/tomo_07/tomo07.pdf) Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro: Rio de Janeiro, 1952. Disponível em: <http://www.acervodigital.ufrj.br/insetos/insetos_do_brasil/conteudo/tomo_07/tomo07.pdf> Acesso em 18 dez. 2012.

LIMA, Luiz Costa. **O Controle do imaginário & a afirmação do romance: Dom Quixote, as relações perigosas, Moll Flanders, Tristram Shandy**. São Paulo: Companhia das Letras, 2009.

LISBOA, Karen Macknow. **A nova Atlântida de Spix e Martius: natureza e civilização na Viagem pelo Brasil (1817-1820)**. São Paulo: Editora Hucitec FAPESP, 1997.

LUETZELBURG, Phillipp von. **Estudo botânico do Nordeste**. Inspeção Federal de Obras contra as secas, série I – A/ publicação número 57. Rio de Janeiro 1923 (3 volumes),

LUNA, Fernando J. Frei José Mariano da Conceição Veloso e a divulgação de técnicas industriais no Brasil colonial: discussão de alguns conceitos das ciências químicas. In. **Revista de História, Ciência e Saúde – Manguinhos**. Vol.16 nº1. Rio de Janeiro Jan./Mar. 2009.

MALVEIRA, Antônio. **Notas sobre as secas**. Fortaleza, CE, 2001.

MALVEZZI, Roberto. **Semi-árido: uma visão holística**. Brasília, DF: Confea, 2007.

MARIANO NETO, Belarmino. **Ecologia e imaginário: memória cultural, natureza e submundialização**. João Pessoa, PB: Editora Universitária/UFPB, 2001.

MARTINS, Marcos Lobato. **História e meio-ambiente**. São Paulo: Faculdades Pedro Leopoldo, 1997.

MAXWELL, Kenneth. **Marquês de Pombal: paradoxo do Iluminismo**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

MELLO, J. A. G. Estudo biográfico. In: **Manuel Arruda da Câmara - obras reunidas**. Recife, PE: Fundação de Cultura Cidade do Recife, 1982, p.11-74.

MORAES, A. C. R. O sertão: um “outro” geográfico. In. **Cadernos de Literatura Brasileira**. São Paulo: Instituto Moreira Sales, n. 13-14, p. 360-368, dez. 2002. (Euclides da Cunha. Edição especial de centenário de “Os Sertões”).

MORAIS, Francisco. Estudantes da Universidade de Coimbra nascidos no Brasil. Brasília: Coimbra, 1949. (suplemento ao vol. IV)

MORAN, E. F. **Adaptabilidade Humana: uma introdução à antropologia ecológica**. São Paulo: Edusp, 1994.

MORSE, Richard. **O espelho de Prospero: culturas e ideias nas Américas**. Trad, Paulo Neves. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

MUNTEAL Fo., Oswaldo. **Domenico Vandelli no anfiteatro da natureza: a cultura científica do reformismo ilustrado português na crise do antigo sistema colonial (1779-1808)**. Dissertação de Mestrado. Departamento de História. PUC/RJ, 1993.

NEVES, E. F.; MIGUEL, A. (Orgs.). **Caminhos do sertão: ocupação territorial, sistema viário e intercâmbios coloniais dos sertões da Bahia**. Salvador: Arcádia, 2007.

NOVA DELIMITAÇÃO DO SEMIÁRIDO BRASILEIRO. Ministério da Integração Nacional, 2005.

NOVAIS, Fernando A. **Portugal e Brasil na crise do Antigo Sistema Colonial (1777-1808)**. São Paulo, Hucitec, 1979.

_____. O Reformismo ilustrado luso-brasileiro: alguns aspectos. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, Anpuh/Marco Zero. Vol. 4, nº 07, 1984.

NUNES, Duarte. **Ortografia da língua portuguesa**. Lisboa: [s.n.], 1784.

OLIVEIRA, Francisco de. **Elegia para uma re(li)gião**: Sudene, Nordeste, planejamento e conflito de classes. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1977.

OLIVEIRA, Ana Paula. **Livros de Viagem**: relatos de estrangeiros sobre as províncias do norte e a zona de contato. Fortaleza, 2005 (Dissertação de Mestrado).

OLIVEIRA, Ana Marcela França. **A natureza romântica nas pinturas de paisagem dos viajantes do século XIX**: sentidos e sentimentos. In: Anais do II Simpósio Internacional de História Ambiental. Florianópolis: EDUFSC, 2012.

ORTIZ, Oscar Rodríguez. Imágenes de Humboldt. Caracas: Monte Avila, 1983.

PEDROSA, Manuel Xavier de Vasconcelos. Estudantes Brasileiros na Faculdade de Medicina de Montpellier no fim do século XVIII. In. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, vol. 243, 1959.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. Relação entre História e Literatura e Representação das Identidades Urbanas no Brasil (século XIX e XX). In. **Revista Anos 90**, Porto Alegre, n. 4, dezembro de 1995. pp. 115-127.

PIRIS, Jerusa Ferreira. Um longe e um perto: os segredos do sertão da terra. In. **Légua e Meia: Revista de Literatura e Diversidade Cultural**. UEFS. V. 3, Nº 2, 2004. p. 25-39.

PLANTAS do Nordeste; Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil, 2002.

POMPEU SOBRINHO, Thomaz. **História das secas**: século XX. Mossoró, RN: Fundação Guimarães Duque, 1982.

PRATT, Mary Louise. **Os olhos do império**: relatos de viagem e transculturação. Bauru, SP: Edusc, 1999.

PRESTES, Maria Elice Brzezinski. **A investigação da natureza no Brasil colônia**. São Paulo: Annablume/Fapesp, 2000.

RAMINELLI, Ronald. Do conhecimento físico e moral dos povos: iconografia e taxonomia na Viagem Filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira. In. **História, Ciências, Saúde**. Rio de Janeiro: n.8, p. 969-992, 2001.

_____. **Viagens Ultramarinas**: monarcas, vassallos e governo a distância. São Paulo: Alameda, 2008.

RIBEIRO, Ricardo Ferreira. **Florestas anãs do sertão: o cerrado na história de Minas Gerais**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

RICOEUR, Paul. **Tempo e Narrativa**. Trad. Constança Marcondes Cesar. Campinas, SP: Papirus, 1994.

RODAL, M. J. N.; SAMPAIO, E. V. S. B. A vegetação do bioma caatinga In: SAMPAIO, E. V. S. B.; GIULIETTI, A. M.; VIRGÍNIO, J.; GAMARRA – ROJAS, C. F. L. (Org.) **Vegetação e Flora da Caatinga**. Recife: APNE/CNIP, 2002. 176p

ROGER, Jacques. **Les Sciences de la vie dans la pensée française du XVIII^e siècle**. 2^a ed. Paris: Albin Michel, 1993.

SAID, E. W. **Cultura e Imperialismo**. Tradução de Denise Bottman. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SALGUEIRO, Valéria. Grand Tour: uma contribuição à história do viajar por prazer e por amor à cultura. In. **Revista Brasileira de História**. São Paulo: ANPUH/Humanitas Publicações, vol. 22, nº44, 2002.

SANTOS, B. de S. **Um discurso sobre as ciências**. 7. ed. Porto (Portugal): Afrontamento, 1995.

SEIXAS, Wilson Nóbrega. **O velho arraial de Piranhas (Pombal)**: no centenário de sua elevação à cidade. 1 ed. João. Pessoa: A Imprensa, 1962.

_____. Pesquisas para a história do Sertão da Paraíba. In. **RIHGP**. nº 21, 1975 (p. 51/104

SCHAMA, Simon. **Paisagem e Memória**. Trad. Hildegard Feist. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

SINNER, Carsten. **Língua e Terminologia nas Memórias Económicas de Domingos Vandelli de 1789**. Disponível em: <http://www.carstensinner.de/2011_Sinner.pdf> Acesso em 22 de Outubro de 2011.

THOMAS, K. **O homem e o mundo natural**: mudanças de atitude em relação às plantas e aos animais, 1500-1800. Tradução de João Roberto Martins Filho, São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

TORRÃO FILHO, Almicar. Bibliotheca Mundi: livros de viagem e historiografia brasileira como espelhos da nação. In. **Revista projeto História**. Vol. 42. JAN./JUN, 2011.

VASCONCELOS, Sandra Guardini Teixeira. **Migrantes dos espaços** (sertão, memória e nação). 2002. Disponível em: <[http://www.letras.ufmg.br/cesp/textos/\(2002\)03Migrantes%20dos%20espa%E7os.pdf](http://www.letras.ufmg.br/cesp/textos/(2002)03Migrantes%20dos%20espa%E7os.pdf)> [Acesso em 03 de Março de 2012]

VELHO, A. **O Descobrimento da Índia**: O Diário de Viagem de Vasco da Gama. Rio de Janeiro: Objetiva, 1998.

VENTURA, Roberto. Visões do deserto: selva e sertão em Euclides da Cunha. In. BRAIT, Beth (Org.). **O sertão e os sertões**. São Paulo: Arte & Ciência, 1998.

VIANA. Urbino de Sousa. *Bandeiras e sertanistas baianos*. São Paulo: Campanha Editora Nacional, 1935. Disponível em: <

<http://www.brasiliana.com.br/obras/bandeiras-e-sertanistas-baianos>>. Acesso em: 14 jan. 2013.

VILLA, Marco Antônio. **Vida e morte no sertão**: História das secas no Nordeste nos séculos XIX e XX. São Paulo: Ática, 2000.

VILLALTA, Luiz Carlos. **Reformismo Ilustrado, Censura e Práticas de Leitura**: usos do livro na América Portuguesa. São Paulo, USP, 1999. (Tese de Doutorado)

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade**: na História e na Literatura. Trad. Paulo Henriques Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.